



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

FÁBIO RODRIGO FERREIRA NOBRE

**O PROCESSO DE *SECURITIZAÇÃO* NO SUBCOMPLEXO AMAZÔNICO DE
SEGURANÇA - EXPLICANDO AS REAÇÕES DO BRASIL FRENTE À
MILITARIZAÇÃO DA COLÔMBIA**

**RECIFE - PE
2013**

FÁBIO RODRIGO FERREIRA NOBRE

**O PROCESSO DE *SECURITIZAÇÃO* NO SUBCOMPLEXO
AMAZÔNICO DE SEGURANÇA - EXPLICANDO AS REAÇÕES
DO BRASIL FRENTE À MILITARIZAÇÃO DA COLÔMBIA**

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Ciência Política da
Universidade Federal de Pernambuco,
na área de concentração de Política
Internacional, como requisito parcial a
obtenção do título de Mestre em Ciência
Política.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Guedes de Oliveira

**Recife
2013**

N754p Nobre, Fábio Rodrigo Ferreira.

O processo de securitização no subcomplexo amazônico de segurança – explicando as reações do Brasil frente à militarização da Colômbia / Fábio Rodrigo Ferreira Nobre – Recife: O autor, 2013.

116 f.,: il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Guedes de Oliveira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFBH. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2013.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Ciência Política. 2. Securitização. 3. Projeto Calha Norte – Amazônia. 4. Relações internacionais – Colômbia - Brasil. I. Oliveira, Marcos Aurélio Guedes de. (Orientador). II. Título.

320 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFBH 2013-11)

Ata da Reunião da Comissão Examinadora para julgar a Dissertação do aluno **FÁBIO RODRIGO FERREIRA NOBRE**, intitulada: “**O PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO NO SUBCOMPLEXO AMAZÔNICO DE SEGURANÇA – EXPLICANDO AS REAÇÕES DO BRASIL FRENTE À MILITARIZAÇÃO DA COLÔMBIA**”, para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política.

Às 10:00 horas do dia 19 de fevereiro de 2013, no Auditório do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco reuniram-se os membros da Comissão Examinadora para defesa de Dissertação do Mestrando **Fábio Rodrigo Ferreira Nobre**, intitulada: “**O PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO NO SUBCOMPLEXO AMAZÔNICO DE SEGURANÇA – EXPLICANDO AS REAÇÕES DO BRASIL FRENTE À MILITARIZAÇÃO DA COLÔMBIA**”, para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, composta pelos professores doutores: **MARCOS AURÉLIO GUEDES DE OLIVEIRA** (Orientador), **RICARDO BORGES GAMA NETO** (Examinador Titular Interno) e **PAULO ROBERTO LOYOLA KUHLMANN** (Examinador Titular Externo). Sob a presidência do primeiro, realizou-se a arguição do candidato **FÁBIO RODRIGO FERREIRA NOBRE**. Cumpridas todas as disposições regulamentares, a Comissão Examinadora considera a Dissertação APROVADA. E nada mais havendo a tratar, eu, Daniel Neto Bandeira, Secretário do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, lavrei a presente ata, que dato e assino com os membros da Comissão Organizadora. Recife, 19 de fevereiro de 2013.

Daniel Neto Bandeira (Secretário)

Profº Dr. **MARCOS AURÉLIO GUEDES DE OLIVEIRA** (Orientador)

Profº Dr. **RICARDO BORGES GAMA NETO** (Examinador Titular Interno)

Profº Dr. **PAULO ROBERTO LOYOLA KUHLMANN** (Examinador Titular Externo)

FÁBIO RODRIGO FERREIRA NOBRE (Aluno)

Dedico esta pesquisa a minha mãe e aos meus irmãos.

“Standing here, howling at the storm
Shouting how life could be perfect
Well, then the walls have to fall
To start it again”

Gentle Change, Rafael Bittencourt

RESUMO

Reduto de diversas dinâmicas de segurança, as sub-regiões andina e amazônica sempre pareceram áreas de incógnita e agitação. Nas últimas décadas, especialmente depois dos entendimentos com a Argentina nos anos 1980, as atenções do corpo militar brasileiro se voltaram para essas sub-regiões, onde reside o problemático e histórico conflito colombiano. Contemporaneamente, a dimensão regional da segurança tende a ser um objeto de destaque nos estudos estratégicos e de defesa. Na questão teórica, perspectivas não positivistas passam a contribuir de forma expressiva para a compreensão da nova realidade pós-era bipolar. Entre essas, a Escola de Copenhague (EC) é uma das mais importantes, apresentando, entre fundamentais contribuições a teoria da *securitização*, que aponta fenômenos da segurança internacional como socialmente construídos, através de um procedimento discursivo. Verificamos, nessa análise, uma fundamental colaboração no tocante à compreensão das perspectivas brasileiras quanto aos conflitos dos países vizinhos. Procuramos apresentar se há coesão no discurso do Estado – e das autoridades competentes – e no seu comportamento prático. Indagamos, caso tal coesão não exista, quais as motivações para um descompasso entre discurso e realidade. O entendimento do comportamento do Estado, dos processos de *securitização* do mesmo, e os possíveis interesses ou capacidades, que figuram no pano de fundo de tal processo, são de essencial conhecimento para qualquer cientista político ou analista de defesa. O objetivo da pesquisa é apontar se o tema em questão sofre um processo de *securitização*, por parte do Brasil. Este processo será investigado em dois âmbitos, o teórico – apresentado em pesquisas, teses, debates, ou seja, o estado da arte – e o prático – caracterizado pela aplicação de políticas e projetos, especialmente militares, em caráter emergencial, na região.

Palavras-chave: Securitização; Colômbia; Brasil; Projeto Calha Norte; Amazônia.

ABSTRACT

A stronghold of various security dynamics, the amazonic and andean sub-regions have always appeared as scarcely known areas of turmoil. In the last decades, more notably following the agreements with Argentina during the 1980s, the focus of Brazil's military brain trust was shifted towards these sub-regions, as they presented themselves as the settings of the historic and problematic Colombian conflict. Nowadays, the regional dimension of security tends to be a featured object within strategic studies and defense. On the theoretical side, non-positivist perspectives begin to significantly contribute to the realistic understanding of a bipolar post-era. Among those, the Copenhagen School stands out as one of the most important, presenting along with other fundamental contributions, the theory of *securitization*. It singles out phenomenon of international security as being socially built through a speech process. We verify in this analysis a fundamental contribution in regards to the comprehension of Brazilian perspectives concerning conflicts in neighboring states. We investigated the existence of cohesion within the speech of the State – and therefore the competent authorities – and its practical behavior. We questioned, in a scenario where this cohesion is non-existent, which are the motivations for such mismatch between speech and reality. The understanding of the State's behavior, its processes of *securitization*, and its possible interests and capabilities, all figured in the background of such process, are essential knowledge for any political scientist or defense analyst. The objective of this research is to identify whether the featured subject endures a process of *securitization*, on behalf of Brazil. This process will be investigated in two scopes. The theory – presented in research, thesis, debates, albeit the state of the art – and the practical – characterized by the application of mainly military, emergency oriented policies and projects, in the region.

Key-words: Securitization; Colombia; Brazil; Calha Norte Project; Amazon.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, a Iara da Silva Ferreira, minha mãe, responsável pela minha criação, e pela transmissão de valores imprescindíveis para que eu me tornasse o homem que sou, especialmente, amor e respeito. Ao meu pai, Pedro Nobre, por jamais estar ausente e por apoiar a minha vida acadêmica. A Carla e Mateus, meus irmãos, meus ídolos e companheiros, a quem devoto toda a minha admiração. A Dora, Marluce, Luzia e Fátima, pilares de uma família adorável e meu quarteto magnífico de tias. A Catarina Bezerra, a quem eu amo como um pedaço de mim, minha namorada, parceira e amiga, minha orientadora e guia. Foram fundamentais.

Agradeço a Universidade Federal de Pernambuco, que, por meio do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, me proporcionou as condições para a elaboração dessa dissertação, me provendo os conhecimentos adequados, especialmente em termos metodológicos. Reconheço o papel fundamental da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por me fornecer os recursos para que pudesse me deslocar à cidade do Recife e atender às disciplinas do Programa. É importante mencionar a colaboração da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), pelo contato realizado com grandes nomes da área; do Grupo de Estudos e Pesquisas em Relações Internacionais - Segurança Estatal e Segurança Humana (GEPRI - UEPB), e do Grupo de Estudos Estratégicos e Segurança Internacional (GEESI – UFPB), pelas frutíferas discussões e debates acalorados.

Tive amigos muito importantes durante estes dois anos de Mestrado. Agradeço aos meus amigos de caminhada Guilherme de Castro, João Antônio Lima, Filipe Belmont, Thiago Espíndola e Carlos Crêspo, grandes pessoas. Em termos de amostras aleatórias, sempre pude contar com Emmanuel Falcão, Djalma Júnior e Luann Felipe, amigos muito queridos. Agradeço a Ludmilla Rodrigues por toda a ajuda carinhosa que sempre me ofereceu, e por um duro trabalho de revisão deste texto. A todos os meus camaradas de fundamental participação nos momentos em que era preciso descansar e pensar em coisas leves, Matheus Medvedeff, José Pereira e Renato Aversari colaboraram fundamentalmente nessa parte. Agradeço a Gills Lopes, Joseildo Lima, Karen Cavalcanti, e Glória Miranda pelas horas de sol, estrada e risadas no caminho para as aulas.

Um muito obrigado a Marcos Guedes de Oliveira, meu orientador. A Augusto Teixeira Júnior, meu amigo, parceiro de estudos e, por tantas vezes, modelo de profissional. A Paulo Kuhlmann, grande autoridade militar do Brasil, e autoridade nos estudos de segurança e defesa, sou muito grato pelo privilégio de debater e ter a minha pesquisa apreciada por tamanha referência. Ao professor Ricardo Borges, um mentor do método, pelas conversas e digressões sobre material bélico, pelos corredores.

Todos estes foram parte essencial da presente pesquisa, e sou muito grato pelo apoio.

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
AGRADECIMENTOS.....	9
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	12
LISTA DE FIGURAS	13
INTRODUÇÃO	14

CAPÍTULO 1: O CONFLITO COLOMBIANO E SEUS DESDOBRAMENTOS

PARA A FRONTEIRA BRASILEIRA 20

1.1. DESORDEM SOCIAL E CAOS POLÍTICO	20
1.2. O SURGIMENTO DA GUERRILHA – EXTREMA ESQUERDA E EXTREMA DIREITA.....	22
1.3. O PLANO COLÔMBIA E A INSERÇÃO ESTADUNIDENSE NO CONFLITO.....	25
1.4. EVENTOS HISTÓRICOS – CONTATOS DO CONFLITO COLOMBIANO NO BRASIL.....	32
1.4.1. Ataque no Rio Traíra e a Operação Traíra	33
1.4.2. Evento em Vila Bitencourt.....	35
1.5. A INDIFERENÇA RECÍPROCA – AS RELAÇÕES HISTÓRICAS DA COLÔMBIA COM O BRASIL	36
1.6. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	39
1.6.1. Objetivos e hipótese.....	40
1.7. O USO DA LITERATURA - APANHADO HISTÓRICO E APRESENTAÇÃO DA TEORIA.....	42
1.8. ANÁLISE DOCUMENTAL - DOCUMENTOS OFICIAIS E OUTROS DADOS FORMAIS	45

CAPÍTULO 2. O PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO COMO FERRAMENTA

TEÓRICA 47

2.1 O DEBATE DA SEGURANÇA REGIONAL.....	47
2.2 A ESCOLA DE COPENHAGUE	49

2.2.1 O Construtivismo das Relações Internacionais	50
2.2.2 A Contribuição de Buzan e Wæver	52
2.2.3 Um processo em dois estágios	58
 CAPÍTULO 3. O ESTADO DA ARTE SULAMERICANO - PADRÕES DE COMPORTAMENTO SOBRE A SECURITIZAÇÃO.....	 61
3.1. A <i>INDIFERENÇA RECÍPROCA</i> – DISTANCIAMENTO E DESPREOCUPAÇÃO	62
3.2 <i>NÃO-SECURITIZANTES</i> , UM ASPECTO POLITIZADO DO CONFLITO COLOMBIANO.....	67
3.3. O BRASIL <i>SECURITIZADOR</i> , A OPÇÃO MILITAR DA DEFESA.....	73
 CAPÍTULO 4: O PROGRAMA CALHA NORTE – A SECURITIZAÇÃO BRASILEIRA EM <i>EMERGENCY MODE</i>.....	 82
4.1. POVOAMENTO <i>VERSUS</i> MILITARIZAÇÃO – AS ORIGENS DO PROJETO	82
4.2. QUEDA E REASCENSÃO DO PROGRAMA – REFLEXOS DA SECURITIZAÇÃO?.....	86
4.2.1. Os Pelotões Especiais de Fronteira	90
4.3. A REORGANIZAÇÃO ESTRATÉGICA BRASILEIRA	92
4.3.1. A Política de Defesa Nacional	93
4.3.2. A Estratégia Nacional de Defesa	95
4.4. SEMISSECURITIZAÇÃO – A CRIAÇÃO DE UMA FRONTEIRA “VIVA” ..	98
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	109
ANEXOS.....	116

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
ACCU – Autodefensa Campesina de Córdoba y Urabá
AUC – Autodefensas Unidas de Colombia
BEF – Batalhão Especial de Fronteira
BIS – Batalhão de Infantaria de Selva
CMA – Comando Militar da Amazônia
COIN – Contra-insurgência
COPRI – Copenhagen Peace Research Institute
CRS – Complexos Regionais de Segurança
EB – Exército Brasileiro
EC – Escola de Copenhagen
ELN – Exército de Libertação Nacional
END – Estratégia Nacional de Defesa
EPL – Exército Popular de Libertação
FAB – Força Aérea Brasileira
FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FLOTAM – Navio Patrulha Fluvial da Flotilha do Amazonas
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
M-19 – Movimento 19 de Abril
MAS – Muerte a Secuestradores
MD – Ministério da Defesa
MINUSTAH – Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haïti
MOTW – Missions Other Than War
OEA – Organização dos Estados Americanos
ONU – Organização das Nações Unidas
PAP – Plano Amazônia Protegida
PCC – Partido Comunista da Colômbia
PCN – Projeto Calha Norte
PDN – Política de Defesa Nacional
PF – Polícia Federal
PEF – Pelotão Especial de Fronteira
RI – Relações Internacionais
SIPRI – Stockholm International Peace Research Institute
SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia
UNASUL – União de Nações Sul-Americanas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Zona de Atividade das FARC-EP (em verde)	26
Figura 2 - Produção, em toneladas, de cocaína	27
Figura 3 – Localização da Base de Manta.....	29
Figura 4 – Novas Bases Americanas na Colômbia.....	31
Figura 5 - Espectro da Securitização	59
Figura 6 - Sistema de Defesa de Fronteira	78
Figura 7 – O Projeto Calha Norte – Alcance Original.....	84
Figura 8 – Novos Batalhões, criados pelo Calha Norte	89
Figura 9 – Localização dos PEF e das guarnições Militares da Amazônia Ocidental....	91
Figura 10 – Posicionamento estratégico de Tabatinga.....	99

INTRODUÇÃO

Apesar de ser um tema comum às agendas de, praticamente, todos os países do mundo, questões de segurança e defesa são, por vezes, negligenciadas por partes importantes da composição do Estado como a população e até mesmo o corpo político desses países. No caso brasileiro, por exemplo, ambas as partes, dificilmente envolvem-se ou tomam conhecimento das mais diversas dinâmicas de segurança nas quais o país encontra-se imerso, especialmente em âmbito regional.

Segundo Miyamoto (2001), apesar dos avanços alcançados e, embora esteja cada vez mais na pauta do dia, o tema segurança internacional e defesa ainda é pouco estudado no contexto da produção de Ciência Política e Relações Internacionais no Brasil. Aspectos concretos dão força a essa mudança. No que tange a América do Sul, a sub-região amazônica tem se tornado o epicentro de conflitos e instabilidade política regional (CEPIK, 2005).

Outro importante grupo na formação do pensamento brasileiro, sobre a questão da defesa, é a academia. Entretanto, é perceptível que existe uma pequena quantidade de pesquisadores e estudiosos na área e, aqueles que se ocupam de produzir sobre o assunto, muitas vezes destoam em opiniões e posturas, obrigando o leitor a realizar uma profunda reflexão que, por vezes, confunde o menos preparado. Apresenta-se como papel do pesquisador, sanar dúvidas e preencher os espaços vazios nos mais distintos foros de debate, no que diz respeito ao conhecimento de todo tema pertinente à produção da política, no país.

Essa pesquisa concentra-se em responder a uma demanda, no que diz respeito à produção acadêmica, sobre a postura brasileira frente aos desdobramentos do pujante e longo conflito colombiano. Para Cepik (2002), hoje o número de pessoas no Brasil com um conhecimento aceitável sobre a realidade colombiana é “extremamente pequeno, o que dificulta a produção de consenso para uma ação mais assertiva em prol da paz, da democracia e do desenvolvimento”. Tal consenso é prejudicado pela visível ausência de *staff* preparado. Isto significa que outro causador do desinteresse é institucional e diz respeito à especialização, ou seja, inexistem funcionários preparados para tratar desses assuntos. Presos num labirinto burocrático, de falta de conhecimento institucional e técnico, os parlamentares pouco podem se movimentar em direção à

exposição do tema. Procuramos organizar o conhecimento concernente ao único *loophole* na atual situação, a variada produção acadêmica sobre a temática.

Tratando-se de um tema pertencente aos estudos de segurança regional, faz-se prudente abrir um parêntese para a inserção das ferramentas necessárias para tal análise. O fim da Guerra Fria ocasionou uma grande mudança nos estudos de segurança e, embora, não seja possível afirmar que esses estudos entraram numa crise de identidade, é prudente analisar uma ruptura seguida por uma grande adaptação da sua agenda aos novos temas. Uma das mudanças mais notáveis na agenda de segurança é a alteração de eixo do nível global para o nível regional. Essa mudança é uma consequência direta do fim da bipolaridade. A nova estrutura tendia a formulação de uma ‘teoria de dois mundos’, dividindo o sistema em um núcleo pacífico e uma periferia turbulenta, passível de análise sob as ‘antigas regras do jogo’.

A história moderna dos estudos de segurança tem três estágios: a era moderna, de 1500 a 1945; a Guerra Fria, de 1945 a 1989; e o pós-Guerra Fria, período desde 1990. Durante este meio milênio o sistema internacional se formou, e o Estado soberano territorial se tornou a forma política dominante. Isso promove a estrutura perfeita para a emergência dos Complexos Regionais de Segurança: os Estados se tornam os atores centrais, e o sistema internacional se torna global, abrindo espaço para subsistemas regionais. Muitos estados participam de um jogo realmente global, mas a questão da segurança sempre está mais relacionada aos seus vizinhos. A chave para essa abordagem está em distinguir as dinâmicas de segurança global e regional.

É necessário estudar o nível regional, uma vez que o global não está inteiramente integrado em termos de segurança. A região, pelo contrário, é onde os Estados ou outras unidades se conectam tão suficientemente perto que suas seguranças não podem ser vistas separadamente umas das outras. É onde os extremos do nacional e global se interligam e onde a maior parte da ação ocorre. Os CRS podem ou não ser regiões (continentes, por exemplo). A maior parte das ligações de segurança entre os Estados do sistema está territorializada.

No imediato pós-Guerra Fria, novas preocupações tomavam conta da agenda, havia o temor de que conflitos regionais e outras problemáticas tais como o terrorismo e os *rogue states*, pudessem representar um risco vindo da zona de conflito para a zona de paz. A nova agenda de discussão, agora regional, abordou diversas questões, como a proliferação no leste e sul da Ásia, e conflitos intra-estatais na América Latina. Dessa

maneira, o nível regional adquiria, então, o destaque que o havia sido negligenciado (ou subordinado ao nível global) durante todo o conflito bipolar.

Um dos principais conflitos regionais ao qual o Brasil está relacionado, mesmo que indiretamente, é a problemática colombiana. Um conflito histórico com mais de meio século de duração, natureza indefinida e objetivos nebulosos. Antes de se compreender o conflito colombiano, objeto de nossa análise nessa pesquisa, faz-se necessário situá-lo dentro de um Complexo Regional de Segurança, o sul-americano. Exercício este, realizado por Barry Buzan e Ole Wæver no seu *Regions and Powers* (2003). O Complexo Regional de Segurança sul-americano é marcado, primordialmente, por questões fronteiriças, como as travadas por Brasil e Argentina por longos anos. No entanto, tal CRS também é caracterizado por embates relacionados às questões culturais, como o idioma; além do constante *spill over* de políticas de um Estado para outro.

O conflito ora abordado, a relação Brasil-Colômbia, não responde unicamente a nenhum desses aspectos, mas à um pouco de todos. As dimensões culturais, políticas e fronteiriças permeiam a problemática. Contudo, essa se concentra em apenas uma localidade do Complexo Sul-Americano, destarte, é cabível classificar esse embate como pertencente a um *subcomplexo* do CRS em questão, o *subcomplexo amazônico*.¹ A função mais comum da teoria dos CRS é como estrutura organizadora de estudos empíricos para segurança regional, e é desta forma que será aplicada nessa pesquisa.

Localizada no noroeste do continente sul-americano e com 1644 quilômetros de fronteira comum com o Brasil, a República da Colômbia ainda representa um Estado desconhecido por muitos na opinião pública brasileira e uma incógnita para tantos, mesmo no meio acadêmico. Essa realidade, no entanto, parece se transformar nas últimas décadas em uma mudança no eixo da percepção que se deve ao conflito existente naquele país.

A crise colombiana se arrasta por mais de cinquenta anos, embora suas raízes se confundam com toda a formação nacional da Colômbia. O Estado é historicamente frágil, o seu processo de construção é fundamentado em guerras civis e disputas políticas violentas, como a *La Violencia*, que pautaram um desequilíbrio entre o

¹ Esta conceituação é utilizada, nesta pesquisa, apenas como uma localização, no sentido mais geográfico do termo, com o objetivo de nos utilizarmos do mesmo arcabouço teórico que será aplicado quando da análise do estado da arte, o da Escola de Copenhague.

governo e forças políticas, desequilíbrio este que se acirrou cada vez mais, ao longo dos anos, até tornar-se uma realidade insustentável.

Realizamos a análise das abordagens de diversos autores sobre o supracitado conflito colombiano sob uma perspectiva específica, a da teoria da *securitização*. A *securitização*, sendo um *speech act*², nos proporciona a noção de que o discurso desempenha papel central no processo, no tocante a um determinado tema. Dessa forma, torna-se visível a importância de se analisar o âmbito discursivo. Entretanto, o mesmo processo pode estar apresentado de maneira menos formal e explícita, sendo definido por um caráter emergencial, no que diz respeito às medidas de segurança. Essa ferramenta teórica será a principal base do estudo em questão.

É possível questionar até que ponto este processo figura, aqui, como mecanismo de análise, ou como objeto de estudo. Esse tipo de aproximação tem um objetivo claro, que é o de identificar, através da ferramenta teórica, a interpretação feita, tanto no âmbito acadêmico, quanto no processo político e nas aplicações de projetos ou programas. Tendo como foco um evento, no nosso caso, o conflito colombiano, em relação a um objeto, que para nós, é o Estado brasileiro.

Esse estudo busca solucionar uma questão que é de primordial importância: o que representa a militarização da região amazônica, abordando o caráter militar do subcomplexo, em especial a marcante presença estadunidense na Colômbia e o *spillover* do conflito, e se o Brasil a interpreta, ou não, como uma dinâmica de segurança, ou seja, em termos *buzanianos*, se o securitiza. Procura-se explicitar a forma como o Estado brasileiro compreende e reage à presença de uma mobilização militar de grande vulto em uma área de interesse estratégica. Uma vez que a formulação de política externa passa pelas questões fronteiriças, é essencial a existência de uma abordagem em tal esfera.

Verificamos, nesta análise, uma fundamental colaboração no tocante da compreensão das perspectivas brasileiras quanto aos conflitos dos países vizinhos. Procuramos apresentar se há coesão no discurso do Estado – e das autoridades competentes – e no seu comportamento prático. Indagamos, caso tal coesão não exista, quais as motivações para um descompasso entre discurso e realidade. O entendimento

² O Processo de Securitização é o que chamamos na Teoria da Linguagem, de Ato Discursivo. Não é interessante como um sinal se referenciando a algo mais real; a própria ação de pronunciar as palavras é que é o ato. “Através do uso das palavras, algo é feito.” (BUZAN, 1998:26)²

do comportamento do Estado, dos processos de *securitização* do mesmo, e dos possíveis interesses ou capacidades que figuram no pano de fundo de tal processo, são de essencial conhecimento para qualquer cientista político ou analista de defesa. A presente pesquisa está dividida em diferentes momentos, representados pelos distintos capítulos que se seguem.

O primeiro capítulo se preocupa em apresentar ao leitor a evolução do conflito colombiano e, para isso, são expostas as suas origens, desde as intempéries político-partidárias que acabaram por colocar a sociedade colombiana em situação de risco, e por gerar a divisão social que daria origem aos grupos insurgentes, tão importantes para qualquer análise desse tema. Outro ponto fundamental, então apresentado, é a participação estadunidense no conflito colombiano, sempre presente, porém, especialmente visível após a elaboração e instauração do chamado Plano Colômbia, o pacote de auxílio ao Estado colombiano. Este programa é dissecado, em seguida, com o objetivo principal de demonstrar sua transformação, de um programa plural e de cunho social, para um pacote essencialmente militar e de caráter bélico. Apesar da participação de outros países e instituições na Colômbia, dá-se principal destaque à estadunidense, pois, como aponta Castro, “as políticas desse país para a Colômbia são o mais importante e vigoroso condicionante internacional da realidade interna colombiana e da própria política internacional na região andina” (2009. P.18).

Torna-se fundamental, nesta análise, perceber as relações entre o conflito colombiano e o Brasil, uma vez que é esta a principal proposição da presente pesquisa. Para que este processo seja simples, apresentamos, ainda neste primeiro capítulo, os eventos históricos de contato entre Brasil e Colômbia, no que diz respeito ao conflito em voga. Assim como o contexto histórico, o embasamento metodológico está presente no primeiro capítulo, trazendo à tona os objetivos e a hipótese do trabalho, assim como as ferramentas e técnicas de pesquisa utilizadas.

No segundo capítulo, de título “O Processo de Securitização como Ferramenta Teórica”, fazemos a apresentação do nosso arcabouço teórico. A teoria da securitização, que nos serve como ponto de partida da análise é, também, o alicerce sobre o qual abordaremos as interpretações dos autores utilizados. Aqui, a securitização funciona como as lentes através das quais se observa a realidade do conflito colombiano. Para tanto, enquadrar-se-á tal teoria dentro de um debate maior, tributário do construtivismo das Relações Internacionais, assim como a sua evolução dentro dos Estudos de

Segurança Internacional. Faz-se necessária a exposição do *modus operandi* de tal ferramenta teórica, de maneira que o leitor possa visualizar o processo aplicado à nossa abordagem, que vem em sequência.

O terceiro capítulo se utiliza da ferramenta teórica apresentada no anterior, para dissecar o estado da arte sul-americano. Objetiva-se compreender de que maneira aqueles que abordam as relações entre o Brasil e a Colômbia tem interpretado a regionalização daquele conflito, no que concerne à *securitização*. Isto é, o Brasil tem militarizado e dado um caráter de urgência ao processo? Para tanto, a abordagem dos autores será feita por partes, enquadrando cada grupo de respostas a um conjunto específico de demandas, separando os pensamentos em três possíveis posicionamentos, a ver, os não-securitizantes; os securitizantes; e os tributários da indiferença recíproca.

Por fim, no quarto e último capítulo, nos propomos a realizar a nossa própria abordagem sobre o assunto, nos posicionando frente a uma das possibilidades de securitização e, demonstrando por meio de um projeto político – o Programa Calha Norte – o nosso posicionamento sobre tal questão, utilizando esse projeto como modelo empírico de aplicação da teoria aqui utilizada. Para tanto, o Programa será exposto e cada um de seus momentos será explorado e analisado, a fim de identificar sinais da securitização, ou a sua ausência.

Tais procedimentos serão realizados com o objetivo de confirmar ou refutar a nossa hipótese de pesquisa, de que o Brasil securitiza o conflito colombiano. Além disso, seremos capazes de identificar no debate relacionado à problemática aqui levantada, padrões e posturas relacionadas a esse importante mecanismo dos estudos de Segurança Regional. Tais considerações e todas as conclusões dessa dissertação estarão presentes na última seção do texto.

CAPÍTULO 1: O CONFLITO COLOMBIANO E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA A FRONTEIRA BRASILEIRA

Esta pesquisa procura apontar o posicionamento teórico brasileiro quanto ao histórico conflito colombiano. Procuramos expor a postura do debate, no nosso país, quanto a uma possível securitização dessa problemática. Para tanto, faz-se necessário conhecer a questão da Colômbia, sendo apresentá-la o objetivo deste primeiro capítulo. Apontamos, aqui, as suas origens políticas históricas, o surgimento dos grupos de extrema esquerda e direita, o seu desenvolvimento aliado ao narcotráfico e a importância do Plano Colômbia.

1.1. DESORDEM SOCIAL E CAOS POLÍTICO

Atualmente, é comum afirmar que a Colômbia sofre um desmoronamento do Estado, que muitas de suas atribuições políticas são falidas e que o governo não possui o monopólio do uso da força. Essa problemática tem uma origem bastante enraizada culturalmente, e pode ser creditada ao período de 1840, ou, pelo menos, à metade do século XIX, momento do surgimento dos dois principais partidos políticos do país, o Conservador e o Liberal.

Esse momento-chave representa a polarização da sociedade colombiana, que se dividiu radicalmente “entre os dois agrupamentos, que incluíam membros de várias origens sociais, como as elites econômicas, a classe média e pobres do campo e das cidades.” (CASTRO, 2009, p. 22). Como aponta Visacro (2009) as disputas políticas que seguem a criação de tais grupos não representavam aspirações populares, apesar do grande apego da sociedade colombiana aos partidos. Pelo contrário, tais embates significavam uma briga pela manutenção das relações de força entre a oligarquia rural e os trabalhadores camponeses, o que fragilizava ainda mais o controle do poder central.

Tais disputas tornaram-se lutas, no sentido mais brutal do termo, que derramariam sangue por anos seguidos, oito delas ganhando o status real de guerra civil, apenas no século XIX, culminando no evento que ficaria conhecido como a Guerra dos Mil Dias. Deflagrado em 1899, esse conflito foi o responsável pela morte de cem mil

pessoas³. Essa guerra, além de dizimar uma imensidão de pessoas, foi um dos principais fatores que levaram à perda de boa parte do território colombiano, graças ao movimento de independência do Panamá. Por outro lado, em termos identitários, isso causou uma ampliação no sentimento de nação do colombiano, que seria posto a prova durante toda a sua história.

A díade Conservadores-Liberales dominou também o governo colombiano, havendo sempre uma transição rotativa muito lenta entre ambos. Ao momento do fim da Guerra dos Mil Dias, os Conservadores ficaram no poder e lá permaneceram até 1930, quando foi iniciado o período chamado “República Liberal” na Colômbia. (CASTRO, 2009). Estas contendas seguiriam durante o século XX, chegando ao seu ápice em 1946, o fim de tal república, e o início da fase conhecida como *La Violencia*.

Esse foi o evento mais sangrento da história do país e levou 200 mil almas humanas⁴. Foi o resultado do colapso das instituições políticas e sociais da Colômbia e o seu estopim foi a vitória dos Conservadores nas eleições presidenciais de 1946. Apesar de já ter causado conflitos duros, *La Violencia* foi ampliada pelo assassinato de Jorge Eliécer Gaitán⁵, em 1948, acontecimento que causou o levante que ficaria conhecido como *La Bogotazo* ou apenas *Bogotazo*. Tal levante minou a autoridade estatal e acirrou mais ainda as rivalidades políticas. Entre 1948 e 1950, ocorreram mais da metade das mortes de toda a guerra, especialmente nas áreas cafeeiras e pecuárias.

Em 1953, com o objetivo, ou ao menos o pretexto, de dar fim ao caos social e político colombiano, o general Gustavo de Rojas Pinilla, arquitetou e efetuou um golpe de Estado e tomou o poder na Colômbia, sendo substituído, em 1957, por uma junta militar. A anistia provida por este governo diminuiu a violência, mas não eliminou o

³ Apesar da unanimidade de opiniões sobre a brutalidade do evento, o debate sobre o número de mortos é controverso. Muitos julgam o número apontado, 100 mil mortos, como exagerado. Fato é que de 1899 – 1902, a Colômbia possuía cerca de quatro milhões de habitantes, número para o qual, 100 mil perdas é bastante significativo.

⁴ Diz-se que é a terceira maior guerra civil da história americana, apenas atrás da Guerra Civil Estadunidense e da Revolução Mexicana.

⁵ Gaitán era um advogado que pregava ideais socialistas, condenando as ‘aristocracias feudais calcificadas da região’. O seu discurso apaixonado contava com vigoroso apoio popular. Sua morte causou uma erupção de fúria nas ruas da capital. *La Bogotazo* se alastrou por outras cidades, espalhando o ódio que permeava toda a sociedade colombiana. A população tornou-se vítima de crimes bárbaros e atrocidades perpetradas por rebeldes camponeses e milícias armadas das oligarquias locais. Ver mais sobre o levante em GONZALES; PANDOJA. *Impacto de “El Bogotazo” en las actividades residenciales y los servicios de alto rango en el centro histórico de Bogotá*. (2009). VISACRO. *Guerra Irregular* (2009).

banditismo e as atividades milicianas no país. A tomada do poder redirecionou a problemática para um embate entre o exército, representando o governo e, aqueles que seriam chamados de rebeldes, dando ao conflito uma face mais próxima à que conhecemos.

1.2. O SURGIMENTO DA GUERRILHA – EXTREMA ESQUERDA E EXTREMA DIREITA

A mais forte das organizações de luta armada colombiana é, não por acaso, também a mais antiga, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), de orientação marxista é oriunda da região dos *llanos orientales*⁶, no município de Marquetalia⁷ (PÉCAULT, 2010). Torna-se importante observar essa distinção geográfica, pois a Colômbia distingue-se de outros países sul-americanos em um aspecto fundamental. Enquanto, comumente, os países cujas capitais, “normalmente portuárias, sempre concentram grande parte da população e das atividades, Bogotá só se tornou pólo dominante, nas últimas décadas” (IBIDEM, 2010, P.12). O país possui regiões relativamente separadas e caracterizadas por fortes especificidades culturais. A partir daí, notamos a força de um movimento organizado no interior e seu impacto na população.

O movimento surgiu através de fragmentos do Partido Comunista da Colômbia (PCC) e de liberais radicais⁸. Segundo Visacro (2009), o movimento surgiu, inicialmente, com o status de uma “guarda civil rural”, visando defender a população campesina dos ataques governamentais e represálias do exército. Uma das peculiaridades que cercam o surgimento das Farc é o fato dele ser, primordialmente, popular, e não associado aos círculos intelectuais, como a maioria dos grupos

⁶ Os *llanos* (plainos ou planícies) são uma vasta região do norte da América do Sul, sita maioritariamente na bacia do rio Orinoco, considerada como um dos ecossistemas mais importantes da Terra e enquadrado no bioma correspondente às savanas. A parte oriental dos llanos, ocupa boa parte dos estados de Anzoátegui e Monagas, na Colômbia. (CORWIN, Jeff. Los Llanos. 2009)

⁷ Marquetalia é um município rural localizado nos altiplanos andinos. As Farc possuem relação especial com dos departamentos de Tolima e Huila, pois sua orientação marxista-leninista e originara-se nas guerrilhas liberais nascidas nos anos 40, nos *llanos orientales* e na cordilheira central, nesses departamentos. (CASTRO, 2009)

⁸ O Partido Comunista colombiano surgiu no início dos anos 20 e teve importante impacto social, inclusive ocupação campesina. Na década de 50, os Departamentos de Cundinamarca, Huila e Tolima eram destino de refugiados políticos de ideologias diversas, e ficaram conhecidos como “repúblicas camponesas independentes.” Com o ataque do governo a tais áreas, na década seguinte, houve um transbordamento dos seus membros para os *llanos orientales*, (SANÍN. 2006)

insurgentes latino-americanos. O grupo, liderado em seu início por Manuel Marulanda Vélez, o Tirofijo⁹, tem em seu discurso a orientação marxista-leninista-bolivariana, focada, especialmente, na proteção do campesinato.

Do mesmo momento, no tempo, datam as criações do Exército de Libertação Nacional (ELN) e do Exército Popular de Libertação (EPL). Outro grupo que possui certa relevância é o Movimento 19 de abril, conhecido como M-19, que surgiria apenas nos anos 70. O ELN nasce, de maneira mais comum que outros movimentos da região, no meio universitário, e era liderado por Camilo Torres, inspirado pelo movimento cubano 26 de abril, de Fidel Castro. O EPL era maoísta e, assim como o M-19, se desenvolveu entre a classe urbana e os universitários.

Desde sua origem, os grupos vêm acarretando ao governo colombiano uma série de problemas sociais e de segurança, sendo responsáveis por ataques, seqüestros e, especialmente, pelo desenvolvimento do narcotráfico no país. É válido destacar que a produção de entorpecentes no Estado colombiano crescia sobremaneira nas décadas de 1980 e 1990, simultaneamente a um processo pelo qual era diminuída nos países vizinhos, através de políticas diretas com investimento americano, em complemento a uma política de substituição de produtos ilícitos por outras culturas. Em especial no Peru e na Bolívia, tais políticas foram eficazes, em particular por que tais países formularam um programa de apoio ao reforço externo por parte de seus governos. Ainda assim, as roças de coca migraram fortemente para a Colômbia, enriquecendo os cartéis, alicerçando as ações dos grupos guerrilheiros e tornando-se a principal fonte de renda de tais grupos.

No outro extremo desse cenário, encontram-se os grupos da direita. Castro (2009) aponta a relação entre o desenvolvimento do narcotráfico e o surgimento dos grupos de extrema direita:

O aumento do narcotráfico e o fortalecimento do poder da guerrilha criaram as condições para o desenvolvimento, em larga escala, de um fenômeno antigo na Colômbia: o paramilitarismo, as milícias armadas à margem do

⁹ Manuel Marulanda Vélez, codinome de Pedro Antonio Marín, (Genova, Colômbia, 12 de maio de 1930 - 26 de março de 2008) foi o fundador e comandante em chefe das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo (FARC-EP). Também foi conhecido como *Tirofijo* ("tiro certo") pela precisão dos disparos. Mais sobre o líder em: EJERCITO DE COLOMBIA. Tirofijo is Dead, em <http://www.ejercito.mil.co/?idcategoria=203205>. Acesso em 10 de Janeiro de 2013.

Estado, mas com relações com seus agentes, especialmente do poder local. (CASTRO, 2009. P 26).

Esses grupos surgiram, potencialmente, com a promulgação, em 1968, da lei nº48¹⁰, pelo governo colombiano, legitimando a sua atuação em regiões de crise. Em termos práticos, tal mudança na lei apenas validava uma prática comum e cultural no país, o emprego de exércitos privados e milícias armadas à margem do Estado, que serviam para atender as demandas das estruturas locais de poder. Inicialmente, tais grupos foram criados com o objetivo de defender as grandes propriedades rurais do desenvolvimento guerrilheiro nestas zonas.

O seu surgimento e evolução se relacionam fortemente com o narcotráfico, uma vez que tais grupos foram contratados, por inúmeras vezes, para executar a proteção dos campos de coca dos proprietários rurais, em pleno desenvolvimento. No entanto, a maior parte das agressões efetuadas pelos “paras” direcionam-se contra “populações civis rurais. Com bem menos freqüência, entram em choque com as guerrilhas. Cobram por sua proteção e geram deslocamentos forçados de milhares de camponeses no interior da Colômbia” (SOTO, 2001, P. 14).

Um dos principais grupos surgidos nesta época é o *Muerte a Secuestradores* (MAS), financiado pelo famoso Cartel de Cali, a partir do qual os grupos se multiplicaram. A *Autodefensa Campesina de Córdoba y Urabá* (ACCU) foi criada por jovens cujo pai havia sido morto pelas Farc.¹¹ A ACCU foi o embrião daquele que seria o maior grupo paramilitar do país, bandeira sob a qual se uniriam diversos dos grupos paralelos colombianos, as *Autodefensas Unidas de Colombia* (AUC). O grupo era definido como uma confederação de grupos armados que lutavam contra as guerrilhas de esquerda. Apesar de apresentar-se como um grupo contraguerrilheiro, a AUC foi elencada como uma das principais organizações terroristas do mundo, especialmente pelos EUA e pela União Européia.

¹⁰ A Lei nº48 era um dispositivo legal que permitia ao Exército organizar e prover grupos civis de autodefesa, com o propósito explícito de combater a “delinquência armada” e as forças guerrilheiras que atuavam nas zonas rurais. A lei foi revogada em 1989, pelo Decreto nº1194. Mais sobre o decreto em *Corte Constitucional de Colombia*, disponível em <http://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/2002/C-234-02.htm>.

¹¹ Os irmãos Fidel e Carlos Castaño tiveram o pai raptado, torturado e morto pelas Farc. Para mais informações sobre a ACCU, recomenda-se a leitura do texto *Marco Teórico y Aspectos Generales Relativos al Fenómeno de Desplazamiento Interno Forzoso* de Angélica Lucía Aguilar Gutiérrez (2007).

Os grupos paramilitares foram os responsáveis por inúmeras violações dos direitos humanos, crimes e massacres contra a população civil, especialmente nas zonas rurais, de domínio das Farc. No ano de 2003, um acordo com o governo de Álvaro Uribe desmobilizou mais de trinta mil paramilitares dos diversos grupos de extrema direita, segundo a Anistia Internacional (2009). Os seus principais líderes entregaram as armas e muitos foram julgados, entre eles os criadores da ACCU, os irmãos Castaño. Entretanto, a desmobilização da AUC apenas a fragmentou, em diversos outros grupos de outras denominações, ainda ativos no território colombiano, denominados de Bandas Criminales, ou BACRIM.

1.3. O PLANO COLÔMBIA E A INSERÇÃO ESTADUNIDENSE NO CONFLITO

A América do Sul tem sido o espaço primeiro da política externa brasileira, mas também, contexto central da preocupação e projeção geopolítica e estratégica do país (CERVO, 2009). Contexto de segurança deveras peculiar, a região tende a ser classificada pela literatura de Segurança Internacional e Defesa como uma região pacífica (HURRELL, 1998; BUZAN e WÆVER, 2003, CERVO, 2009).

Historicamente, é possível analisar o subcontinente como possuidor de uma realidade livre de grandes conflitos interestatais. Desde a Guerra do Paraguai, na segunda metade do século XIX, a região não é palco de conflitos de alta intensidade entre os países sul-americanos. Contudo, uma avaliação como essa não resiste a uma análise que fuja à dicotomia simplificadora de Guerra e Paz. Mesmo não constituindo uma arena freqüente de guerras entre Estados, a América do Sul enfrenta conflitos de baixa e média intensidade. Além disso, a distribuição de poder material entre os Estados da região é extremamente assimétrica (MARES, 2001; ALSINA JÚNIOR, 2010).

Um dos personagens principais das dinâmicas de segurança da região é a Colômbia. “País de regiões relativamente separadas e caracterizadas por fortes especificidades culturais” (PÉCAUT, 2010). Em razão da violência política militarizada, o país tem, atualmente, graves problemas com uma desintegração nacional, ocasionada pela territorialização de espaços dominados pelas guerrilhas. Em outras palavras, o governo não tem controle sobre todas as regiões que formam seu território, uma vez que os grandes grupos narcoguerrilheiros do país controlam várias áreas do Estado.

A consolidação de territórios dominados ou sob influência das guerrilhas aconteceu graças a uma tentativa de acordo proposto pelo então presidente Andrés Pastrana¹², entre as duas partes, segundo o qual os grupos e o governo negociariam certas áreas, conhecidas como “zonas de despejo”, nas quais não haveria presença das Forças Armadas ou polícia. O objetivo desta política era que os grupos guerrilheiros abandonassem suas atividades ilícitas e passassem a promover a reestruturação dos locais e da sua população, através de atividades que favorecessem o desenvolvimento local. No entanto, ao firmar um acordo de auxílio com os Estados Unidos, o governo parece descumprir sua parte do acordo, “Pastrana havia proposto um ‘Plano Marshall para a paz na Colômbia’, com base na idéia de que os cultivos ilícitos eram um problema social e não criminal.” (CASTRO, 2009 P.49). A essa altura, a política de Pastrana chegou a ficar conhecida como uma “política de mão dupla”. Assim, no ano de 2004 os grupos ocupavam grande parte do território do país, como visto na Figura 1. Com a “rebelião” dos grupos, o domínio das áreas foge das mãos do Estado. Dessa maneira, o governo terminou por “conceder uma zona desmilitarizada equivalente a 40% do território nacional” (VILLA e OSTOS 2005, P.7).

Figura 1 – Zona de Atividade das FARC-EP (em verde)



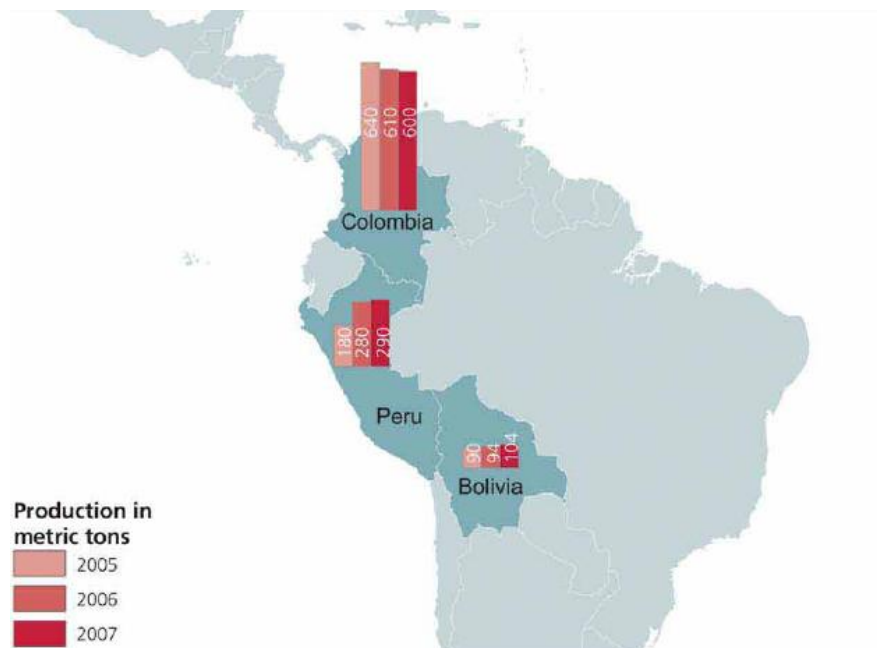
¹² Andrés Pastrana Arango – Presidente da Colômbia no período de 1998 até o ano de 2002.

O sucesso nos investimentos estadunidenses nas regiões vizinhas, mais especificamente no Peru e na Bolívia, foi um grande ponto de fomento à investida no território colombiano.

A consequência de tal interesse foi o Plano Colômbia, um pacote de combate as narcoguerrilhas, que foi apresentado por Pastrana aos EUA, apesar desse país ter participado da sua elaboração em 1999 (no auge da citada política de mão dupla do estadista colombiano). Dessa forma, o Plano foi apenas ratificado por Uribe¹³, quando o programa de militarização do combate ao narcotráfico foi consolidado. E, apesar de o programa ser, desde o início, contra o narcotráfico, só após 2001 os narcotraficantes passaram a ser identificados como narcoguerrilheiros. Guzzi (2006, p.62) resume o plano como objetivando os seguintes pontos: “(i) processo de paz; (ii) economia colombiana; (iii) desenvolvimento social e democrático; (iv) luta contra o “narcotráfico”; (v) reforma do sistema judicial e proteção aos direitos humanos” (GUZZI, 2006, P.62). Como é possível constatar na figura abaixo, durante a vigência do Plano Colômbia a produção de coca na Colômbia diminuiu, havendo um movimento contrário em países como Peru e Bolívia.

Figura 2 - Produção, em toneladas, de cocaína

¹³ Álvaro Uribe – Presidente da Colômbia desde o ano de 2002 até meados de 2010.



Fonte: UNODC – http://www.unodc.org/documents/wdr/WDR_2008/WDR_2008_eng_web.pdf.

Notavelmente, o pacote não surgiu com o objetivo único de militarizar a luta contra o tráfico na Colômbia para exterminar as narcoguerrilhas, mas também parecia compreender outros âmbitos, como o social e político, além do discurso pró-direitos humanos. Segundo o Estado colombiano, seria um “plano para a paz, prosperidade e fortalecimento do Estado”, como aponta Guzzi (2006). Entretanto, ao longo das suas transformações, o Plano Colômbia deixou de lado, paulatinamente, os outros pontos de apoio, concentrando-se no engajamento armado contra os grupos que desestabilizam o país. Isso fica claro, se apontarmos que, na sua gênese, um montante de 76% dos recursos do pacote era voltado para a área social, ainda segundo Guzzi. Entretanto, num processo que se confunde com o aumento da securitização das políticas estadunidenses, após os ataques de 11 de setembro em Nova Iorque, o plano foi assumindo um caráter cada vez mais militar.

Com o antigo apoio funcional da Base de Manta, no litoral do Equador (vide figura 3), era possível supor que cerca de quinhentos soldados e agentes de inteligência estadunidenses estariam alocados nas proximidades para monitorar aviões e plantações ilícitas na região sudoeste da Colômbia, além daqueles que já existiam, monitorando ações ou mesmo representando contingente efetivo no Estado colombiano. Desta maneira, como apontam Villa e Ostos:

(...) esse posicionamento geoestratégico tem levado alguns autores a levantar a tese – que a princípio pode parecer exagerada – de que a combinação entre militarização do combate ao narcotráfico e Plano Colômbia estaria operando uma redefinição dos interesses norte-americanos na América Latina. Seria uma estratégia em que Washington, já dominando seu *mare nostrum* caribenho, procuraria agora um controle efetivo dos Andes, “essa terra nossa da América do Sul”. (VILLA & OSTOS 2005. P.10)

Após o fim do arrendamento da Base de Manta (Equador) pelos EUA, o acordo sobre novas bases desse país na Colômbia levantou um caloroso debate no Brasil e na América do Sul. O aumento do número de bases estadunidenses naquele país foi interpretado por setores do governo brasileiro como um risco à soberania nacional, em especial a Amazônia. Dessa forma, também pode ser caracterizado como um ponto de apreensão pelas autoridades brasileiras.

Figura 3 – Localização da Base de Manta

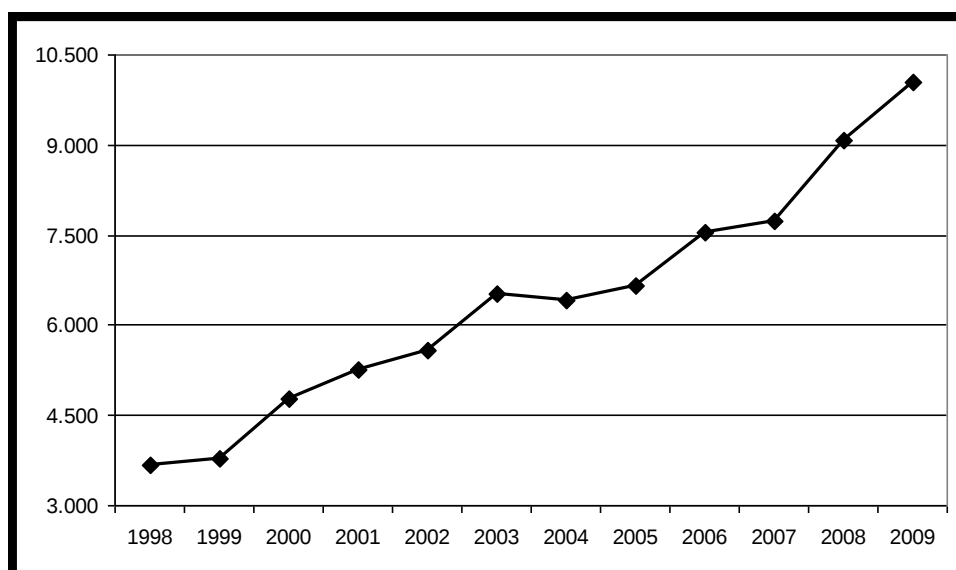


Fonte: www.tribunalatina.com/

Uma vez apreciado o desenvolvimento do conflito colombiano, torna-se possível observar o crescimento dos gastos militares da Colômbia, podendo, ou não, representar o aumento do poder militar Colombiano. Os dados¹⁴ a seguir nos levam a constatar que, desde o início do Plano Colômbia, no ano 2000, os gastos militares desse país exibem uma expressiva tendência de crescimento.

¹⁴ Dados extraídos do *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI), o terceiro maior *think tank* não-americano, segundo o índice mundial, e um dos maiores sobre os estudos de paz e segurança.

Gráfico 1 - Gastos Militares da Colômbia (valores em bilhões de dólares)



Fonte: elaboração própria. Preços e taxa de câmbio em valores constantes referentes a 2008. Dados disponíveis em <http://first.sipri.org/search?country=COL&dataset=military-expenditure>

O aumento dos investimentos estadunidenses, cerca de 6 bilhões de dólares desde 2000 (IISS, 2010), fundamentalmente o capital aplicado na compra de material bélico, fez com que a Colômbia se tornasse um país militarmente importante na região. Se tratarmos tal crescimento em valores totais de gastos militares, os colombianos estão no mesmo patamar de Brasil e Chile, dois dos maiores responsáveis pelo aumento desse tipo de gasto público (SIPRI, 2009). Ainda não é viável imaginar que, em breve período de tempo, a Colômbia poderia – ou desejaria – empreender uma aventura militar contra o Brasil. Ratificando tal afirmação, se realizarmos uma análise material do aparato bélico que vem sendo adquirido por esse país, poderemos perceber que se trata de material voltado à contra-insurgência (COIN), transformando as Forças Armadas da Colômbia em uma grande força de COIN¹⁵, e não um ator voltado à guerra convencional (IISS, 2010).

Entretanto, o aumento do seu poderio militar poderia contribuir para uma espécie de corrida armamentista na região, em especial com a Venezuela e Equador, desestabilizando os sub-complexos andino e amazônico. Como apontado no Relatório Anual dos Gastos Militares do SIPRI, “é improvável que o aumento das despesas

¹⁵ Tal afirmação se deve a uma análise do material bélico adquirido nos últimos anos. Segundo o Military Balance 2010 do Sipri, a Colômbia adquiriu: Boeing 767 tanker; Helicópteros e inteligência, vigilância e reconhecimento de ativos, como a Cessna 208B Grand Caravan, Beech Super King Air 350 e Eagle Scan UAVs, continuam a ser o foco de aquisição. Armas que costumam ser aplicadas a COIN.

militares na América do Sul resulte em uma guerra entre Estados, mas isso permite que os países ajam de forma mais assertiva.” (SIPRI, 2009, p.202).

A presença estadunidense no território colombiano, por sua vez, representa uma força militar mais bem equipada alocada na região, podendo significar, dessa maneira, mais um foco de preocupação para o Brasil, pois caracteriza a volta da presença significativa de uma superpotência no entorno estratégico brasileiro, algo que não acontecia desde a Guerra Fria. Como se pode ver na figura abaixo, o posicionamento das novas bases dos EUA na Colômbia favorece a criação de uma excelente posição para projeção de poder para as regiões norte e centro-oeste do Brasil, além de aumentar o atrito existente entre Colômbia e Venezuela. Merecem atenção especial as bases que receberiam expressivo efetivo da Força Aérea dos Estados Unidos (Apiay e Palanquero). A localização destas permite vôo sem reabastecimento de aviões múltiplo-emprego em uma porção significativa do território brasileiro. Não se procura acusar a probabilidade positiva de ataque estadunidense ao Brasil, mas sim, que a existência de um importante efetivo e equipamento bélico desse país na fronteira podem ser usados, em momento futuro, como instrumento de pressão.

Figura 4 – Novas Bases Americanas na Colômbia



Fonte: FOR Colombia . Disponível em:

<http://www.forcolombia.org/sites/www.forcolombia.org/files/usbasescolombia.jpg>

Uma corrida armamentista na América do Sul causaria, decerto, uma profunda oposição por parte de países vizinhos, entre esses, o Brasil, uma vez que o país objetiva em suas políticas alcançar e/ou manter o status de uma liderança e potência regional. Em termos mais concretos, o incremento do poder militar de um Estado vizinho, no caso a Colômbia, e a presença de setores das Forças Armadas estadunidenses próximos às fronteiras brasileiras são importantes variáveis para a formulação das políticas estratégicas e de segurança do Brasil. Apesar da complexidade das situações reais ou hipotéticas nas quais surgem novos riscos ou ameaças para o Brasil, veremos a seguir que os intentos geopolíticos deste país na região vão de encontro ao rumo dos acontecimentos na Colômbia.

1.4. EVENTOS HISTÓRICOS – CONTATOS DO CONFLITO COLOMBIANO NO BRASIL

Considerado por muitos como não significativo para a realidade da sociedade brasileira, o conflito colombiano tem suas raízes no século XIX, tendo sido sempre veiculado pela mídia de maneira superficial ou parcial. Não obstante, existem ao menos

dois exemplos do transbordamento do conflito colombiano, momentos em que a problemática foi apresentada como trazendo conseqüências diretas para a segurança do Brasil. Por duas ocasiões, “o Exército Brasileiro (EB) teve contato com guerrilheiros: uma em 1991, no Rio Traíra, e outra em 2002, nas proximidades de Vila Bitencourt.” (RIPPEL, 2004, p. 93). Na primeira delas “um destacamento do Exército Brasileiro, com 17 soldados, foi atacado de surpresa por cerca de 40 guerrilheiros colombianos, que mataram 3 sentinelas e feriram outros 12 soldados” , (CASTRO, 2009, p.82) em resposta a prisão de garimpeiros colombianos, ligados às FARC, efetuada pelo EB. Como reação à emboscada, o exército preparou a Operação Tacano¹⁶.

Quanto ao segundo evento, “No dia 26 de fevereiro de 2002 o EB matou cinco integrantes das Farc que navegavam pelo rio Japurá perto do Pelotão Especial de Floresta da Vila Bitencourt, na fronteira com a Colômbia” (JORNAL O GLOBO, 2002). Nota-se ainda que as avaliações sobre o impacto desses eventos para a segurança e defesa nacional brasileira ficam limitadas à esfera do poder coercitivo, como o Ministério da Defesa, a Polícia Federal ou a ABIN.

1.4.1. Ataque no Rio Traíra e a Operação Traíra

Esse primeiro evento é possuidor de características peculiares, de ataque não justificado e velado, com o objetivo visível de eliminar a vigilância, já pequena, nas margens do Rio Traíra¹⁷. O General Álvaro de Souza Pinheiro, do Exército Brasileiro, descreve o ocorrido da seguinte forma:

12:00 horas de uma terça feira, dia 26 de fevereiro de 1991. Cerca de 40 elementos que se declararam guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias *Comunistas* (sic) (FARC)-Comando Simón Bolívar-Facção Força e Paz, realizam uma incursão em território nacional e atacam um Destacamento do Exército Brasileiro estacionado em instalações semipermanentes, às margens do rio Traíra, fronteira entre o Brasil e a Colômbia. (2010. s/p)

¹⁶ A maior operação de selva depois do Araguaia – na qual, oficialmente, teriam morrido, pelo menos, 7 guerrilheiros. (CASTRO, 2009.)

¹⁷ Sobre este evento, em particular, recomenda-se uma reportagem realizada pela Rede Globo, em 1991, na sua época. Esta reportagem, específica e detalhista, é um dos poucos registros da grande mídia brasileira tocando na importância do conflito vizinho. O vídeo está disponível em: http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=2YN2eDwfVfk

Nesta ocorrência, três soldados brasileiros foram mortos – de dezessete presentes no pelotão, além de dois garimpeiros ilegais, colombianos, que estavam detidos nas instalações, no aguardo de transferência para a cadeia de Vila Bittencourt. Nove homens ficaram feridos. Os terroristas da FARC levaram um rádio comunicador, fuzis, alimentos e outros objetos, segundo relatório da Comissão da OEA (2012).

A distribuição tática aplicada no combate foi de um conflito convencional, prática também comumente efetuada por guerrilhas. O ataque foi executado por três escalões, dos quais um – o de apoio de fogo – permaneceu na margem colombiana, enquanto os outros dois, de assalto e de segurança, investiram contra o acampamento. Inicialmente, com preciso fogo de atiradores de escolta, foram eliminados os sentinelas da hora, e a seguir, desencadeado intenso fogo de armas automáticas contra as instalações do Destacamento, cujos integrantes, surpreendidos, tentaram sem sucesso, reagir.

O contato entre guerrilha e exército brasileiro era tamanho, que participantes do ataque já haviam sido apreendidos pelas FA do Brasil, em ocasiões anteriores, ainda segundo o Coronel Álvaro (2010), os colombianos estavam em posse de armamento HK5.56 mm e armas de caça calibre 12. Trajavam uniformes de cor verde claro e botas de borracha do tipo *sete léguas*. “Faziam parte do comando atacante duas mulheres identificadas como já tendo sido anteriormente presas no Destacamento.” (2010)

Em reação a esse ataque, o então presidente Fernando Collor de Melo, com o conhecimento do presidente colombiano, Cesar Gaviria Trujillo, organizou uma ação de busca e resgate dos materiais apreendidos pela guerrilha. Essa ação foi batizada de Operação Traíra, e foi baseada numa operação conjunta entre os exércitos do Brasil e da Colômbia, atuando, cada um, do seu lado da fronteira, para evitar quaisquer penetrações no território alheio. Do lado brasileiro, baseado em Vila Bittencourt, destacamos a utilização de apoio aéreo, pela aviação do exército, se utilizando da Patrulha Ajuricaba, integrada por 4 helicópteros de manobra HM1 Pantera, 2 helicópteros de reconhecimento e ataque HA1 Esquilo, reforçados por pessoal de suprimento e manutenção; e pela Força Aérea Brasileira (FAB), com aeronaves C-130 Hércules e C-115 Búfalo. A marinha do Brasil também se fez presente, através da utilização de apoio de um Navio Patrulha Fluvial da Flotilha do Amazonas (FLOTAM), com base em Manaus, além de duas aeronaves C-95 Bandeirante, de reconhecimento, seis

helicópteros UH-1H e seis aeronaves de ataque ao solo AT-27 Tucano, todas baseadas em Vila Bittencourt, segundo informações do Coronel William Mendel (2000)

O então 1º Batalhão Especial de Fronteira (1º BEF), hoje, 8º Batalhão de Infantaria de Selva (8º BIS), sediado em Tabatinga, foi o principal responsável por eliminar doze guerrilheiros presentes no ataque, e pela recuperação de boa parte do material capturado pelas Farc. (INÁCIO. 2008)

1.4.2. Evento em Vila Bittencourt

O segundo evento relevante de contato entre as Forças Revolucionárias e autoridades brasileiras, se deu no ano de 2002, e consistiu numa ação de abatimento executada pelo Exército Brasileiro¹⁸. A correlação entre estes dois eventos é curiosa, uma vez que, como acontece desde 1992, soldados brasileiros se reuniam em Tabatinga para uma cerimônia que recorda os mortos de 11 anos antes. Parte de um efetivo foi deslocada para responder a uma denúncia de que alguns barcos colombianos teriam ignorado os alertas do batalhão de fronteira e seguido adiante.

Em entrevista ao jornal O Globo (2002), um dos soldados envolvidos na operação relata que, possivelmente, duas embarcações já teriam retornado ao território colombiano, em direção a cidade de La Pedrera, quando as tropas brasileiras se posicionaram:

Por volta das 17h, um barco a motor carregando um grupo de fardados passou pela base em alta velocidade, ignorando a fiscalização obrigatória feita pelo Exército. Um grupo de quatro soldados brasileiros comandados por um cabo recebeu a ordem de perseguir e fiscalizar a embarcação. (O Globo, 2002)

A perseguição tornou-se uma emboscada, com tiroteio, no qual o EB efetuou mais de cem disparos, abatendo os tripulantes e afundando a embarcação. O temor de uma crise diplomática com a Colômbia sucedeu essa ocorrência, pois havia a dúvida sobre o pertencimento dos atacados a algum grupo guerrilheiro. Essa dúvida só viria a ser sanada nos próximos dias, quando índios de uma tribo próxima à base trouxeram diversos objetos encontrados, flutuando no Rio Japurá, onde ocorreu o evento. Dentre tais objetos, se encontravam uniformes camuflados com o emblema das Farc.

¹⁸ Esta operação foi filmada por oficiais e divulgada, livremente, na rede mundial de computadores. O vídeo mostra uma quantidade de disparos, de fato, elevadíssima, e pode ser conferido em “Exército ataca as Farc e mata guerrilheiros”. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ohLyS4JCs7I>

Esse evento foi confirmado pelo então comandante do Comando Militar da Amazônia (CMA), General Valdésio Guilherme de Figueiredo, que aponta:

O evento citado em seu questionamento foi objeto de Inquérito Policial Militar instaurado, à época, pela 16ª Brigada de Infantaria de Selva (Tefé, AM), cujos autos foram encaminhados, pelo canal de comando, à 12ª Circunscrição da Justiça Militar (Manaus -AM), guardião dos detalhes processuais, para as providências do ordenamento jurídico competente.

Nesse evento, em especial, vale dizer, houve profunda cooperação entre o EB e a Polícia Federal do Brasil, por muitas vezes atuando com caráter militar, na região, seja pela dificuldade do EB em cobrir todas as áreas da fronteira porosa, seja pela difusão dos eventos na mesma.

1.5. A INDIFERENÇA RECÍPROCA – AS RELAÇÕES HISTÓRICAS DA COLÔMBIA COM O BRASIL

A América do Sul testemunha o crescimento da participação do Brasil na segurança e no desenvolvimento no subcontinente. A ascensão do Brasil começou a ser mais perceptível após a redemocratização, na qual a orientação nacionalista na política externa cede espaço para a integração regional e a interdependência econômica. Ao longo desse processo, “a construção da identidade do Brasil, como país latino-americano, foi, portanto, substituída pela idéia de país sul-americano.” (SOARES DE LIMA & HIRST 2009, p.57). Moniz Bandeira (2008) deixou explícito o caráter geopolítico da identidade sul-americana do Brasil, sendo a região um contexto geográfico e político, no qual o Brasil teria capacidade de projetar poder em coerência com os meios que dispõe.

Desde o governo Cardoso, o país passou a ter uma presença mais forte no subcontinente, utilizando-se de prudência para evitar aparências de agir como intermediário de intenções estadunidenses ou com um país (sub)imperialista. Durante o governo Lula a política externa do país passou a priorizar o objetivo explícito de alcançar o status de líder na região. Essa mudança de orientação se manifesta nos incentivos ao aumento das relações econômicas entre os países do subcontinente, mas também, pelo incremento dos laços políticos e diplomáticos entre os sul-americanos, a exemplo da criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Maria Regina Soares de Lima e Mônica Hirst (2009) definem esse anseio brasileiro como

fundamentado em algumas relações de causalidade, entre as quais a noção de que o “impacto do governo Lula na democracia brasileira poderia ter um efeito de difusão de estabilidade política na região”. Entretanto, este aspecto enfrenta dificuldades, em especial, em relação à Colômbia. Essa deficiência na política externa brasileira tem sido enfrentada com um maior engajamento do país na segurança regional.

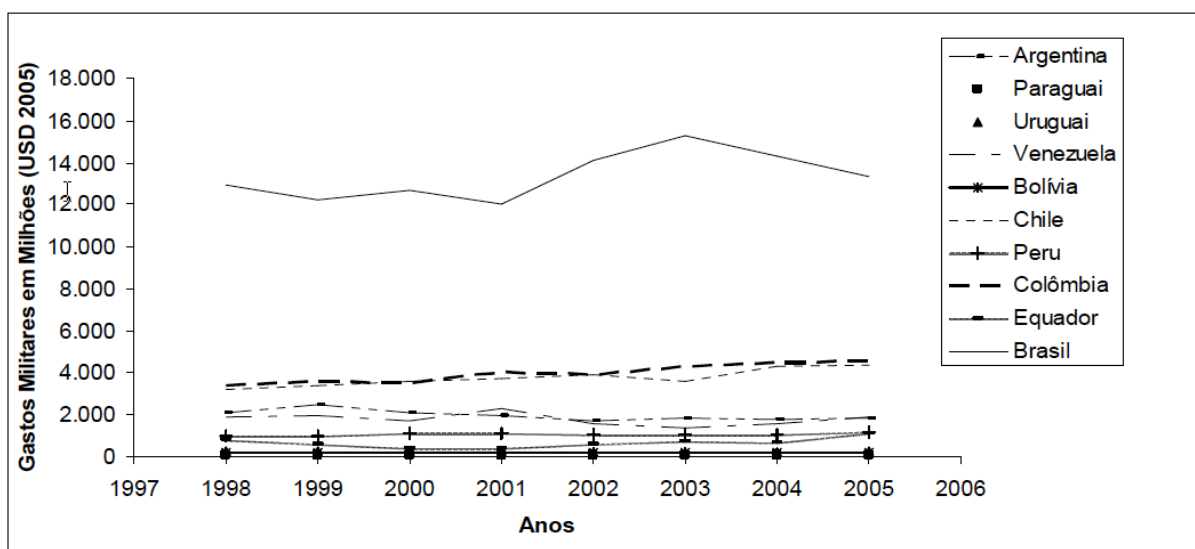
A capacidade diplomática e de mediação, por parte do Brasil, foi fundamental em crises políticas ocorridas na Venezuela, Bolívia, Equador e, em especial, no Haiti, onde lidera desde 2004 uma missão de paz da ONU (MINUSTAH). Além disso, foi líder do grupo “amigos da Venezuela”¹⁹. Participou, ao lado da Argentina, no apoio a transição pacífica de governos na Bolívia em 2005, além de fazer parte do processo que culminou com a queda do governo Gutierrez no Equador, através de uma forte mediação. É possível perceber que o país parece ter relativizado a tradicional política de não intervenção – embora continue com seu caráter pacífico e mediador – em nome de uma evolução na sua posição de destaque como líder em ações mais pró-ativas na consolidação na América do Sul de um *Regime de Segurança*. Neste tipo de Padrão de Segurança – *security regime* – (TAVARES, 2005), o papel de potência regional é fundamental na criação de condições de estabilidade e paz (negativa). Inclusive, é uma das principais dimensões da inserção brasileira na segurança internacional na primeira década do século XXI.

Em termos de “massa crítica”, ou variáveis clássicas de poder, o pleito brasileiro por liderança e o seu papel estabilizador regional é justificável. O Brasil é o maior responsável por gastos militares entre os sul-americanos²⁰.

Gráfico 2 - Evolução dos Gastos Militares nos Estados do Mercosul e Associados

¹⁹ O “Grupo de amigos da Venezuela”, liderado pelo Brasil, contava também com Chile, Colômbia, México, Portugal, Espanha e Estados Unidos, e buscava um entendimento entre o governo Chávez e os grupos de oposição. (SOARES DE LIMA e HIRST, 2009).

²⁰ Os gastos militares brasileiros podem ser enganadores a princípio. Mais de 80% destes são destinados a pagamento de pessoal, amortização de juros da dívida, e custeio, sobrando um pequeno percentual para investimento e inversões, cerca de 5% (LUCENA SILVA e TEIXEIRA JR., 2009, p. 30). Mesmo assim, quando comparado com outros países, os gastos militares brasileiros ainda são expressivos.



Fonte: Teixeira Júnior (2010, p. 119).

Em termos ideacionais, o engajamento do Brasil na administração da segurança local está ligado à busca brasileira pela liderança regional. Isto se deve principalmente à crença de que o sucesso do país na região aumentaria seu papel e posição no cenário internacional, tendo como consequência o apoio dos parceiros locais às suas ambições mundiais. Contudo, esse Estado tem encontrado dificuldades em alcançar seus interesses, em parte, graças às turbulentas discordâncias encontradas nos seus vizinhos.

Quanto aos envolvimento brasileiros com a Colômbia, o que se percebe, durante boa parte da história, e até o fim do nosso recorte temporal, é aquilo que Rafael Villa veio a batizar de *indiferença recíproca*, a ser mais detalhado adiante, e ratificado, se observarmos a sua relação tradicional com alguns vizinhos. Partindo desse aspecto, podemos observar que, mesmo buscando integrar-se de forma expressiva ao subcontinente sul-americano, o Brasil promoveu seu crescimento, por muitas vezes, baseando-se numa:

relativa indiferença e distanciamento que tradicionalmente marcou as perspectivas brasileiras frente às questões domésticas dos países vizinhos, distanciamento este que refletia a realidade das grandes distâncias geográficas entre os principais centros políticos e econômicos e também a pouca densidade das relações com seus vizinhos da área andina em particular. (VAZ, 2004, p.1)

A indiferença, no que diz respeito à Colômbia, é visível, e podemos levantar nada mais que alguns poucos acordos que só passaram a existir depois da década de 70 do século XX. Entre iniciativas que Villa aponta como insuficientes, podemos destacar

pelo menos três principais. Primeiro, lideraram a criação da Associação de Países Produtores de Café em 1993, uma vez figurando como os dois maiores produtores do mesmo. Uma segunda interação digna de nota é a assinatura, em 1981, de um acordo antidrogas e, em 1991, de um ajuste complementar sobre cooperação judiciária. Ambos, resultado de uma série de encontros e negociações. Por fim, em 2009, foi criada a Comissão Bilateral Brasil-Colômbia, através de uma reunião realizada em Cartagena²¹.

Para países com uma problemática tão difusa, no tocante à segurança regional, é perceptível a ausência de interação, que pode ser justificada não apenas pelo pouco interesse por parte do Brasil, mas pela opção colombiana durante seu conflito. Tal distanciamento pode ser explicado pelo afastamento comercial e cultural, uma vez que os dois Estados jamais compartilharam grandes parcerias, exceto por um acordo antidrogas. Entretanto, no plano político, algo vem se transformando. Uma vez que o Plano Colômbia, mais especificamente a presença militar estadunidense, pareceu chamar a atenção das autoridades brasileiras à realidade do conflito no país vizinho. Segundo Castro, o país chegou a esperar, por muito tempo, um convite para participar de mediações no conflito, o que chegaria a reforçar seu papel de líder, e o daria um *status* de “grande solucionador” dos problemas e conflitos locais, entretanto, tal convite nunca veio, e uma cooperação regional foi substituída pelo apoio estadunidense.

Com esse ponto, abre-se uma forte discussão no contexto geral do conflito colombiano e de seus impactos para o Brasil. Questionamos as reações do Brasil e qual tem sido a postura padrão dentro do seu debate teórico sobre esta dinâmica de segurança, de histórico complexo, como comprovado durante todo o presente capítulo.

1.6.MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Para alcançar os objetivos traçados na presente pesquisa, será realizada uma abordagem qualitativa, a fim de apontar as questões fundamentais da temática, as quais serão também essenciais para a formulação das conclusões da pesquisa. A metodologia será fundamentada numa pesquisa bibliográfica de artigos e outros trabalhos também

²¹ A Comissão Bilateral foi criada por decisão dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Álvaro Uribe Vélez, na Visita de Estado do Mandatário colombiano ao Brasil, em 17 de fevereiro de 2009. Na ocasião, os Presidentes instituíram a Comissão Bilateral como foro privilegiado para estruturar e supervisionar o conjunto das relações Brasil-Colômbia. Durante a reunião, os Ministros mantiveram diálogo privado em que abordaram temas de interesse bilateral, regional e multilateral. Extraído de Ata da I Reunião da Comissão Bilateral Brasil-Colômbia, Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2009.

sobre a história recente da região amazônica – em especial de eventos militares e dos países em questão; alguns importantes autores da área da Segurança Internacional; além de uma análise documental, apontando a postura de instâncias do governo brasileiro quanto à temática.

A metodologia qualitativa poderá ser bem observada ao longo do trabalho, durante o decorrer dos objetivos específicos supracitados neste projeto. Inicialmente, a pesquisa bibliográfica servirá de alicerce para apontar o desenrolar histórico do conflito e sua problemática regional. A história recente do subcomplexo apontará para como o crescimento militar tornou-se visível e, mais tarde, possivelmente incômodo para o Brasil.

Num segundo momento, é proposta a análise da postura brasileira, à qual servem como embasamento tanto textos acadêmicos, como, especialmente, documentos e pronunciamentos feitos por autoridades do Brasil, dessa maneira, busca-se compreender como o país interpreta a problemática. Em seguida, será realizada uma análise de documentos oficiais – tais como a Política de Defesa Nacional e a Estratégia Nacional de Defesa – discursos de autoridades competentes – como os Ministérios da Defesa e MRE – e entrevistas de membros das FA, em busca da existência ou não do processo de *securitização* para este tema.

Finalmente, busca-se a demonstração das ações concretas efetuadas pelo governo brasileiro, tais como mobilização de tropas, negociações diplomáticas, formulação de políticas públicas, entre outros modos de ação. Para tanto, a análise bibliográfica e de documentos também vigorará. Será feita uma abordagem de tais projetos, a ver: o Projeto Calha Norte (PCN), a criação dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), entre outros projetos direcionados à região conhecida como a “Cabeça do Cachorro”, no extremo norte brasileiro. Paralelamente a essa metodologia, também serão utilizados textos teóricos das Relações Internacionais, para a aplicação da teoria da *securitização* as propostas oferecidas.

1.6.1. Objetivos e hipótese

Como supracitado, a pesquisa em questão parte da hipótese de que o Brasil *securitiza* a questão do conflito colombiano. Levamos em consideração numa relação de causalidade entre estas variáveis, duas variáveis intervenientes importantes. Primeiro,

(*q*) a instauração e subsequente militarização do Plano Colômbia, que significou o aumento no combate às guerrilhas e ampliação do poder material no país vizinho; e segundo (*r*) a interdependência de segurança, aliada aos processos de securitização e dessecuritização mudam a perspectiva brasileira sobre o tema em voga.

Destarte, e sob a luz dos trabalhos de Stephen Van Evera (1997), é possível organizar a relação causal num diagrama na seguinte forma: $A \rightarrow q \rightarrow r \rightarrow B$. Em que a variável independente *A*, o Conflito Colombiano, resulta na variável dependente *B*, ampliação da militarização da Amazônia brasileira, tendo seu efeito intensificado pelas variáveis intervenientes *q* e *r*, respectivamente, a aplicação do pacote chamado Plano Colômbia, e as relações de segurança regional.

Entretanto, essas variáveis não podem ser consideradas apenas um dado histórico fixo, seu impacto na análise pode ser alterado, ou seja, variar de acordo com diferentes pontos de vista epistemológicos. Além de inconstantes, a sua formulação foi sujeita à um processo chamado por Rodrigues Pereira de “concepção de variáveis”. Para o autor, “as variáveis são o agrupamento das medidas repetidas de um dado objeto de estudo” (2004, p. 43).

Uma vez que o impacto das variáveis em questão será considerado, na presente pesquisa, em uma escala de intensidade, podendo variar de irrelevante à importante, compreendemos que, na classificação do autor, as variáveis utilizadas seriam *qualitativas categóricas nominais*, isto é:

variáveis classificadas por categorias, sendo que cada categoria é independente, sem relação com as outras. V.g.: raça (com categorias como caucasiana, negra etc), nacionalidade (brasileira, argentina etc.) ou criança, jovem, adulto, idoso. (2004, p.44)

Ou, no nosso caso, irrelevante; impacto fraco, impacto forte ou importante, sendo que a relevância de uma das variáveis não influencia na relevância da outra, tornando-as independentes entre si.

O processo de *securitização*, conceito fundamental na pesquisa, pode ser alocado, aqui, como a variável de controle, uma vez que consideramos o seu efeito um mecanismo que pode alterar a reação brasileira frente ao conflito colombiano. Uma variável de controle, por sua vez, é classificada, por Rodrigues Pereira como:

A(s) variável(eis) que se considera(m) capaz(es) de interferir na relação entre dependente e independente, podendo sugerir relações falsas que dizem respeito à sua interferência e não à relação estudada. V.g.: sexo e idade, variáveis segundo as quais a relação entre asma e alergia pode variar. (2004, p. 46)

Na relação em questão, entre o conflito colombiano e a pungente militarização na Amazônia brasileira, essa variável pode ser o diferencial, uma vez que é etapa importantíssima na legitimação de um processo de mobilização militar de qualquer Estado. Removido este processo, teríamos uma relação apenas política, fora do âmbito da segurança internacional, sendo esse um ‘termômetro’ das tensões militares na região.

A escolha das variáveis em questão se dá pela idéia de rigor e exatidão que as mesmas têm sobre o objeto em debate. É válido ressaltar, como o faz Rodrigues Pereira, que uma pesquisa qualitativa pode abarcar, de maneira ótima, uma análise quantitativa (2004). Entretanto, optamos, aqui, por uma análise qualitativa, certos de que “o uso de medidas categóricas implica uma incorporação de incerteza às medidas, mas não implica qualquer obstrução à produção do conhecimento.” (RODRIGUES PEREIRA. 2004, p.53)

1.7.O USO DA LITERATURA - APANHADO HISTÓRICO E APRESENTAÇÃO DA TEORIA

A metodologia poderá ser observada ao longo do trabalho, durante o decorrer dos objetivos específicos que se busca alcançar. Faz-se necessário compreender o desenvolvimento do conflito em questão, a forma como esse se transforma numa dinâmica de segurança regional, mais do que simplesmente um problema nacional. Busca-se demonstrar, também, qual o posicionamento brasileiro quanto à problemática em debate, uma vez reconhecida a presença ou ausência de *securitização* sobre esse tema. Para a formulação desta análise, é fundamental conhecer os conceitos de *risco* e *ameaça*, só assim será possível concluir qual das duas classificações pode se aplicar ao processo, no ponto de vista das autoridades brasileiras. Para tanto, tais conceitos serão apresentados, fundamentados em textos do autor que os cunhou, Robert Keohane.

Assim sendo, torna-se perceptível que o primeiro dos métodos utilizados é a revisão bibliográfica. Utilizaremos-nos, aqui, dos escritos do sociólogo e psicólogo Uwe

Flick, de contribuição *sui generis* para a metodologia qualitativa. Acolhemos, nesta pesquisa, duas sugestões apresentadas por Flick em seu livro (2009), a primeira, diz respeito a utilizar a literatura teórica sobre o tema do estudo. E, a segunda, concerne à literatura empírica sobre pesquisas anteriores na área do estudo ou em áreas similares.

No tocante ao primeiro momento – uso da literatura teórica – buscamos satisfazer essa comum e essencial exigência acadêmica, no momento da utilização do debate entre diversos teóricos da Segurança Regional e Internacional. Com isso, pretende-se uma fundamentação teórica capaz de embasar as hipóteses formuladas, ou seja, para verificar as afirmações postuladas, alicerçadas nessas mesmas teorias. Como aponta Flick, “na pesquisa qualitativa, o pesquisador utiliza os *insights* e as informações provenientes da literatura, enquanto conhecimento sobre o contexto, utilizando-se dele para verificar as afirmações e observações a respeito do seu tema de pesquisa.” (2009, p.62).

A tendência a uma maior diversificação de teorias, tal como o mecanismo de triangulação de teorias, ambas apontadas por Flick, também se farão presentes no trabalho, uma vez que as teorias que pretendemos utilizar, a ver, alguns conceitos próprios da Escola de Copenhague, não se prendem aos modelos mais tradicionais de estudo das Relações Internacionais (RI), campo a qual pertence. Da mesma forma, a utilização de conceitos vinculados ao discurso, tais como a *securitização*; *risco* e *ameaça*, apontam para uma articulação entre teorias de distintas áreas das RI.

Sobre essa triangulação, Flick (2009) aponta que é comum adotar uma perspectiva como “única” e rejeitar todas as outras, assim vem sendo feito, há muito tempo, no debate metodológico. Como alternativa, é possível compreender as perspectivas como diferentes caminhos para se chegar ao fenômeno. Dessa forma, é possível combinar e suplementar diferentes perspectivas de pesquisa. Essa é a *triangulação de perspectivas*, que amplia o foco sobre o fenômeno em estudo.

Quanto ao segundo momento, que trata da utilização da literatura **empírica** sobre o tema, o autor indica que:

pode auxiliar muito descobrir-se se existe alguma outra pesquisa naquela área ou em uma área similar. (...) O contato com esses outros estudos pode ser produtivo para inspirar o pesquisador sobre o que fazer em sua própria pesquisa, como planejá-la, o que perguntar em uma entrevista, etc. Caso encontre uma pesquisa que se revele um bom exemplo, o pesquisador poderá utilizá-la como uma orientação de como realizar sua própria pesquisa, caso

seja um mau exemplo, poderá usá-la como uma orientação sobre como não proceder ou sobre quais erros evitar. (2009, p.64)

Tudo isto pode ser observado na pesquisa em questão, especialmente, quando apresentado no supracitado apanhado histórico recente do conflito colombiano e das relações Brasil-Colômbia. Este levantamento será disposto de forma a englobar uma diversidade de autores, possibilitando classificá-los em grupos de pensamento, a serem seguidos, ou não. O debate histórico na academia, em que me fundamento no que diz respeito à militarização da Colômbia, tem inúmeras quantidades de páginas escritas, portanto, cabe ao pesquisador encontrar nelas aquilo que serve de base para os seus objetivos. Decido, doravante, dispor os textos que tenho utilizado em três sub-grupos de pensamento, no que diz respeito à minha hipótese de pesquisa.²²

Muitos dos autores, aqui apresentados, tendem a acreditar na *não-securitização* (e, potencialmente, na politização) do tema, por parte do Brasil, isto significa, na minha análise que, para estes pensadores o tema não vem sendo tratado pelo Brasil, em nenhum dos âmbitos em questão (o formal e o concreto) como uma questão de segurança. Entretanto, isso não significa que para esses, o país não reconheça a problemática e a dê atenção, apenas que o faz num aspecto mais político e menos militar. Outros acreditam que o tema não tem a devida atenção e encontra-se imerso em situação de *indiferença recíproca*, termo esse, cunhado por Rafael Duarte Villa (2005), que serve, com perfeição ímpar, para explicar a abordagem de muitos autores. Esses demonstram que o desenvolver do conflito colombiano tem sido acompanhado a distância pelo Brasil, mesmo que por motivos diversos. Isso significa, também, que existe pouca ou nenhuma relação, entre o conflito colombiano e a mobilização militar brasileira na sua Amazônia.

Em terceiro lugar, e por fim, introduzo um último grupo, ao qual me incluiria à guisa de classificação epistemológica. Esse grupo, o dos *securitizantes*, acreditaria que as ações tomadas, até aqui pelo Brasil, representam que o tema já foi securitizado. Mesmo que isso não tenha ocorrido no âmbito formal, as ações tomadas na região comprovariam o mesmo, sob uma análise que se apoiasse nos conceitos *buzanianos*.

²² É válido, e de fundamental importância, ressaltar que os autores aqui utilizados para estabelecer um ponto de partida histórico das relações Brasil-Colômbia, não falam em termos de *securitização*, e nem este é o seu interesse em suas obras. Esta classificação é realizada apenas como forma de maximizar a operacionalização dos seus escritos na minha abordagem, ora proposta, e pode ser desarticulada, pela pesquisa dos próprios autores. O processo utilizado aqui, é uma interpretação de seus textos.

Dessa forma, exponho os posicionamentos que servem como guia para a minha própria pesquisa, e outros dos quais, me distancio epistemologicamente, pelos motivos supracitados. Procuro, assim, levar em consideração tanto aqueles autores com os quais concordo, quanto aqueles que julgo serem de abordagem distinta, e tratá-los como importante contribuição para o debate teórico em questão.

1.8. ANÁLISE DOCUMENTAL - DOCUMENTOS OFICIAIS E OUTROS DADOS FORMAIS

Num momento posterior é proposta a análise da postura brasileira, - a fim de enquadrá-la numa das classificações supracitadas – à qual servem como embasamento tanto textos acadêmicos, como, especialmente, documentos oficiais de autoridades do Brasil. Dessa maneira, busca-se compreender como o país interpreta a problemática. Para tanto será realizada uma comparação da variação dos gastos militares do Brasil. Nesse ponto, nos utilizaremos da análise de documentos como dados, e de uma análise qualitativa de dados quantitativos.

Quanto à utilização de documentos como dados, Uwe Flick aponta que os mesmos seriam:

Artefatos padronizados na medida em que ocorrem tipicamente em determinados formatos como: notas, relatórios de caso, contratos, rascunhos, certidões de óbito, anotações, diários, estatísticas, certidões, sentenças, cartas ou pareceres de especialistas (WOLFF, 2004b, p.284. apud RODRIGUES PEREIRA, 2009, p.231)

No nosso caso, os documentos a serem analisados serão, principalmente, documentos oficiais das autoridades consideradas pertinentes ao tema, a ver: as duas versões da Política Nacional de Defesa (1996 e 2005) e a Estratégia Nacional de Defesa (2008), por serem os projetos oficiais que versam sobre a segurança brasileira, e, dessa maneira, devem abranger todos os temas relacionados à defesa do país. Da mesma forma, analisaremos as notas oficiais dos encontros entre chefes de Estado, diplomatas, e líderes das forças armadas dos dois países. Julgamos, portanto, como autoridades pertinentes, o Ministério da Defesa, a Presidência da República, o Ministério das Relações Exteriores e as Forças Armadas.

Tendo em vista que vasculharemos estes papéis, em busca de um suposto processo de *securitização*, por parte do Brasil e, levando em consideração esse processo

como um procedimento discursivo, também nos será de incrível valia a análise de discursos. Presentes tanto em notas oficiais, como em matérias de jornais e vídeos, comumente disponíveis na internet. Embora Uwe Flick aponte que a maioria das pesquisas feitas pela internet é de levantamentos quantitativos, o autor explicita que muitos métodos qualitativos também foram transferidos para o *cyberespaço*.

Além da análise de discursos presentes na rede, muitos dos documentos a serem explorados, aqui, também serão encontrados na internet, diferentemente dos documentos oficiais de defesa do Brasil, encontrados de forma impressa. Quanto à análise de documentos na internet, Flick salienta que

a *web* é cheia de documentos, tais como páginas pessoais e institucionais, documentos e arquivos, jornais *online* (...) se a pesquisa exigir, o pesquisador encontrará uma multiplicidade infinita de *sites* e documentos, muitas vezes com conexões entre si ou entre sites específicos. (2009, p.249)

É nessa imensidão de documentos quase poética que encontramos uma grande quantidade de discursos a serem analisados na pesquisa em questão. Tanto em sites institucionais quanto em versões digitais de jornais, tanto brasileiros, quanto colombianos. Dessa maneira, busca-se maximizar diversos braços da análise qualitativa, explorando tanto documentos impressos e discursos publicados em notas oficiais físicas, quanto o profundo e vasto mundo da rede mundial de computadores. No qual, já é possível encontrar uma vastidão de notas, discursos e outros documentos que apontem para a postura formal do país, quanto a um tema – nesse caso, o processo de *securitização* do conflito colombiano.

CAPÍTULO 2. O PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO COMO FERRAMENTA TEÓRICA

Esta pesquisa tem, por objetivo, a apresentação da postura do debate brasileiro sobre o conflito colombiano, destrinchado e detalhado no capítulo anterior. Para tanto, nos basearemos em determinada abordagem teórica, que nos servirá como escopo de definições para qualificar cada um dos grupos de autores apresentados.

Tendo ciência da complexidade de um processo semiótico e investigativo, no qual se procura expor o posicionamento de uma série de pensamentos, no nosso caso, um selecionado corpo de autores brasileiros, sobre uma determinada questão, aqui, a problemática colombiana, baseada em uma determinada teoria, a ver a teoria da *securitização*. Destarte, percebe-se necessária a apresentação de cada uma destas etapas. Findada a exposição do conflito em si, partiremos, no presente capítulo, para o reconhecimento de nossa ferramenta teórica, de enorme vulto nos estudos de segurança regional.

2.1 O DEBATE DA SEGURANÇA REGIONAL

Uma pesquisa que explore a militarização da sub-região amazônica precisa apoiar-se em uma vasta literatura que trate da questão em apreço. Quanto a relação Brasil – Colômbia, tendo como pano de fundo a militarização, deve se abordar algumas discussões fundamentais. Para tanto, procura-se demonstrar o debate teórico existente sobre as problemáticas fundamentais que circundam tal pesquisa. Pontos estes que são, essencialmente, a Relação Brasil – Países vizinhos; a Segurança Regional, em algumas de suas abordagens; e as conexões entre segurança e Brasil.

Uma vez que as relações apontadas na presente pesquisa situam-se sob a perspectiva dos estudos de segurança, faz-se *mister* a incorporação do debate sobre o tema, mais especificamente sobre a segurança regional. Como aponta Rodrigo Tavares (2008) “qualquer conceituação de regionalismo deve englobar sua natureza complexa e multidimensional.”²³ Por conseguinte, apresenta-se o debate teórico sobre as teorias dos Complexos Regionais de Segurança (CRS), introduzido por Buzan e Waever (2003), segundo os quais, a idéia central na teoria dos CRS é que as ameaças viajam mais

²³ “Any conceptualization of regionalism has indeed to acknowledge its complex and multidimensional nature.” Tradução do autor – Grifo nosso.

rapidamente por curtas distâncias do que por longas, a interdependência de segurança está, normalmente, organizada em blocos baseados em regiões: os complexos de segurança. Para Buzan, no mundo pós-Guerra Fria o nível regional consegue destacar-se mais como o lócus de conflito e cooperação para os Estados.

Sobre esta temática, adicionam-se às discussões os autores Lake e Morgan, que apresentam sua análise sobre os complexos regionais de uma maneira um pouco diferente, para estes (1997) um sistema regional é "um conjunto de estados afetados por pelo menos uma externalidade transfronteiriça, mas local, que emane de uma área geográfica específica", concentrando-se, em especial nos conceitos de externalidades.

Uma vez fundamentada no plano da percepção do Estado brasileiro quanto ao conflito em voga, faz-se fundamental a compreensão sobre o conceito de *securitização*, já que este mecanismo operacional nos servirá para compreender quais são as posturas do Brasil, no que diz respeito à movimentação militar do país vizinho. Esta análise se dará em dois momentos distintos. Uma vez que a *securitização* figura como a nossa principal ferramenta analítica, uma descrição mais apurada sobre sua origem, *modus operandi* e a nossa própria utilização da mesma, será feita em seção própria, mais adiante, nesse capítulo.

De tal modo, podemos fazer uma ligação entre os estudos de segurança e o Brasil. Para o aprofundamento desta questão, utiliza-se dos estudos de Alsina Jr. (2009) autor que procura apontar um distanciamento ocorrente entre as políticas de defesa e externa, possivelmente demonstrado pelas dissonâncias entre as percepções adotadas pelas autoridades brasileiras quanto ao problema e as ações tomadas quanto ao mesmo. Associada a análise de Alsina, pode-se encontrar o trabalho de Maria Regina Soares de Lima e Mônica Hirst (2009) que indica um posicionamento da política externa do Brasil, o impacto do governo Lula na democracia brasileira poderia ter um efeito de difusão de estabilidade política na região. Esta idéia poderia ser abalada pela participação estadunidense na região. Além de Alsina Jr. a obra de Rafael Duarte Villa (2005) nos dá uma clara noção de como funciona a participação estadunidense no conflito, e quais são suas implicações na agenda de segurança. No que também colabora Alcides Costa Vaz ao apontar que “o conflito colombiano é objeto, nessas instâncias, de atento seguimento [...] sobretudo por ser fonte e canal de irradiação de fatores de insegurança que se conjugam a problemas domésticos dos países vizinhos e no próprio Brasil.” (VAZ, 2004, p.4)

2.2 A ESCOLA DE COPENHAGUE

Geograficamente originada na Dinamarca e epistemologicamente localizada entre as correntes mais positivistas e abordagens mais críticas, a Escola de Copenhague (EC) é uma das principais fontes de contribuições ao estudo da Segurança Internacional, desde o início dos anos 90. Encabeçada por Barry Buzan e Ole Wæver, a Escola é composta por pensadores pertencentes ao Copenhagen Peace Research Institute (Copri), e é responsável pela inclusão de diversos novos temas à agenda da segurança e das relações internacionais.

A EC é marcada por uma tentativa de trabalhar questões mais setoriais, sob perspectivas não tão tradicionalistas, como o construtivismo, o que a colocou numa posição distante dos *estudos estratégicos* e de toda a tradição vigente nos Estados Unidos à época. Embora comumente focada na segurança europeia, os estudos da Escola, especialmente de Buzan e Wæver, são de suporte fundamental à análises de segurança regional em qualquer parte do mundo.

Esta instituição surgiu frente a uma preocupação com os investimentos militares ocorrentes nos anos 80, enquanto EUA e União Soviética reaquesciam a Guerra Fria através da instalação de armas nucleares e escudos antimísseis em distintas áreas do planeta. A EC representa, desta forma, um receio com as “limitações da abordagem unicamente estratégico-militar” (VILLA & SANTOS, 2010, p. 118) e uma reação e aprofundamento de outros aspectos até então ignorados no estudo da segurança.

O objeto referente dos Estudos Estratégicos é o Estado, na verdade, são os grandes defensores de uma abordagem materialista que considera a posição estatocêntrica como um aspecto dado, e não algo passível de discussão. As ameaças, para estes, são, primariamente, externas, significando uma ameaça vinda de outro Estado, privilegiando os conflitos inter-estatais. Reagindo a esta maneira monolítica de abordagem, a Escola de Copenhague também viria a apresentar uma variedade maior no tocante aos níveis de análise.

As ‘novas correntes’ adentram os estudos de segurança de maneiras muito distintas entre si, durante o debate entre *wideners* e *deepeners*, podemos destacar o construtivismo, que nesse momento, subdivide-se em duas novas correntes, o *construtivismo convencional* – racionalista, considerado muito próximo aos

tradicionalistas, por coincidências como, por exemplo, de referencial, o Estado, e foco no comportamento deste Estado. Sua principal inovação vem na proposta de tomar a segurança estatocêntrica, militar, tradicional, e explicá-la por meios ideacionais, como crenças, normas, valores e cultura. – e o *construtivismo crítico* – que tinha como referencial outras coletividades, além do Estado, esta corrente destaca o papel da língua e adota uma metodologia sociológica e pós-positivista, faz uma crítica a teorias como a da Paz Democrática.

A presente seção procura expor, de maneira sucinta, algumas das importantes contribuições da Escola de Copenhague para a segurança internacional, em especial a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (CRS) e os conceitos relacionados à *securitização*, com o intuito de demonstrar a importância dos mesmos para uma análise no nível regional da segurança internacional. Adotaremos, aqui, uma postura epistemológica associada ao construtivismo padrão ou convencional, por considerar as teorias utilizadas na pesquisa como pertencentes a tal corrente.

Destarte, num primeiro momento, busca-se apresentar um apanhado histórico e teórico do Construtivismo das Relações Internacionais, baseado, essencialmente, na leitura de Emmanuel Adler, grande expoente da corrente em questão. Em seguida, expomos um pequeno debate teórico sobre a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, entre outras contribuições da Escola abordada.

2.2.1 O Construtivismo das Relações Internacionais

Hodiernamente, a dimensão regional da segurança tornou-se um objeto de destaque nos estudos estratégicos e de defesa. No tocante às teorias de segurança, destacam-se correntes não positivistas que passam a introduzir novos elementos na agenda de pesquisa pós-era bipolar. Incluída neste grupo encontra-se a Escola de Copenhague, uma das mais importantes. A maior contribuição desta escola é a maior valorização do âmbito regional para os estudos de segurança, para Buzan e Hansen (2009), dois dos grandes nomes da Escola de Copenhague, a fase pós-guerra fria, caracterizada pela redução da presença e influência das superpotências – ao que eles denominariam *overlay* – em diversas regiões do mundo permitiram a re-emergência de dinâmicas endógenas de segurança e conflito nestes espaços geográficos. São os

pensadores desta escola, os responsáveis pela criação da ferramenta empregada nesta pesquisa, a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança.

A postura epistemológica aqui esposada é tributária da versão *standard* do Construtivismo em Relações Internacionais (MCDONALD, 2008). Segundo Emanuel Adler, no seu *Construtivismo no estudo das Relações Internacionais* (1999), o mesmo seria uma alternativa, um meio-termo no “[...] debate teórico entre racionalistas (principalmente realistas, neo-realistas e institucionalistas liberais) e partidários de epistemologias interpretativistas (pós-modernos e pós estruturalistas, teóricos críticos e teóricas feministas)” (p.201).

Desta forma, podemos compreender os estudos empregados na presente pesquisa como uma interpretação que encara os acontecimentos do sistema internacional como não simplesmente naturais, determinados por forças ou constrangimentos físicos, nem dependentes de preferências pessoais e escolhas racionais, na sua totalidade. Na verdade, o Construtivismo das Relações Internacionais²⁴ (RI) poderia ser tratado como uma visão de mão-dupla, a abordagem segundo a qual “o modo pelo qual o mundo material forma a, e é formado pela ação e interação humana depende de interpretações normativas e epistêmicas dinâmicas do mundo material.” (ADLER, 1999, p.205)

A importância do Construtivismo para a pesquisa em questão, e para as Relações Internacionais como um todo, reside, fundamentalmente em sua ênfase na realidade ontológica do conhecimento intersubjetivo e nas implicações metodológicas e epistemológicas dessa realidade. É válido ressaltar, que os construtivistas são “realistas ontológicos”, acreditam não apenas na existência de um mundo material – como apontam David Marsh e Paul Furlong, acreditam que existe “um mundo real lá fora”²⁵ – quanto que este mundo material, pré-estabelecido, exerce resistência quando tentamos agir sobre ele. Destarte, é perceptível a possibilidade de enquadrarmos o Construtivismo das RI como uma ponte de ligação entre as distantes e comumente antitéticas filosofias da Ciência Política, os positivistas e os interpretativistas.

Ainda no tocante ao debate ontológico-epistemológico, é válido considerar a importância da relação ‘agente-estrutura’ da forma como ela é analisada pelo

²⁴ É importante perceber uma diferença primordial entre os termos Relações Internacionais, com letras iniciais maiúsculas (tratado neste artigo também pela abreviação RI) do termo relações internacionais, com letras minúsculas. Aquele, se referindo ao campo científico e à disciplina de estudos, este se tratando das dinâmicas de interação dos estados e outros atores internacionais *per se*. Distinção exemplarmente cunhada por Cristina Pecequillo (2004)

²⁵ “There is a real world out there” (MARSH, FURLONG. 2002, p.18)

construtivismo. Se nos utilizarmos de um exemplo claríssimo de sujeito das relações internacionais, as instituições internacionais, buscaremos compreender a perspectiva em questão. Entendamos que, para os construtivistas, mesmo as instituições mais fortes e duradouras, mesmo aquelas que representam grande vulto no sistema internacional e moldam ações e preferências, são baseadas em entendimento coletivo, até que sejam dadas como intrínsecas ao sistema. Ou seja, para esta corrente, agência e estrutura se auto-influenciam, aí reside a primordial *intersubjetividade* desta escola. Para Nogueira, agentes e estrutura são co-constitutivos uns dos outros, e nenhum precede o outro nem no tempo, nem na capacidade de influenciar o outro. Trata-se de um processo contínuo e permanente (NOGUEIRA, p. 166).

Embora se posicione ontologicamente entre tradicionalistas e os chamados pós-positivistas, os construtivistas das RI recebem severas críticas ao seu discurso, especialmente destes últimos. Maja Zehfuss, autora pós-estruturalista, aponta em seu livro que, ao tentar colocar-se no meio-termo, buscando aceitação, os construtivistas fazem concessões metodológicas que os afastam do segundo grupo, afirma, “o famoso caminho do meio está muito mais perto do racionalismo do que dos pós-positivistas” (Zehfuss, 2002, p.5).

Ainda assim, podemos concluir que o Construtivismo Padrão das RI se posiciona exatamente entre intersecções, tanto ontológica quanto epistemologicamente, entre os positivistas e os interpretativistas e entre a agência individual e a estrutura social. É possível afirmar que, ontologicamente, os construtivistas não ignoram que exista “um mundo lá fora”, mas consideram que ele só faz sentido a partir do momento que nos referimos a ele, e mediante os meios que usamos para nos referirmos a ele.

2.2.2 A Contribuição de Buzan e Wæver

Para melhor compreender o debate teórico em questão, me utilizarei de um exemplo de dinâmica de segurança regional. O Brasil desenvolveu-se sem focar-se em relações intensas com países vizinhos, especialmente os da sub-região amazônica, levando em conta primordialmente os países centrais. Nos últimos anos, com os esforços para a integração regional, essa lógica começou a ser rompida. Com o surgimento do Plano Colômbia e o aumento das atividades militares naquele país, a temática ganhou mais destaque no Brasil.

Dizer que este último não sofre implicações da crise está absurdamente equivocado. Dos princípios que a Constituição Federal determina para reger as relações internacionais do Brasil, todos, de alguma maneira, dizem respeito à crise colombiana e a seus reflexos externos: independência nacional, prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, não intervenção, igualdade entre os Estados, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos, repúdio ao terrorismo e ao racismo, cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, concessão de asilo político e integração econômica, política, social e cultural latino-americana. (CASTRO, 2009)

Para que se tenha uma compreensão clara do significado dos desdobramentos do Plano Colômbia nesta sub-região, é primordial conhecer o debate teórico em questão. Uma vez que as relações apontadas na presente pesquisa situam-se sob a perspectiva dos estudos de segurança, faz-se *mister* a incorporação do debate sobre o tema, mais especificamente sobre a segurança regional.

Segundo esta teoria, a região seria um recorte espacial crucial para o entendimento das ameaças, sendo o conceito de Complexos Regionais de Segurança (CRS) uma chave interpretativa fundamental. Segundo os autores, um CRS pode ser definido como um conjunto de unidades no qual os principais processos de securitização, dessecuritização, ou ambos, são tão interligados que os seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos de forma independente (2003, p. 491). Deve-se entender as unidades de que falam os autores como sendo os Estados e o contexto em que a interdependência é decisiva para explicação é a região.

Existem também os *subcomplexos*, definidos da mesma maneira que os CRS, mas compreendidos dentro de um CRS maior. Os subcomplexos não são um fator necessário nos CRS, mas também não são incomuns, especialmente quando a quantidade de Estados no CRS é grande. Tomando como pressuposto que os Estados em questão – Colômbia e Brasil – compartilham de uma externalidade em comum, uma problemática que viaja mais facilmente por suas fronteiras, por estarem geograficamente mais próximos. Destarte, podemos doravante classificar a dinâmica de segurança da região amazônica dos dois países como um sub-complexo do CRS sul-americano.

O espaço geográfico do qual nos utilizaremos para tratar a questão da crise colombiana (o Complexo Regional de Segurança), também poderia ser compreendido

como um sistema regional. Para David Lake e Patrick Morgan (1997) um sistema regional é “um conjunto de Estados afetados por, pelo menos, uma *externalidade*²⁶, transfronteiriça, mas local, que emana de uma área geográfica em particular”.²⁷ (1997, p. 48) Partindo deste pressuposto, podemos analisar que os autores consideram que mesmo os fatores locais, podem exercer efeitos – que podem ser danosos (*costs*) ou benéficos (*benefits*) – aos outros Estados que compartilham dos desdobramentos do problema. Os autores explicitam que um sistema regional de segurança se dá quando tais externalidades representam uma ameaça real à segurança física de indivíduos ou governos dos outros Estados. É nítida a relação entre teoria e realidade, tendo em vista que a questão colombiana pode vir a ser considerada uma externalidade prejudicial ao bem-estar do Estado brasileiro.

Este debate, em especial, nos direciona a uma diferenciação básica entre os estudos provenientes da Escola de Copenhague, de Buzan e Wæver, e aqueles apresentados por Lake e Morgan. Devemos compreender uma distinção fundamental no tocante aos postulados epistemológicos. Para Lake e Morgan, positivistas, ameaças regionais são produzidas, em grande medida, como externalidades (negativas). Para Buzan e Wæver, ameaças são socialmente construídas, não existem, necessariamente, no plano objetivo. Um complexo regional de segurança é uma construção histórica e social, para Lake e Morgan, é objetiva, dada a dimensão concreta da realidade geográfica. Desta forma, dentro do debate em apreço, é possível reconhecer uma face do debate entre o realismo e o construtivismo das Relações Internacionais.

Para Rodrigo Tavares (2008) complexos regionais são “marcados por baixos níveis de integração regional, enredados por conflitos inter-estatais e intra-estatais. Eles correspondem a regiões onde o principal ator internacional - o Estado - luta pela sobrevivência, segurança e poder.” O autor ressalta que, nestas situações, a paz é tratada apenas como a ausência de guerra, confundindo-se com o conceito básico de Galtung.²⁸ Além disso, Tavares explicita que, como a paz e a segurança são “bens públicos regionais” que precisam de mecanismos de cooperação a serem produzidos, o

²⁶ Que se compreenda externalidade como “Uma ação de segurança tomada por um estado e não simplesmente destinada a reduzir o bem-estar de um segundo” (P.49)

²⁷ “a set of states affected by at least one transborder but local externality that emanates from a particular geographic area” Tradução do autor.

²⁸ Sua definição de paz negativa era ‘a ausência de guerra, violência física de grande-escala ou violência pessoal’ (GALTUNG, 1990, p.34)

fornecimento desses bens em um complexo regional é escasso e deficiente. Partindo deste aspecto, podemos observar que, mesmo buscando integrar-se de forma expressiva ao subcontinente sul-americano, o Brasil promoveu seu crescimento, por muitas vezes, baseando-se num distanciamento de seus vizinhos.

As relações deste país com a Colômbia, por exemplo, podem ser consideradas como de “indiferença recíproca”, como denomina Rafael Villa (2005). Entretanto, a questão de segurança passa a figurar nas agendas de debate entre os dois Estados, confirmando a proposta do autor.

Os conceitos supracitados se assemelham bastante no que diz respeito a uma *interdependência de segurança*, fortalecida pelos processos de securitização e dessecuritização, mais abordados adiante, esta pesquisa compartilha com Buzan e Wæver idéia de que a segurança deve ser observada na maneira como ela é percebida e tratada pelos Estados. Demonstrando, desta maneira, como uma externalidade, uma problemática de segurança em comum – neste caso a crise colombiana – sofre um processo de *spill over*²⁹, transbordando suas fronteiras e atingindo países vizinhos e seu bem estar, e como a securitização é feita, por parte do Brasil, apontando de que maneira acontece a percepção deste país quanto aquela problemática.

Ampliando a intensidade do problema, soma-se a presença estadunidense, para compreender este fenômeno e suas implicações, lançamos mão da idéia de *penetration* e *overlay*, termo cunhado por Buzan e Wæver para identificar o envolvimento de uma super-potência em outro CRS que não o seu. Enquanto a penetração ocorre quando uma potência de fora faz um ‘alinhamento de segurança’ com Estados de dentro de um CRS, podemos identificar um *overlay* no momento em que:

o interesse de uma grande potência transcende a mera penetração e vem dominar uma região tão fortemente que o padrão local das relações de segurança cessa de operar (...) normalmente resulta no estabelecimento de longa duração de forças armadas da grande potência na região, e no alinhamento dos estados locais de acordo com os padrões de rivalidade. (2003, p. 61)

A existência de uma considerável quantidade de contingente militar proveniente dos Estados Unidos na região é o tópico, desta dinâmica de segurança, que se relaciona com as questões de *overlay* e *penetration* tratadas nas teorias. Faz-se notável, desta

²⁹ Que se compreenda *spill over* como um “transbordamento” da problemática em questão para além das fronteiras do Estado.

maneira, a importância da compreensão da forma como o Brasil interpreta a presença estadunidense, pujante no aspecto militar. Se tais atividades representam algo que oferece perigo ao seu bem estar, ou a segurança física do Estado brasileiro.

Uma vez demonstrada a fundamental contribuição dos autores para o problema em apreço, lançamos mão de uma discussão complementar sobre ameaças. Wallander e Keohane (1999) propiciaram debate sobre como as idéias influem na percepção dos atores sobre quais são as fontes de insegurança dos Estados. Para esse refinamento contribuem com o conceito de *risco*. Para os autores, quando um Estado considera que está “enfrentando uma probabilidade positiva de que outro Estado lançará um ataque ou buscará ameaçar sua força militar por razões políticas, ele enfrenta uma *ameaça*”.³⁰ Entretanto, para caracterizar-se uma ameaça, uma situação deve obedecer algumas premissas: (a) o Estado “ameaçador” em questão precisa ter as capacidades para efetuar o ataque e (b) também precisa apresentar motivos para tanto, no ponto de vista do seu alvo em potencial. Quando estas condições não são obedecidas, Wallander e Keohane esclarecem que o Estado está perante um *risco*. Seguindo a lógica supracitada, o papel da percepção brasileira sobre o conflito – a ser mais bem explanada no capítulo adiante – ganha destaque excepcional no tema.

É possível observar que as idéias e percepções exercem um papel primordial no aparato conceitual destes autores. Ainda assim, lhes falta considerar um processo intermediário, a partir do qual uma questão de segurança se torna um risco, ou passa a ser interpretado como ameaça. Compreendemos que uma abordagem mais construtivista permite captar essa transformação a partir do conceito de “securitização”. Segundo Buzan e Wæver (2003, p. 491), a securitização funciona como um processo discursivo no qual é formado um entendimento intersubjetivo dentro de uma comunidade de que algo é uma ameaça existencial a um valor (território, soberania, princípios, vida) de um objeto de referência (Estados, grupos, indivíduos). Ademais, este processo torna possíveis ações urgentes e medidas excepcionais para lidar com a respectiva ameaça. Cabe destacar que os conceitos como risco, ameaça e securitização seriam de fundamental importância para a análise da percepção brasileira sobre o problema colombiano.

³⁰ “...facing a positive probability that another state will either launch an attack or seek to threaten military force for political reasons, it faces a *threat*.” (WALLANDER e KEOHANE 1999, P.91)

Ainda no âmbito ideacional, a tipologia utilizada pelos membros e seguidores da Escola de Copenhague sobre amizade (*amity*) e inimizade (*enmity*) é uma ferramenta interessante. De acordo com Buzan e Wæver (2003), a situação de segurança em um CRS varia entre os pólos de amizade e inimizade. Do mais conflitivo para o mais pacífico, o padrão de segurança varia de *formação de conflito*, *regime de segurança* à *comunidade de segurança*. Seguindo estes padrões, poderíamos classificar o CRS sul-americano como um “regime de segurança”.

Nesta dimensão, somos capazes de constatar que o posicionamento considerado como “indiferença recíproca” por Villa não cria uma sensação de inimizade entre os dois Estados. Além disso, a tendência de liderança tomada pelo Brasil, fomentando a integração regional, prezaria pelo incentivo as relações de amizade. No entanto, apenas a dicotomia “*amity/ enmity*” não seria o suficiente para a análise da questão como fonte de *risco* ou *ameaça* para o Brasil, pois existem fatores materiais que devem ser considerados. Variáveis e abordagens ideacionais parecem não fornecer arcabouço suficiente para que se entenda as dinâmicas da segurança na região e dos seus impactos para o Brasil. Desta maneira, não podem ser esquecidos os fatores materiais.

Se nos deslocarmos do nível de abstração da teoria para a realidade, torna-se possível ter a percepção de que a situação relativamente pacífica da América do Sul não é homogênea em todo subcontinente. A sub-região amazônica é, cada vez mais, o epicentro de conflitos na América do Sul (SIPRI, 2009) e a Colômbia joga um papel fundamental nessa transformação. Ao vivenciar o conflito armado mais longo da América do Sul, a guerra civil colombiana caracteriza-se como um conflito diádico, no qual um ator dos envolvidos é o governo e o(s) outro(s) é um não-governamental (HARBOM, MELANDER e WALLERSTEIN, 2008). Configuração tradicional de uma guerra civil, o conflito em apreço tem feições cada vez mais intermésticas, extrapolando as fronteiras daquele país, questão na qual podemos nos utilizar do supracitado conceito de *spill over*. Além de sua dimensão transnacional, o embate armado entre Estado e grupos narcoguerrilheiros tem feições de uma guerra irregular, ou seja, um conflito assimétrico, no qual um dos atores envolvidos emprega táticas e meios heterodoxos no intuito de vencer o adversário (VISACRO, 2009). Nesse sentido, Colômbia, na condição de país que faz fronteira com o Brasil, pode vir a ser considerada uma expressiva fonte de insegurança para o país.

2.2.3 Um processo em dois estágios

O principal dos conceitos apresentados pela EC é o processo de *securitização*, e a sua contra partida, a *dessecuritização*. Tais conceitos representam uma ampliação nos estudos de segurança, por buscarem explicar como uma questão se torna parte de uma agenda de segurança. Ainda assim, na principal obra da Escola – *Security - A New Framework for Analysis (1998)* – os autores definem a segurança internacional num contexto militar tradicional. Para eles, segurança “[...] é sobre a sobrevivência. É quando uma questão é apresentada como representando uma ameaça existencial a certo objeto referente (tradicionalmente, mas não necessariamente, o Estado, englobando governo, território, e sociedade)” (BUZAN, WÆVER & DE WILDE, 1998. Apud EMMERS, 2007, p. 110). Isto dito, a EC identifica cinco pontos essenciais da segurança: a militar, ambiental, econômica, societal e política.

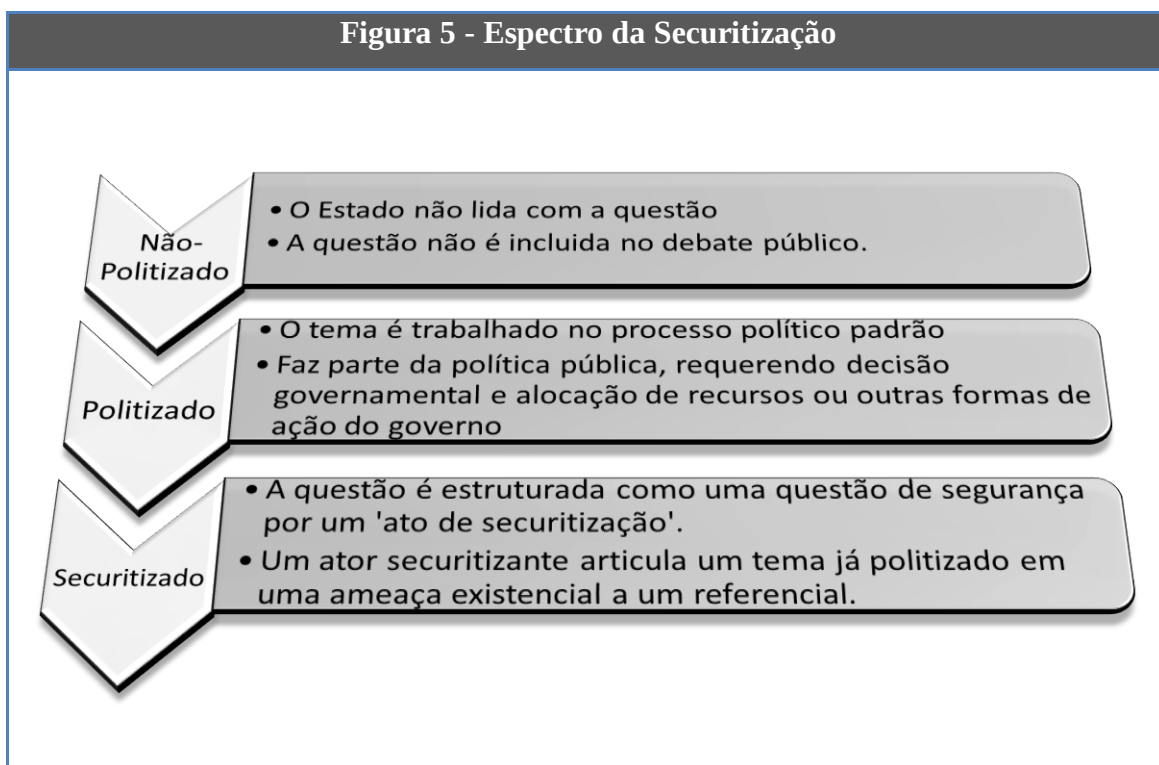
As dinâmicas de cada categoria de segurança são determinadas pelos atores securitizantes – atores que securitizam questões declarando algo, os objetos referentes, como existencialmente ameaçados. Normalmente, esses atores são líderes políticos, burocratas, governos, lobistas e grupos de pressão. Os objetos são as coisas que podem ser existencialmente ameaçados e tem um clamor legítimo à sobrevivência. Embora variem bastante ao longo das diversas categorias de segurança, os objetos referenciais costumam ser o Estado (segurança militar); a soberania nacional, ou uma ideologia (segurança política); a economia nacional (segurança econômica); identidades coletivas (segurança societal); espécies ou *habitats* (segurança ambiental).

Esta abordagem setorial de segurança, apresentada pela EC, representa um distanciamento dos estudos tradicionais que focava apenas no campo militar. Além da ampliação (*widening*) dos conceitos de segurança com a adição de conceitos não militares, a EC também realiza um aprofundamento (*deepening*), ao tratar de atores não-estatais na sua abordagem.

A EC nos proporciona um espectro no qual questões podem ser elencadas. Para a Escola, qualquer tema pode ser não-politizado, politizado ou securitizado. Um tema é não-politizado quando não é matéria para ação do Estado e não incluído no debate público. Ele torna-se politizado quando passa a ser tratado dentro do sistema político. Um tema politizado faz parte da política pública, requerendo decisão governamental e alocação de recursos ou outras formas de ação do governo. Um fator crucial do processo

de securitização, é que quando um tema é alocado nesse extremo do espectro, ele requiere ações emergenciais além dos procedimentos padrão do Estado.

Figura 5 - Espectro da Securitização



Fonte: EMMERS, Ralf. 2010.

O processo de securitização acontece da seguinte maneira. Um ator securitizante (i.e. governo, elite política, militar, sociedade civil) articula um tema já politizado como uma ameaça existencial a um objeto de referência (Estado, grupos, soberania nacional, ideologia e economia). Em resposta a ameaça, o ator define que são necessárias medidas extraordinárias que se sobrepõem às normas ordinárias do domínio político. “A securitização é o movimento que leva os políticos além do das regras do jogo estabelecido e estrutura o tema tanto como um tipo especial de política ou sobre a política. Assim, a securitização pode ser vista como uma versão mais extrema da politização.” (BUZAN, WÆVER & DE WILDE, 1998: 23. Apud EMMERS, 2007, p. 111). A dessecuritização, obviamente, concerne ao processo inverso. Envolve a alteração dos temas do emergencial para um processo de barganha normal da esfera política.

O processo de securitização é baseado em dois estágios, o primeiro destes, diz respeito a retratar certos temas, pessoas ou entidades como ameaças existenciais a

referenciais. Este passo inicial pode ser dado por Estados, mas também por atores não estatais, como movimentos populares, por exemplo. Isto confere aos atores não estatais um papel importante neste processo. A este primeiro estágio, nos referiremos, nesta pesquisa, como pertencente ao “âmbito formal ou abstrato” da securitização. Este movimento, costuma ser desempenhado por meio de mecanismos que convençam certas ‘audiências’ de tal ameaça, sendo estes foros de discussão, mídia, espaços públicos. Por tais motivos, a securitização é retratada como um ‘*speech act*’, e, por isso, trataremos esta fase, por vezes, como o âmbito do discurso.

O segundo momento da securitização ocorre quando as respostas a tal possível ameaça começam a ser executadas. A securitização faz com que o assunto entre naquilo que Buzan chama de “*emergency mode*”, fazendo com que os assuntos saiam dos processos normais de barganha da esfera política e demandem ação emergencial ou medidas especiais. Por tratar de projetos e políticas que são efetivamente realizadas, além da esfera discursiva e relativamente abstrata, trataremos este estágio operacional como o “âmbito concreto ou prático” da securitização.

CAPÍTULO 3. O ESTADO DA ARTE SULAMERICANO - PADRÕES DE COMPORTAMENTO SOBRE A SECURITIZAÇÃO

Este terceiro capítulo traz à tona a situação em que se encontra o debate teórico brasileiro, no que diz respeito ao conflito colombiano. Como comentado anteriormente, para a operacionalização da nossa pesquisa, iremos nos dispor de uma organização lógica, baseada na teoria que nos serve de base, a *securitização*.

Este terceiro capítulo traz à tona a situação em que se encontra o debate teórico brasileiro, no que diz respeito ao conflito colombiano. Como comentado anteriormente, disporemos de uma organização lógica fundamentada na teoria que nos serve de base, a *securitização*, com a finalidade de operacionalizar nossa pesquisa.

Nossa abordagem procura apresentar, de maneira antitética, mas não paradoxal, as posturas mais comuns entre diversos autores sul-americanos sobre o conflito em questão. Esta abordagem se dá devido ao pouco trato dado na literatura brasileira acerca da tomada de políticas de segurança no Brasil, o que proporciona ao pesquisador um grande vazio no que concerne às posturas do país quanto à conflitos vizinhos e diversos, assim como em termos de ameaças, como aponta Alsina Júnior (2009).

Cada seção seguinte subsequente, do presente capítulo, trará um dos grupos aos quais incorporo uma série de autores, com base em algum dos seus escritos, assim como as minhas motivações para qualificá-los em tal grupo. Estas subdivisões se fundamentam em percepções sobre a existência, não-existência ou irrelevância da securitização, por parte do Brasil, dada àquela problemática. Através de tal processo, procuramos expor como são interpretadas as relações entre a factual militarização brasileira na região amazônica e a militarização do embate, na Colômbia.

O primeiro grupo, o da *indiferença recíproca*, obtém sua denominação graças aos escritos do seu principal nome, Rafael Villa. É fundamentado na percepção de que as relações entre Brasil e Colômbia sempre foram, e continuam a ser, a de contato mínimo, e que o conflito vizinho não foi incorporado por nenhuma das agendas no Brasil. O segundo grupo, denominado de *não-securitizantes*, e consiste na idéia de que o Brasil, apesar de tomar conhecimento do conflito colombiano, não o securitiza. A Por fim, existem os *securitizantes*, defensores da incorporação da temática pela agenda de segurança brasileira e, potencialmente, adoção do conflito colombiano como ameaça ao Estado.

O chamado *estado da arte* sul-americano, no que diz respeito ao conflito colombiano, parece, de fato, distribuir-se entre estes três aspectos. O presente capítulo procura destrinchar motivações e causas epistemológicas para tais posturas, sendo dividido em três subseções, cada uma delas correspondendo a um dos grupos supracitados.

3.1. A INDIFERENÇA RECÍPROCA – DISTANCIAMENTO E DESPREOCUPAÇÃO

“Ao longo de boa parte de suas respectivas histórias, Brasil e Colômbia têm mantido uma política de *indiferença recíproca*.” (VILLA & OSTOS, 2005, p. 20). É com tal afirmação que Rafael Duarte Villa e Maria Del Pilar Ostos iniciam uma das seções de seu texto, chamado *As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança*, publicado na Revista Brasileira de Política Internacional, no ano de 2005. Esse termo parece representar não apenas parte da história das relações entre o Brasil e a Colômbia, anteriores à regionalização do seu conflito e do Plano Colômbia, mas, também, muito do que se deu depois de tais fenômenos.

A indiferença nomeia esta segunda linha de pensamento, a qual pode ser caracterizada pela pouca importância que o Brasil dá ao conflito colombiano. Isto significa que, mesmo tendo a percepção da existência da problemática no país vizinho, o Brasil não o inseriu na sua agenda política e muito menos na sua agenda de segurança. Com a finalidade de fundamentar essa corrente, as próximas linhas nos apresentarão uma série de argumentos nesta direção.

Daniel Pécaut, diretor de estudos na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS) em Paris, é especialista sobre a Colômbia e consagrou várias obras em francês e em espanhol sobre esse país. Uma das suas principais contribuições para o debate é o livro *As Farc – Uma Guerrilha Sem Fins?*, no qual o autor realiza um rico e detalhado apanhado histórico e político das Forças Revolucionárias. Em pelo menos três momentos, Pécaut aponta para a total irrelevância da proximidade do Brasil com o conflito, e pela quase neutralidade brasileira quanto ao mesmo.

O primeiro destes pontos diz respeito à possibilidade de infiltração de guerrilheiros em territórios estrangeiros, como aponta Pécaut:

Por conseguinte, guerrilhas e paramilitares disputam as regiões limítrofes, que passam a ser essenciais: Arauca e o departamento de Santander do Norte para a passagem rumo à Venezuela; Vaupés para o acesso ao Brasil; Putumayo para a entrada no Equador. São as regiões nas quais os confrontos armados continuam sendo mais intensos. (PÉCAUT, 2010, p. 78)

Apesar da importância geográfica do Rio Vaupés³¹, Pecáut salienta a pouca movimentação defensiva dos países vizinhos, o que explicita a sua percepção de que o Brasil não tem a noção exata das dimensões da circulação de guerrilheiros e paramilitares naquela região.

É ainda nessa região que apontamos um segundo ponto de destaque para a indiferença brasileira do conflito:

[...] ataque a La Uribe, 33 mortos, 8 sequestrados; ataque contra Mitú, capital de Vaupés situada na fronteira com o Brasil, 40 mortos, dezenas de sequestrados – povoado recuperado graças à autorização dada pelo Brasil de permitir o pouso de aviões colombianos numa base fronteiriça; (PÉCAUT, 2010, p.91)

Pecáut percebe a facilidade com a qual o Brasil autoriza o uso de pistas de apoio para os aviões colombianos, sem nenhuma medida cautelar, no que diz respeito às forças armadas do Brasil. A operação não foi conjunta, uma vez que não houve articulação entre as Forças Armadas dos dois países. Também não houve nenhuma grande movimentação diplomática para analisar o pedido de uso das pistas, sendo este decidido em procedimentos rotineiros do processo político brasileiro.

O último momento destacado por Pécaut é uma missão fracassada de troca de prisioneiros com as Farc, na qual se desejava resgatar a prisioneira Ingrid Betancourt, por uma carga de medicamentos. Em tal missão, um avião Transall C-160 foi enviado a Manaus, para uma região próxima da fronteira com a Colômbia, sem o consentimento ou conhecimento do governo brasileiro. Aquilo que, normalmente, seria motivo de crise diplomática, foi resolvido rapidamente, em mais conversas de modelo padrão da diplomacia brasileira. Mais uma vez, o conflito colombiano não fora integrado à agenda de segurança ou à agenda política do Brasil.

³¹ O Rio Vaupés ou Uaupés é um dos principais afluentes do Rio Negro, por sua vez, o maior afluente do Rio Amazona. Ele demarca a divisa entre Brasil e Colômbia, em diversos pontos, funcionando quase como uma fronteira natural. Dados sobre este rio provém da publicação da FAO, *Las aguas continentales de América Latina*, ZIESLER e ARDIZZIONE, 1979. Disponível em: < <http://www.fao.org/docrep/008/ad770b/AD770B06.htm>.> Acesso em 3 de dezembro de 2012.

O professor Alessandro Visacro, como militar³², nos oferece uma visão distinta e peculiar para a nossa abordagem. Em seu livro, *Guerra Irregular*, há um capítulo dedicado à guerrilha na Colômbia e, durante toda a obra, não há menção à participação relevante do Brasil ou de reações ao conflito, não há indícios de que o embate deva ser tratado como ameaça pelo Estado brasileiro, ou sinais de que o mesmo deva ser incorporado mesmo pela sua agenda política ou regionalizado.

Esta falta de menção pode colocar o pesquisador em uma dura situação e indicar uma ausência de escopo na variável abordada. Entretanto, podemos observar a importância da securitização em diversas de outras abordagens do autor, o que nos faz perceber que a falta de referência ao processo, no caso Colômbia-Brasil, é, de fato, indicador de irrelevância ou indiferença – se quisermos utilizar nosso termo operacional – por parte do autor.

No que diz respeito ao combate ao narcotráfico, especificamente, Visacro é veemente em suas afirmações. Em entrevista a revista Istoé, do Brasil, em 2009, o major aponta para o seu posicionamento claro:

Quando reduzimos o problema ao mero escopo da Segurança Pública, estamos postergando sua solução. Esse tema é da esfera estadual. Mas veja: é imprescindível reduzir a oferta de cocaína dos três principais produtores mundiais, Colômbia, Peru e Bolívia. Essa não é tarefa dos Estados, e sim do Ministério das Relações Exteriores. (ISTOÉ, 2009, S/P.)

Entretanto, faz-se necessário distinguir o fator narcotráfico da dimensão maior do conflito colombiano. Apesar de indicar caminhos securitizantes para o combate ao narcotráfico, Visacro o faz no que diz respeito à articulação dentro do Estado brasileiro, tratando a Colômbia apenas como uma das fontes do problema. O seu embate histórico é, desta forma, deixado de fora da agenda militar e também não deve ser integrada pela agenda política, segundo o autor. Devemos ser cautelosos, porém, ao analisar a postura de Visacro, e pode ser tomada como comedida, pelo histórico militar do mesmo.

³² Alessandro Visacro é oficial das Forças Especiais do Exército Brasileiro. Graduou-se pela Academia Militar das Agulhas Negras no ano de 1991. Exerceu as funções de oficial subalterno no 29º Batalhão de Infantaria Blindado (Santa Maria - RS) e no 26º Batalhão de Infantaria Paraquedista (Rio de Janeiro - RJ). Ingressou nas forças de operações especiais em 1997. Serviu no 1º Batalhão de Forças Especiais, onde foi instrutor dos cursos de ações de comandos e forças especiais. Na cidade de Manaus (AM), foi designado oficial de operações e, posteriormente, comandante da 3ª Companhia de Forças Especiais, tropa diretamente subordinada ao Comandante Militar da Amazônia.

Alcides Costa Vaz³³ apresenta no seu *Percepções no Brasil sobre o conflito colombiano e de seus reflexos regionais e nas relações bilaterais*, de 2004, a mais veemente demonstração de que o conflito colombiano é nada mais que parcamente incorporado pelas agendas brasileiras. O autor procura interpretar “os elementos e preocupações que moldam as percepções de parte do governo e da sociedade brasileira sobre o conflito colombiano” (VAZ, 2004, p.2) ou seja, para ele, tal problemática não só já faz parte do planejamento estratégico brasileiro, como também povoa o imaginário popular.

ao enfocarmos as percepções do conflito temos também uma forte indicação de como é percebida a própria Colômbia por parte da sociedade brasileira, uma vez que, a exemplo do que ocorre em relação aos demais países vizinhos, há nítida tendência de que a imagem destes esteja construída politicamente a partir de elementos parciais que não traduzem suficiente e adequadamente os aspectos determinantes e, muito menos, os matizes de suas realidades políticas (VAZ, 2004, p.3)

Cientes de que o processo de securitização exige que o tema seja aceito e incorporado por aquilo que Buzan e Wæver chamam de audiência, levamos em consideração a importância de que a população brasileira compreenda o desenrolar do conflito vizinho. (BUZAN, WÆVER & DE WILDE, 1998.)

Em tal processo, somos capazes de perceber a força existente na mídia e naqueles produtores do discurso securitizador, uma vez que podem transmitir à audiência informações, por vezes, pouco concisas e direcionadas sobre o tema em questão. No nosso caso, Vaz nos aponta a pouca precisão quando se aborda o conflito da Colômbia:

a sociedade brasileira é informada sobre o tema de modo incidental e superficial, uma vez que o mesmo não ocupa espaço significativo na grande mídia. A cobertura do conflito, na imprensa brasileira é, em geral, episódica e atém-se mais a fatos que tenham maior reverberação no plano político ou que sejam ilustrativos da vulnerabilidade das fronteiras brasileiras ao tráfico e de eventuais incursões das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC) em território brasileiro. (VAZ, 2004. p. 3-4)

A sociedade brasileira, desta forma, tem conhecimento da existência do conflito, e de que ele pode representar algum perigo ao Estado brasileiro. No entanto, pouca é a exatidão no que diz respeito às origens do conflito, suas motivações, ou mesmo qual tipo de ameaça ele pode vir a conceber.

³³ Por muitos anos diretor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

No que diz respeito ao corpo político brasileiro, Vaz não tem dúvidas de que existe uma notável “incipiência da discussão parlamentar não somente deste tema particular, mas de assuntos internacionais de modo geral.”³⁴ (VAZ, 2004. p. 5) Parece perceptível, na análise do autor, de que há uma minúscula interação entre o governo, os órgãos de defesa e a sociedade no que concerne ao reconhecimento do conflito colombiano como possível ameaça. Segundo a abordagem de Vaz, ao que vemos, este tema continua distante e intratável no âmbito político, e a audiência parece desprovida do conhecimento necessário para ratificar ou legitimar a securitização do mesmo. A imperícia sobre temas de política externa pode, assim, ser vista como uma barreira impossibilitadora da securitização de diversos temas fronteiriços.

Socorro Ramirez, cientista política colombiana, elabora uma abordagem detalhada da relação colombiana com diversos países da região no seu sucinto texto *Colombia y sus Vecinos*, publicado na revista Nueva Sociedad, em 2004. Em seus escritos, Ramirez explora o distanciamento político existente entre Brasil e Colômbia, mesmo no que diz respeito ao conflito em questão, desde governos mais antigos:

Bajo Fernando Henrique Cardoso primó la distancia frente a la confrontación colombiana que Brasilia consideraba un problema meramente interno de Colombia. El gobierno brasileño se limitó a reforzar la presencia militar en la frontera, hacer declaraciones en favor de la paz, expresar reservas sobre el Plan Colombia y rechazar una eventual intervención militar, estadounidense o multilateral, en el conflicto. (RAMIREZ, 2004. p.155)

Tal distanciamento é ratificado pelo último dos autores aqui abordados, Marcelo Santos. Em seu livro *O Conflito Colombiano e o Plano Colômbia*, Santos explora as tentativas colombianas de internacionalizar o conflito e de fazer com que países vizinhos identifiquem as Farc como um grupo terrorista, objetivo jamais atingido, junto ao governo brasileiro:

³⁴ No que diz respeito ao pouco envolvimento do corpo parlamentar brasileiro em políticas internacionais, um causador do desinteresse é institucional e diz respeito à especialização: inexistem funcionários preparados para tratar desses assuntos. Presos num labirinto burocrático e falta de conhecimento institucional e técnico, os parlamentares pouco podem se movimentar em direção a formulação de políticas de defesa, dificultando o *accountability* entre civis e militares. Somados a esses fatores, Alsina Júnior identifica um entrave chave, de caráter doméstico, para as políticas de defesa: a percepção de que o complexo regional de segurança sul-americano não é conflituoso ao ponto de exigir uma securitização de possíveis ameaças externas, a política de defesa brasileira segue em ritmo lento e sem grandes incentivos a uma aceleração. Mesmo com a criação do Ministério da Defesa, o autor mostra-se ciente e cético de que tal ministério não consegue impor uma liderança uniforme as forças armadas brasileiras. Ver mais em (ALSINA JÚNIOR, 2009).

No que se refere ao conflito colombiano, em particular, a diplomacia brasileira considera o problema como um assunto interno dos colombianos, e que deve ser resolvido pela negociação e sem a interferência de outros Estados, a não ser que a Colômbia faça uma solicitação de mediação. O Brasil também tem se pronunciado, em várias ocasiões, que não tem intenções de declarar as guerrilhas colombianas como terroristas, pois esse termo dificultaria qualquer eventual negociação de paz futura com esses grupos. (SANTOS, 2011. p. 155)

Tendo essas colocações em mente, o pesquisador é capaz de observar uma pequena relevância dada pelas autoridades brasileiras, quanto a uma possível participação no evento. Seu envolvimento é visto apenas como possibilidade de projeção das suas capacidades como grande mediador regional. O Brasil, para tais autores, parece não perceber riscos advindos do conflito, e abre espaço para que o próprio governo colombiano resolva o problema dito interno. Destarte, é notável a pouca disposição brasileira de incorporar o conflito em qualquer de suas agendas.

3.2 NÃO-SECURITIZANTES, UM ASPECTO POLITIZADO DO CONFLITO COLOMBIANO.

Para a apresentação deste primeiro grupo de autores, antes que sejam apontados, faz-se necessário um adendo. Como apresentado anteriormente, o processo de *securitização* é progressivo e tem, ao menos, dois espectros fundamentais, o da política e o da segurança. Embora não seja uma condição necessária, podemos observar que, nas abordagens que serão apresentadas nesta seção do texto, há uma inclinação potencial a qualificar o conflito colombiano como politizado pelo Brasil. Isto significa que, apesar de tais autores posicionarem o conflito como fora da agenda de segurança do Brasil, pelos motivos mais distintos, a serem apresentados a seguir, eles não o excluem do tato da política externa do Brasil, apenas o enquadrando dentro de uma agenda mais processual e menos emergencial.

Josette Altmann Borbón, ex-primeira dama da Costa Rica³⁵, é apresentada como primeira autora deste grupo. Em seu texto *Integración en América Latina: crisis de los modelos regionales y ausencia de certidumbres*, de 2006, ela aponta o conflito colombiano como uma das principais fontes de insegurança para toda a América Latina,

³⁵ Josette Altmann Borbón foi casada com José María Figueres Olsen, presidente da Costa Rica no período de 1994 até 1998. Atualmente, Josette é professora da Universidad de Costa Rica e pesquisadora associada da FLACSO.

por figurar como grande produtor das drogas que se encontram difusas em toda a região. Apesar de tratar de temas de segurança, a autora apontava, já naquele momento, para a possibilidade de resolução de tais conflitos dentro dos grandes blocos políticos regionais, destacando, primordialmente o poder solucionador do Mercosul, dotado da influência política do Brasil.

É perceptível, neste tipo de abordagem, que o desejo pelo uso de meios mais bruscos – típicos da agenda de segurança – é quase nulo, e que o espaço para a solução de problemas, reconhecida a sua existência, é dado para os meios diplomáticos. Borbón afirma:

Se bem o diálogo e articulação internacional tenham se desenvolvido totalmente nos países da América Latina e tornaram-se uma importante fonte de construção de espaços de coordenação política em termos regionais e sub-regionais. [...] Estes acordos são uma proposta global assentada em três pilares: comércio, cooperação para o desenvolvimento e o diálogo político. (2006. p, 311)

Na sua abordagem, não há espaço hábil para a utilização de força ou de meios coercitivos, nem mesmo para se solucionar problemas oriundos destas forças profundas.

O ex-membro do Partido Socialista Equatoriano, Manuel Salgado Tamayo, é o próximo autor enquadrado como um não-securitizante. O seu texto, denominado *Falacias y Verdades Sobre el Plan Colombia*, é um dos mais duros no que diz respeito às críticas ao *modus operandi* securitizador do conflito colombiano. O autor inicia a conclusão de seu texto com um questionamento direto e conturbador: “Devemos nos permitir entrar no carro de guerra como gado para o abate?” Crítico voraz da militarização do conflito, Tamayo aponta que, na época da sua instauração, o Plano Colômbia enfrentou dura resistência na América do Sul. O autor considera que

la implementación del Plan sigue encontrando voces de resistencia en América del Sur, así ocurrió en la Cumbre de Jefes de Estado de Brasilia en donde, pese a la insistencia de los delegados de los Estados Unidos y Colombia, en la resolución final no se apoya de modo explícito el Plan Colombia. (2000, s/p.)

Para Tamayo, as lógicas de securitizar e militarizar o conflito destroem as possibilidades de sua resolução. O mecanismo de combate e pressão não deveria ser apenas a guerra, com armas convencionais e biológicas, mas deveria também atingir os fundamentos sociais e políticos que são o recrutamento de combatentes e o desmonte

dos mecanismos fundamentais de financiamento, sendo tal combate a função primordial dos países vizinhos envolvidos no conflito. Segundo o pensador, nas condições atuais da luta na Colômbia, essa abordagem retarda o processo de paz e acelera a guerra.

Mais uma vez, é perceptível a noção de que os Estados que sofrem os efeitos, diretos ou indiretos, do conflito em voga, não deveriam proporcionar motivações para a continuidade ou ampliação do combate militar ou securitizado do conflito. Uma postura securitizadora apenas dificultaria a resolução da contenda, enquanto, por outro lado, uma tática de enfrentamento mais social – caracterizada pelo combate às causas políticas do mesmo, através de diálogo e diplomacia – poderia solucionar este evento da forma desejada. Podemos identificar uma predileção clara pela politização, escopo primário do processo de securitização, sem que o tema progrida para o âmbito seguinte.

Marta Ardila, professora de Relações Hemisféricas e Internacionais da Internacionales da Universidad Externado de Colombia, aponta, em seus estudos uma existência factual e indiscutível da securitização do conflito, se tomarmos como perspectiva o ponto de vista colombiano. Para a autora, os colombianos militarizaram o seu conflito e tentaram regionalizá-lo, em total discordância com os objetivos e com as ações dos seus vizinhos. Aponta Ardila que:

Sin lugar a dudas, Colombia se diferencia del vecindario en su bilateralización, securitización y estrechamiento de vínculos con Estados Unidos, mientras que Venezuela como potencia petrolera, apoya El multilateralismo y una integración por etapas con miras a disminuir la presencia norteamericana en la región. (2005, p.73)

O autor citado insiste na hipótese de que uma securitização causaria enorme desconforto na região, que seria certamente ampliado pela presença estadunidense. Para evitar tais desajustes, o ideal seria a cooperação multilateral, mesmo que por meio de instituições internacionais ou, especialmente, pelo bloco regional. Ainda, afirma Ardila, se há um país fronteiriço militarizando as suas bordas com a Colômbia, este seria a Venezuela, foco da sua hipótese, e não o Brasil. Mais que isso, numa observação preliminar, poderia imaginar-se que o Brasil desmilitariza a região por meio da venda de material à Venezuela³⁶. Parece claro que esta afirmação está, ao menos, desencontrada, pois, como aponta David Mares (2001), a redistribuição armamentista na América

³⁶ A Venezuela se encontra em negociações com o Brasil para adquirir 12 aviões de combate e 24 AMX-T Super Tucano de treinamento militar e combate, e pretende comprar da Rússia 50 aviões de combate MiG-29 Fulcrum SMT e 40 helicópteros MI-35.

Latina não reduz a possibilidade de conflito latente, mas pode produzir o efeito contrário.

Ainda assim, devemos observar a percepção por parte da autora de que, mesmo no que concerne a instituições típicas de segurança, como no possível Conselho Sul-Americano de Defesa, o desejado é uma agenda politizadora e conciliadora da problemática em questão. Mesmo as Forças Armadas são observadas como tendo um papel fundamental no que diz respeito a políticas de controle políticos e menos voltados ao combate:

Construir medidas de confianza mutua basadas en la transparencia y la cooperación, orientadas a la profundización del diálogo político directo con todos los vecinos. A su vez el trabajo comunitario entre las Fuerzas Armadas y el diálogo cívico-militar debe propiciarse, fomentarse e institucionalizarse para temas relacionados con la seguridad fronteriza. (2005, p. 82)

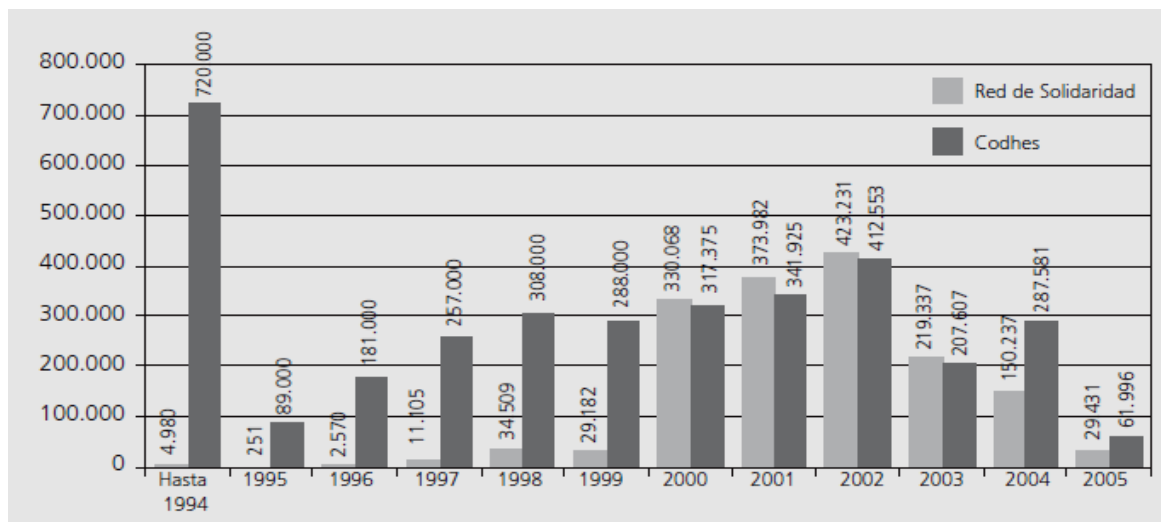
A institucionalização e o entrelaçamento entre as medidas de segurança e o sistema político são característica visível e definidora de uma agenda politizada, sendo o primeiro espectro da securitização, ainda não inserida na agenda securitizante.

Ainda advindo da mesma instituição colombiana, o professor José Ricardo Puyana Valdivieso, retira da sua tese, intitulada *Inserción negativa en el escenario multilateral y crisis de política exterior en Colombia. Estudio de la diplomacia colombiana a partir de las amenazas del sistema multilateral*, uma abordagem bastante útil sobre os desafios para a cooperação multilateral colombiana. Valdivieso nos apresenta uma consequência do conflito colombiano nem sempre abordada e, quando feita, explorada do ponto de vista da segurança, a questão dos deslocados.

Embora não haja consenso sobre o número exato de deslocados e refugiados³⁷ – como pode ser observado no gráfico 3 – o autor nos indica que este é um dos aspectos mais críticos na internacionalização do conflito colombiano. Para ele, esta é uma das linhas mais tênues entre o âmbito politizado e o securitizado, no que diz respeito às políticas externas dos países vizinhos, comuns receptores dos emigrantes.

³⁷ A Convenção de Refugiados de 1951, que estabeleceu o ACNUR, determina que um refugiado é alguém que “temendo ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país”. Os deslocados internos (IPDs em seu acrônimo inglês) não atravessaram uma fronteira internacional para encontrar segurança mas permaneceram em seu país natal. Mesmo se fugiram por razões semelhantes às dos refugiados (conflito armado, violência generalizada, violações de direitos humanos), legalmente os deslocados internos permanecem sob a proteção de seu próprio governo, ainda que este governo possa ser a causa da fuga. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/a-quem-ajudamos/refugiados/>. Acesso em 29 de novembro de 2012.

Gráfico 3 – Número de Deslocados



Fonte: OASIS, N° 11 A. COLOMBIA EN EL MUNDO

Para Valdivieso, esta questão fugiu do controle do Estado colombiano, tornando-se uma prioridade internacional ou, pelo menos, regional (2005). No entanto, o autor não apresenta nenhuma medida emergencial ou de nenhum caráter da área de segurança que vise combater as causas do deslocamento forçado na Colômbia. Por outro lado, medidas diversas do âmbito formal da securitização, ou seja, da agenda politizada, vêm sendo tomadas, segundo o professor. Isto se deve ao fato da questão ter sido incorporada, antes de mais nada, pelas agências de defesa aos direitos humanos, como a Anistia Internacional, a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA, pela sigla em inglês), entre outros. Este fator, segundo Valdivieso, teria ‘blindado’ este aspecto do conflito da introdução numa agenda emergencial de segurança regional pelos países vizinhos, incluindo o Brasil. Ainda assim, aponta o autor, "a Colômbia, com mais de dois milhões de deslocados internos, continuam a ter uma das maiores populações deslocadas no mundo." (2005, p.95).

O próximo e último dos representantes deste grupo, na presente abordagem, é Marco Cepik, professor associado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Analisaremos as opiniões do autor baseado em dois de seus textos, o primeiro, *Segurança na América do Sul: Traços estruturais e dinâmica conjuntural*, que foi publicado em revista do Observatório Político Sul-Americano³⁸, no ano de 2005. O

³⁸ O Observatório Político Sul-Americano - OPSA foi criado em 2003, no IUPERJ, no âmbito de um movimento de internacionalização das atividades de ensino e pesquisa da Instituição. Trata-se de um núcleo de referência destinado ao monitoramento regional e registro de eventos políticos nos planos

outro texto intitulado *Brasil e Colômbia: Desafios para a cooperação após Uribe*, publicado nos Cadernos Adenauer XI, em 2010.

Cepik oferece um bom suporte para a nossa abordagem por utilizar-se de escopo teórico similar, fundamentado nos escritos de Buzan e Wæver. O autor baseia a sua abordagem, geograficamente, no Complexo Regional de Segurança Sul-Americano, utilizando-se dos preceitos *buzanianos*. Este aparato teórico nos leva a enquadrar sua abordagem como tratando de dinâmicas de segurança, o que faria dele – segundo o nosso enfoque – um *securitizador*. No entanto, é válido e fundamental observar que Cepik trata de interações pertencentes, primordialmente, à agenda política, mesmo ao apontar acordos da área de segurança.

Para Cepik, o CRS da América do Sul está definido da seguinte forma:

Outros traços definidores da situação de segurança na região seriam, por exemplo, a ausência de grandes potências dentre os doze países que formam este complexo, a multipolaridade com baixo grau de polarização, a aspiração do Brasil pelo reconhecimento regional e mundial enquanto grande potência capaz de estruturar o RSC por meio da institucionalização de uma Comunidade Sul-Americana de Nações. (2005, p.6)

Podemos observar padrões, de fato, levantados por Buzan, em sua abordagem, assim como um ambiente propício para o desenvolvimento de agendas securitizadas e dinâmicas de segurança entrelaçadas. De fato, a Colômbia, ao lado da Venezuela, aparecia como possível ameaça aos intentos brasileiros na região, mas apenas em um nível político, surgindo como possíveis obstáculos à integração da região,

do ponto de vista do Brasil e da segurança regional, a díade Colômbia-Venezuela constitui o maior problema para a consecução da integração política e econômica da região, pois são os dois países com maior capacidade de interação na região norte da América do Sul, cujos governos atuais representam as alternativas polares – pró e anti-Estados Unidos – que estão colocadas concretamente caso fracasse a tentativa mais recente de integração. (2005, p.7)

Cinco anos mais tarde, no segundo texto, Cepik, aponta para um histórico de relações entre Brasil e Colômbia, no que diz respeito à segurança regional. O autor

interno e externo dos países sul-americanos. Suas atividades principais envolvem a coleta e sistematização de informações e processos políticos dos países da região, bem como a elaboração de análises pontuais sobre aspectos e problemas das conjunturas doméstica e internacional da área. Disponível em: http://observatorio.iesp.uerj.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=3. Acesso em 29 de novembro de 2012.

aponta que a cooperação sobre segurança, entre os dois países, data de 1978, desde a assinatura do Acordo de Cooperação Amazônica, em seguida, em 1981, foi firmado um acordo de assistência recíproca para o controle do narcotráfico. Na década de 90, mais mecanismos jurídicos e penais foram aprimorados entre os dois países.

A abordagem de Cepik é aquela mais próxima do nosso limite entre os dois âmbitos da análise, pois nos apresenta diversas medidas de segurança tomadas pelo governo brasileiro, como a geração de informações do SIPAM/SIVAM, instalado em 2001, ou o acordo COBRA e a subsequente operação Cobra I. No entanto, quase todas estas medidas foram tomadas em conjunto entre os governos da Colômbia e do Brasil, e nenhuma delas, segundo o autor, se dá em caráter emergencial, estando sempre atreladas a um processo político, por vezes lento e até ineficiente.

Além desse aspecto, encontramos um enfoque não securitizador nos textos de Cepik, ao perceber o papel brasileiro na crise diplomática entre Colômbia, Equador e Venezuela, no ano de 2008. Aquilo que poderia figurar como a centelha para o desencadeamento de um grande conflito, que poderia ter sido agravado por uma postura securitizadora do Brasil, foi lidado de maneira ímpar. Cepik aponta que a chancelaria brasileira “(...) saiu em defesa da soberania equatoriana, mas evitou pôr em risco suas relações com a Colômbia e sua prerrogativa de neutralidade entre as partes.” (2010, p.88)

Em termos conclusivos, Marco Cepik explicita a sua postura – sob a luz da nossa análise – ao apontar como uma das posições claras do Brasil frente ao conflito colombiano a tentativa de evitar um cenário de engajamento no conflito, e a transferência do teatro de operações para o território brasileiro. Torna-se visível a percepção de uma postura não-securitizadora do Brasil, por parte do autor, que tem percebido os esforços diplomáticos do mesmo para evitar o latente conflito, ou, ao menos, o seu transbordamento.

3.3. O BRASIL SECURITIZADOR, A OPÇÃO MILITAR DA DEFESA

Este terceiro grupo traz os autores que percebem na relação brasileira com o conflito colombiano um processo claro de *securitização*, termo definido por projetos emergenciais, medidas de segurança, movimentação militar e policial, além da identificação de que a desordem no país vizinho pode figurar como uma ameaça ao

Estado brasileiro e à sua soberania. Esta seção tem como objetivo apresentar os autores selecionados como base para a securitização brasileira, demonstrando a sua postura e os seus argumentos para tal.

Colombia: más inseguridad humana, menos seguridad regional, de Juan Gabriel Tokatlian³⁹, apresenta uma abordagem congruente com o que aponta Tamayo, apresentado na primeira corrente. O argentino nos traz uma série de proposições que nos remetem aos estudos de segurança humana trazidos por Mary Kaldor (2011), como a idéia de que “[...] a força militar convencional, em modo de combate, na verdade, aumenta a insegurança e dá condições favoráveis ao recrutamento de terroristas”.

No entanto, Tokatlian percebe uma crescente securitização do tema no Brasil, não apenas pelos desdobramentos do conflito com os guerrilheiros, mas também pela presença massiva de agentes estrangeiros na região. O autor aponta que:

O Brasil aumentou seus dispositivos militares fronteiriços significativamente. Uma fronteira porosa serve a guerrilheiros e traficantes de droga, enquanto a crescente presença de assessores EUA na Colômbia coloca em sério alerta o país [...] traficantes e Boinas Verdes são percebidos como ameaças a um país que, historicamente, teve suas fronteiras definidas de forma harmoniosa e sem perigo iminente. Não se pode esquecer, por sua vez, da enorme expansão do tráfico de drogas no Brasil: há manifestações claras de maior uso de droga, mais rotas de transporte, mais de descoberta de cultivos ilícitos, e mais violência urbana ligada ao crime organizado, etc. (2004, p. 183)

Além do complexo e enraizado problema do tráfico de drogas, é perceptível a preocupação do autor com o desenrolar do conflito para as fronteiras brasileiras. Destaca-se, na abordagem de Tokatlian, a preocupação com a presença estadunidense no território colombiano. A participação dos Estados Unidos nesta problemática, de fato, provoca temores de um desequilíbrio na balança de poder da região. Para nos utilizarmos do aparato teórico escolhido, o da Escola de Copenhague, os Estados Unidos exercem visível *penetração* na região, por meio da ponte feita na Colômbia.

Compreendamos, então, estas circunstâncias nos termos conceituais propostos. O Complexo Regional de Segurança Sul-americano talvez seja mais bem compreendido, para esta dinâmica, se aprofundado ainda mais num subcomplexo andino-amazônico de segurança, uma vez que os países desta região, por sua vez, compartilham tal dinâmica nas suas agendas de segurança. Tendo esta subdivisão em

³⁹ Diretor do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais de Ciências Humanas da Universidade de San Andrés.

mente, nos questionamos, frente ao mecanismo teórico utilizado: a participação americana no conflito colombiano ultrapassou os limites da penetração? A pujança da superpotência desarticulou o funcionamento das políticas de segurança dos Estados envolvidos?

É possível afirmar que o sistema de segurança dos países vizinhos não foi afetado fatalmente. No entanto, a presença americana é, de fato, responsável por uma maior urgência no processo de *securitização* do conflito, por parte dos vizinhos colombianos, pois aumenta a capacidade material presente na Colômbia e cria uma neblina quanto aos seus objetivos regionais, como indica Tokatlian:

A guerra na Colômbia deixou de ser doméstica. O gradual, preciso e persistente envolvimento dos EUA no conflito interno no país tornaram-se o epicentro de uma guerra de baixa intensidade cada vez mais internacionalizada. Finalmente, a guerra da Colômbia não é mais limitada, em termos de vítimas, participantes armados e de escopo. (2004, p.176)⁴⁰

Esta ausência de limite no que diz respeito ao alcance do conflito colombiano e, especialmente, de seus desdobramentos, surge como a grande preocupação para um Brasil que se percebe capaz de reagir em termos militares. O autor nos aponta como a relação com os EUA, representada por uma visita do então presidente Uribe a Washington, está repleta de significados e consequências para a securitização da região:

Em termos regionais, a viagem reafirmou a preferência pelo unilateralismo com os EUA em matéria hemisférica, dificultando a Cúpula Presidencial da América do Sul, organizada pelo Brasil na época, contribuiu para a identificação da Colômbia como o maior problema de segurança na área, e reforçou o aumento da militarização andina e amazônica para conter as consequências da crise colombiana.⁴¹

⁴⁰ La guerra en Colombia dejó de ser doméstica. El paulatino, preciso y persistente involucramiento de Estados Unidos en el conflicto interno ha convertido al país en epicentro de una guerra de baja intensidad cada vez más internacionalizada. Por último, la guerra colombiana ya no es limitada en términos de víctimas, participantes armados y alcance. (Tradução do autor)

⁴¹ En términos regionales, el viaje reafirmó la preferencia por el unilateralismo de Estados Unidos en materia hemisférica, entorpeció la cumbre de presidentes sudamericanos organizada por Brasil en esa época, contribuyó a la identificación de Colombia como el mayor problema de seguridad en el área, y reforzó la creciente militarización andina y amazónica para contener las consecuencias de La crisis colombiana. (Tradução do Autor)

Não há dúvidas, para Tokatlian, da reação militar do Brasil, entre os vizinhos da Colômbia. Além disso, destaca-se na abordagem do argentino, o grande destaque dado à presença dos Estados Unidos como causa principal de tal *securitização*.

Cléber Batalha Franklin, da Universidade Federal de Roraima, também ressalta a participação estadunidense como maior perigo e causa de suspeita por parte do Brasil. Para o autor, o fato de o conflito colombiano ser o único não gerenciado pelo Brasil, na região amazônica, cria o temor de uma neblina, que oculte os reais interesses da participação da superpotência na região,

como o Brasil detém a maior parcela da Amazônia e como para os EUA esta região não é prioritária, a maior parte dos temas regionais são tratados como agenda brasileira e tem com objetivo garantir o menor grau de ingerência estrangeira. As exceções são os temas ligados à Colômbia. A influência crescente norte-americana neste país representa atualmente para o Brasil o seu maior temor no que se relaciona com segurança e defesa. (FRANKLIN, 2007. p.101)

A aproximação dos Estados Unidos cria um distanciamento do tema da agenda política brasileira, de maneira diretamente proporcional, uma vez que mantém o Brasil distante das negociações e tentativas de resolução do conflito por meios diplomáticos. Ao mesmo tempo, a presença norte-americana causa uma alteração significativa nas capacidades materiais da região, sendo essa a principal inovação na abordagem trazida por Franklin.

O autor foca nas preocupações do desenrolar de um conflito entre Colômbia e Venezuela e como este traria desdobramentos negativos para a região, em especial para a zona amazônica, área prioritária para o Brasil. Franklin aponta para uma reorganização militar que ocorre na região de fronteira, tanto do Brasil com a Colômbia, como no limite colombo-venezuelano:

De novo se pensa na Colômbia como a principal ameaça desta vez sob o mando dos EUA, utilizando tropas regulares ou não. Como o temor de que uma vez expulsos os grupos insurretos possam transferir-se para as selvas limítrofes o que levaria a uma ação preventiva colombiana. Ou no caso de um impasse que comprometa a segurança do Estado colombiano o que poderá levar ao aumento da presença militar norte-americana, o que justificaria a compra de aeronaves de ataque Sukhoi Su- 30 MK por Caracas. (FRANKLIN, 2007. p.139)

Não é o nosso objetivo apontar para a probabilidade de um conflito de grandes proporções, ou acreditar numa corrida armamentista na região, uma vez que cremos na

hipótese defendida por Rafael Villa, de que o processo vigente na região é apenas de reaparelhamento. Entretanto, parece plausível apontar todos os cenários que são considerados pelos governos envolvidos e que são utilizados por tais forças políticas como argumentos para o discurso securitizador.

Outro autor aqui abordado é André Dunham de Castro, funcionário da embaixada do Brasil em Washington. Mestre em Relações Internacionais e em Diplomacia, Castro nos oferece uma das mais ricas abordagens do conflito Colombiano e de seus desdobramentos disponíveis. O autor nos apresenta uma perspectiva brasileira precisa e objetiva, com indícios visíveis de *securitização* e militarização das fronteiras, causados pelos motivos mais diversos. Podemos indicar a convergência no que diz respeito à importância regional do envolvimento estadunidense no conflito vizinho, Castro salienta:

Os desdobramentos internacionais do conflito colombiano, o envolvimento dos Estados Unidos e a estratégia destes e do governo da Colômbia de tentar internacionalizar sua crise trouxeram o assunto para a opinião pública brasileira e para os tomadores de decisão nos diversos órgãos estatais relacionados a aspectos da estratégia de planejamento amazônico. (CASTRO, 2009, P.91)

Podemos observar, nesta colocação, uma divergência com o grupo denominado nesta pesquisa de indiferentes, uma vez que demonstra uma incorporação do tema mesmo para a opinião pública do Brasil. É visível a percepção dos autores de que o conflito colombiano não era considerado ameaçador até a entrada dos Estados Unidos no mesmo. Destarte, podemos inferir que foi a “iniciativa conjunta dos Estados Unidos e da Colômbia de regionalizar a guerra civil colombiana que despertou no governo brasileiro maior interesse com a segurança e a defesa militar da Amazônia.” (CAVAGNARI, 2002. S/P).

Um securitizante notável, Castro apresenta uma série de projetos desenvolvidos pelo Brasil, para a região, como exemplos da militarização pujantes na região. O autor tenta identificar uma modificação no seu planejamento estratégico⁴² para a região. Dentre os diversos projetos, o autor destaca o caso do Exército Brasileiro, para o qual menciona o “Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx), que congrega elementos

⁴² Que se entenda planejamento estratégico como a “soma de aspectos da política de defesa nacional, da política externa, dos projetos de desenvolvimento sócio-econômico e dos projetos de ocupação e integração territorial.” (CASTRO, 2009, p.90)

do planejamento estratégico da instituição, com doutrina, conceitos e objetivos para emprego da força terrestre, e visa à unidade de pensamento e ação.” (CASTRO, 2009, p.93). Dentro do Sistema, devemos levar em consideração a Doutrina Gama⁴³, aquela que seria utilizada em caso de embate na região de fronteira com a Colômbia.

Outro projeto que torna visível a preocupação das FA brasileiras é o Sistema de Vigilância da Amazônia – o SIVAM – um sistema de vigilância melhor equipado e eletrônico. Entretanto, faz-se válido enfatizar que o sistema buscava ser de grande importância no auxílio da movimentação das tropas, graças à gama de informações geofísicas, biológicas e sociais que se esperava que o mesmo gerasse. A interação entre sistemas de informação e mobilização de tropas deveria criar uma poderosa ferramenta de defesa das fronteiras.

Figura 6 - Sistema de Defesa de Fronteira



Disponível em: http://www.defesabr.com/EB/Pelotoes_Fronteira_01.jpg

O SIVAM ganhou proeminência com a evolução do problema dos países vizinhos com o narcotráfico, uma vez que a quantidade de vôos ilegais crescia em quantidade considerável. Entretanto, foi com o Plano Colômbia que o sistema teve sua maior ampliação, logo que os Estados Unidos intensificaram o combate às já descritas guerrilhas por meio de interceptação aérea. “O SIVAM inclui radares aéreos, móveis e

⁴³ A Doutrina pressupõe que: *Quando o oponente possuir poder militar semelhante ou inferior ao nosso, procurar-se-á a rápida decisão do conflito, com o emprego de força regular, em combate convencional. A estratégia a ser privilegiada será a da OFENSIVA.* (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2002, SIPLEX.)

aerotransportados, sensores de terra, redes de telecomunicação e imensos bancos de dados.” (CASTRO, 2009, p.95)

Para Costa (2001), o SIVAM atenderia a um interesse de segurança nacional, pois permitiria enfrentar ameaças à soberania amazônica de pelo menos três tipos: cobiça internacional pelo território, atividades ilegais transfronteiriças e potenciais consequências de conflitos em países vizinhos, como a Colômbia.

Embora não tenham sido criados em decorrência do Plano Colômbia, tais projetos podem ser correlacionados com esta questão por motivos claros. Primeiramente, os dois recuperam sentido e proeminência graças a este conflito, retomando o fôlego perdido com o passar dos anos e a não obtenção completa dos seus objetivos iniciais. A idéia de “cobiça” sobre a Amazônia brasileira readquire importância com as supostas incursões de colombianos ao nosso território, trazendo à tona a necessidade de manutenção de tais projetos.

Faz-se necessário compreender que esses programas subsistiram, por alguns anos, com seus objetivos iniciais, mas só ganharam força definitiva quando encontraram fins explícitos no combate ao tráfico e às atividades belicosas na fronteira, ampliados pela militarização do combate ao tráfico do outro lado da mesma, fomentada pelo Plano Colômbia. Destarte, compreende-se que o governo brasileiro contava com as ferramentas que julgava necessárias, por ora, para repelir tais forças, mas o pacote estadunidense motivou o governo a redirecioná-las.

Fica mais do que claro o posicionamento de Castro, no que diz respeito à natureza ameaçadora do conflito colombiano, além de explicitar aquela que é e – para o autor – deve de fato ser a postura brasileira quanto ao mesmo. De acordo com o autor, a Colômbia constitui uma “ameaça à segurança hemisférica, e o sistema de segurança hemisférico deve desenvolver capacidade de resposta coletiva às ameaças não tradicionais, da mesma forma que às tradicionais.” (2009, p.111.)

Em algum momento ao longo da história recente do seu conflito, a Colômbia “deixou de apresentar-se como um país com problemas humanitários e transmutou-se para a condição de Calcanhar de Aquiles da segurança hemisférica.” (INÁCIO. 2008, p.1). É com tal afirmação que César Dutra Inácio coloca o conflito colombiano no cerne das dinâmicas de segurança do Complexo Regional Sul-Americano. Em reação à militarização do seu conflito, segundo Inácio, o Brasil ampliou visivelmente suas

atividades militares e policiais na fronteira com o país andino, se utilizando, como suporte empírico, da chamada Operação Cobra.

Polícia Federal brasileira em conjunto com suas Forças Armadas e a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) puseram em prática a Operação Cobra (nomenclatura referente ao intercâmbio Brasil-Colômbia). Foram mobilizados a Brigada 16 de Infantaria de Selva em Tefé, em cooperação de outras unidades subordinadas ao Comando Militar Amazônico (CMA), sediada em Manaus (estado do Amazonas), ao Comando Naval Amazônico do Ocidente (CNAO) e o 7º Comando Aéreo Regional (VII COMAR). (INÁCIO. 2008, p.6)

Sendo um dos poucos autores a levantar a Operação como demonstração clara da securitização brasileira do problema, Inácio nos abre espaço para fundamentar tal proposição. A Operação Colômbia-Brasil (COBRA), foi lançada no ano 2000, e pode ser considerada parte dos esforços do Brasil para se preparar para os possíveis desdobramentos do conflito colombiano, primordialmente em relação à forte militarização do embate. A idéia de manter relações entre a Colômbia e seus países vizinhos partiu, principalmente, dos Estados Unidos, entretanto, a iniciativa foi tomada pela Polícia Federal do Brasil. Na época de sua instauração, a Operação Cobra ganhou certo destaque na imprensa brasileira:

A Operação Cobra (sigla de Colômbia e Brasil) tem duração prevista de três anos. Ela está sendo desencadeada para evitar a possível entrada de guerrilheiros e traficantes colombianos em território brasileiro, que podem se transferir para o Brasil com o início das ações do Plano Colômbia, programa conjunto com o governo dos Estados Unidos de combate ao tráfico de drogas naquele país. Os rios da região, que em sua maioria nascem na Colômbia e deságuam no Amazonas, são os principais alvos da ação da PF.⁴⁴

Muito se falou sobre os riscos da Operação, que custaria R\$ 10,4 milhões ao orçamento brasileiro, contudo, o projeto demonstrava-se eficaz. Tinha como objetivo de proteger a fronteira, as populações ribeirinhas locais e exercer controle sobre os rios brasileiros com nascentes colombianas – estendendo-se ao Rio Solimões, que tem nascente no Peru. Por terem suas nascentes em regiões de produção de cocaína, esses rios eram considerados canais de entrada de entorpecentes no Brasil.

⁴⁴ Disponível em <http://jornal.valeparaibano.com.br/2000/09/27/geral/colom.html>, acessado em 10 de janeiro de 2013.

No total, foram montadas sete bases de revista de embarcações, as pistas de pouso clandestinas, uma das maiores preocupações, foram destruídas e foi ampliado o rigor na venda de combustível para as aeronaves da região. A maior atenção, no entanto, foi mesmo dada aos rios – por representarem o maior duto de passagem de mercadorias – que também tiveram a qualidade das suas águas analisada para verificar uma possível contaminação causada pelo uso de agrotóxicos nas plantações de coca. Naquele momento, aponta Christian Morais (2006), 180 policiais federais estavam disponibilizados na fronteira.⁴⁵

A Operação Cobra pode ser considerada o projeto do governo brasileiro com conexões mais visíveis com o problema colombiano. Desde o seu nome, até suas origens, fundamentadas em conversações entre os dois países, a operação é, perceptivelmente a principal iniciativa para evitar a possível entrada de guerrilheiros e traficantes colombianos em território brasileiro, que poderia ocorrer com o início das ações do Plano Colômbia. Este programa foi criado estritamente em recorrência do conflito colombiano e da militarização daquele Pacote.

Estes três grupos teóricos foram assim organizados para que se visualize qual tem sido a postura epistemológica do debate, especialmente na América Latina, no que diz respeito à securitização do conflito colombiano por parte do Brasil. Dito isto, tomo a liberdade de inserir-me em um destes grupos. Como pesquisador do tema, observo a securitização brasileira, em *emergency mode*, de maneira a ser claramente observada pelo desenvolvimento e ressurgimento do Programa Calha Norte (PCN), em visível consequência dos desdobramentos do Plano Colômbia. Esta relação, portanto, será explorada no capítulo seguinte.

⁴⁵ Dados disponíveis em <http://www2.camara.gov.br/internet/homeagencia/materias.html?pk=2377>, acesso em 10 de janeiro de 2013.

CAPÍTULO 4: O PROGRAMA CALHA NORTE – A SECURITIZAÇÃO BRASILEIRA EM *EMERGENCY MODE*

Uma vez tendo afirmado que o Programa Calha Norte exemplifica a securitização brasileira, a reorganização estratégica do Estado na região de fronteira com a Colômbia, nos cabe o papel de apresentar o projeto, além de identificar tal relação. Este exercício está apresentado, nas próximas páginas, e compõe o presente capítulo.

Com o objetivo de trazer segurança e desenvolvimento para uma região minimamente povoada, e visando aumentar as relações com os países vizinhos, os entusiastas “*amazonistas*” das FA elaboram e lançam, em 1985, o Projeto Calha Norte (PCN). O garimpo, desmatamento e devastação ambiental em geral, também colaboraram com o avanço de um projeto desta natureza. Somada a estes fatores, existia a crença, por parte dos militares, de que um grupo indígena binacional – que povoavam Brasil e Venezuela – da tribo dos *Ianomâmi*, poderia evoluir para um Estado independente.

Embora anterior, o Calha Norte tem uma conexão importante com o Plano Colômbia, o seu projeto inicial de conclusão datava para 1997, entretanto, este objetivo não se concretizou e o Projeto ficou adormecido até 2000, quando teve seus ânimos reacquecidos pela ativação das ocupações militares do Plano Colômbia. Neste momento, o Projeto Calha Norte deveria fomentar a criação de quatro novos pelotões de fronteira, com pavilhões militar (40 a 60 homens) e civil (IBAMA, MEC, FUNAI, PF, entre outros), em torno dos quais surgiriam vilas e depois cidades, “vivificando” e tornando perenes as fronteiras. Deste modo, o PCN buscava solucionar um dos maiores problemas para a segurança das sub-regiões, o baixo nível de povoamento.

Parece visível a importância do Calha Norte, no que diz respeito à militarização da fronteira amazônica. Mas, com qual intenção foi elaborado o programa? Se os objetivos do PCN eram, em suma, desenvolver e povoar uma região de população diminuta, qual é o momento chave da sua mudança de eixo?

4.1. POVOAMENTO VERSUS MILITARIZAÇÃO – AS ORIGENS DO PROJETO

Segundo o endereço do Ministério da Defesa do Brasil, O Programa Calha Norte tem como objetivo principal “contribuir com a manutenção da soberania na Amazônia e contribuir com a promoção do seu desenvolvimento ordenado.” (DEFESA, 2012, s/p). O Programa está subordinado a tal ministério, mas a sua criação remonta de 1985, durante o governo Sarney⁴⁶, naquela época, sob a alcunha de Projeto Calha Norte. Ainda de acordo com o próprio Ministério, ali, o então Projeto tinha alcance limitado à região de fronteira:

Em junho de 1985, foi aprovada uma Exposição de Motivos para a implantação, em curto prazo, do PCN. Assim, sob a orientação do Ministro-Chefe da Casa Militar, General Rubens Denys, dá-se início, em 1986, às ações do PCN na região ao norte das calhas dos rios Amazonas e Solimões, daí o nome do programa. (SORIANO, Manuel. 2011. p.68)

Apesar dos discursos, comumente, incutirem ao Calha Norte um papel povoador da região em questão, pareceu sempre claro a sua missão militar, ou, ao menos, do aumento da presença do Estado na região, de um ponto de vista quase sempre dos meios coercitivos, seja por interesse inicial, seja pela pouca participação civil no mesmo. Somos, de tal maneira, capazes de identificar, mesmo nos momentos mais embrionários do Calha Norte, os sintomas de uma vindoura e pujante *securitização*.

⁴⁶ José Ribamar Ferreira Araújo da Costa Sarney, presidente da República do Brasil, no período de 1985 – 1990.

Figura 7 – O Projeto Calha Norte – Alcance Original



Fonte: <http://professorjbosco.blogspot.com.br/2010/11/projeto-calha-norte.html>

O PCN, assim como o Plano Colômbia, não foi originado com o intuito de tornar-se um pacote militar, a grande responsabilidade por tal metamorfose se deu ao pouco interesse dos setores civis na área. Para o General Alberto Cardoso⁴⁷:

o Calha Norte nunca foi um projeto militar, mas sim interministerial, que se baseava em pólos de desenvolvimento. Ficou com cara militar porque, na hora de ir para dentro da selva, só apareceram as Forças Armadas. A ideia, de fato, é retomar o Calha Norte na sua concepção original, com pólos de irradiação de desenvolvimento. (2002. s/p)

Para o professor Paulo Kuhlmann (2007), a participação militar intensificada tem a ver com o desejo de aumento de noções de nação e soberania, na região. Aponta o cientista político, que a “idéia de soberania é a de presença estatal, de vivificação de fronteiras e de fornecimento de serviços básicos”. Para Kuhlmann, estes serviços e

⁴⁷ Então chefe da Casa Militar da Presidência da República. Atividades de Inteligência no Brasil - Contribuições para a Soberania e a Democracia. Documento da Câmara dos Deputados. (RECH 2002, S/P. Grifo Nosso.)

funções foram incorporados, na região, pelo PCN, no entanto, o autor também aponta a concentração de todas as funções do projeto pelas Forças Armadas:

Nessa região, as missões abrangem a toda gama possível para as forças militares: construção de nação (*nation building*), por meio da vivificação de fronteiras, com a idéia de colonização de nacionalização do índio, ações tipo polícia na contenção de ilícitos de toda ordem (contrabando, tráfico de drogas, dentre outras.), policiamento na fronteira, combate convencional contra inimigo de mesmo porte e combate irregular (estratégia de resistência) contra inimigo muito superior. (KUHLMANN, 2007.)

As idéias de maior participação do exército no Calha Norte foram difundidas mesmo na grande mídia, e, desta forma, transmitidas para a audiência, a sociedade brasileira. Em matéria da Folha de São Paulo, sobre o Programa, é apontado que os objetivos do plano seriam “melhorar a infra-estrutura do território ao norte dos rios Amazonas e Solimões e criar povoados na região, dificultando invasões pela fronteira. As Forças Armadas acabaram fazendo a maior parte da execução do projeto.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2001. S/P)

Mas quais eram, afinal, os objetivos reais do Projeto? Segundo o documento oficial (DEFESA, 2011, S/P), de assinatura do então presidente Sarney, o Calha Norte visava o seguinte:

- i) aumento da presença brasileira na área;
- ii) ampliação das relações bilaterais com os países vizinhos;
- iii) expansão da infra-estrutura viária para complementar o transporte fluvial, o mais importante fator de integração regional;
- iv) fortalecimento da ação dos órgãos governamentais;
- v) intensificação da demarcação de fronteiras;
- vi) promoção da assistência e proteção às populações indígenas, ribeirinhas e extrativistas.

É possível indagarmos, destarte, em qual momento o Projeto passou a ser uma ferramenta visível da securitização brasileira, uma vez que tais objetivos são de caráter visivelmente politizador e político-social. O Coronel de Infantaria e Estado-Maior e historiador militar Manuel Soriano, aponta que:

Apesar da benemerência desses nobilitantes objetivos, somente as FFAA responderam à altura, aos desafios por eles propostos. O Exército, já razoavelmente articulado na região, disponibilizou, em seus Pelotões de

Fronteira, um pavilhão, denominado de “pavilhão de terceiros”, para o acolhimento de órgãos governamentais com responsabilidade no Projeto (INCRA, FUNAI, FUNASA, IBAMA, PF, EMBRAPA, Receita Federal etc.).

Apesar do intuito original de manter o Calha Norte num âmbito plural e multiministerial, o seu caráter militar e securitizador, por essência, pôde ser observado desde o início da sua aplicação. Tal característica seria ampliada enormemente, quando do começo das atividades relacionadas ao Plano Colômbia, como será apontado adiante.

4.2. QUEDA E REASCENSÃO DO PROGRAMA – REFLEXOS DA SECURITIZAÇÃO?

Criado durante o governo Sarney, o Calha Norte conheceu o ostracismo a partir, especialmente, do governo seguinte. Com Fernando Collor⁴⁸ o Projeto deixou a lista de prioridades do governo. Pequenos hospitais na região, como um de 25 leitos construído na região de Iauaretê, foram desativados na prática por falta de pessoal. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2001.)

O Projeto jamais foi desativado, no entanto, é notável o tratamento parco e quase indiferente, dado pelos governos que seguiram o da sua criação, segundo Edu Silvestre de Albuquerque (2011), o Projeto não foi delegado aos militares, mas abandonado aos mesmos. Suas funções continuaram, mas os recursos para tal foram praticamente dizimados. O caráter securitizador do projeto se manteve, mesmo que com verbas limitadas. Segundo fontes jornalísticas, após dez anos de verba restrita (em 99 o projeto recebeu cerca de R\$ 1,2 milhão, contra o equivalente a R\$ 47 milhões dez anos antes), houve mais recursos em 2000, após o anúncio do Plano Colômbia (de combate ao narcotráfico no país, com apoio dos EUA).

A relação da ressurreição do Calha Norte com a militarização do conflito é visível. Até 2000, o Projeto havia consumido o equivalente a US\$ 168,5 milhões. Mas a grande parte dos investimentos se deu até 1990 (US\$ 109 milhões de 86 a 90). Enquanto Fernando Henrique Cardoso ocupou a cadeira de presidente, as verbas para o Calha Norte apenas diminuíram ainda mais, em 99, o Calha Norte recebeu apenas US\$

⁴⁸ Fernando Affonso Collor de Mello, presidente da República do Brasil, no período de 1990 – 1992.

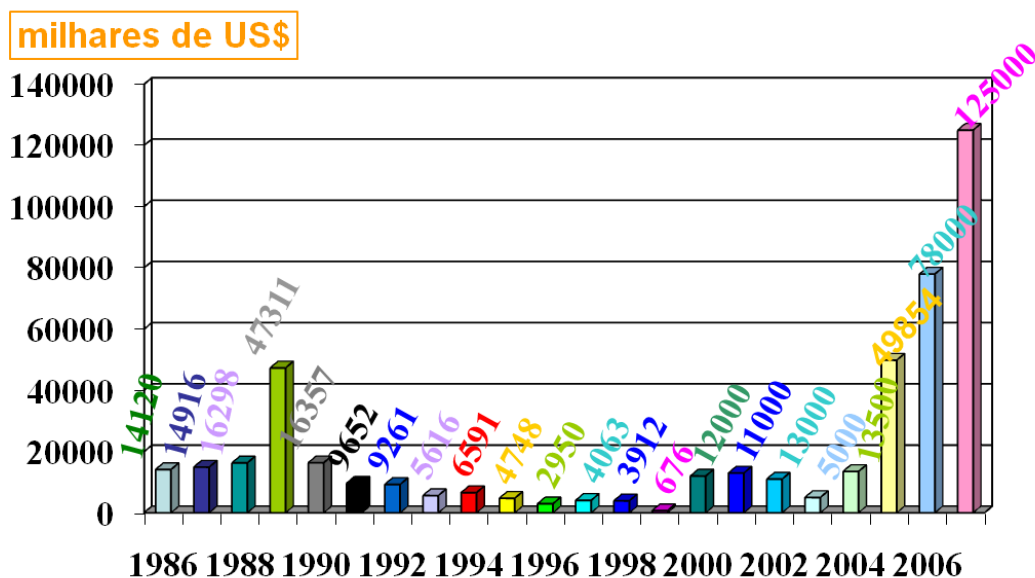
676 mil. No entanto, tal período representa uma guinada importante para o Projeto, que foi vinculado ao recém-criado Ministério da Defesa, e ampliado, transformado em Programa e recebendo um novo ânimo, a partir dos anos 2000, especialmente a partir de 2001. Este período se confunde com a plena militarização do conflito colombiano, abastecido pela *Global War on Terror*, do Governo Bush, nos EUA. Só em 2001, o Programa Calha Norte recebeu US\$ 13,9 milhões em recursos, mais de vinte vezes mais do que em todo o resto do governo FHC.

Segundo o último Relatório de Situação do Programa Calha Norte,

O Programa Calha Norte foi contemplado com um total de créditos de R\$ 484.951.546,00, na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2011. Desse montante, R\$ 68.000.000,00 (sessenta e oito milhões de reais) foram alocados diretamente ao Ministério da Defesa para aplicação interna e na vertente militar do Programa, cujo total foi limitado, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao valor de R\$ 47.811.546,73. O restante, R\$ 416.951.546,00, foram alocados a partir de Emendas Parlamentares para aplicação na vertente civil do PCN. (DEFESA, 2011. p.19)

Observar os períodos correspondentes a esta alteração no pensamento e a mudança do eixo de operações do PCN é um exercício fundamental para que se compreenda a relação entre este fenômeno e a militarização do conflito colombiano. Tal relação, a qual desejamos apresentar, torna-se visível, se percebermos que, a partir de 2000, momento crucial destas modificações, não houve algum outro fenômeno que surja como variável causal, ou mesmo variável de controle. Não houve alteração de governo, nem crise econômica, seque nenhum novo projeto político para a região. A incorporação do PCN pelo Ministério da Defesa, criado um ano antes, parece responder apenas à uma gritante demanda regional, de resposta ao movimento colombiano.

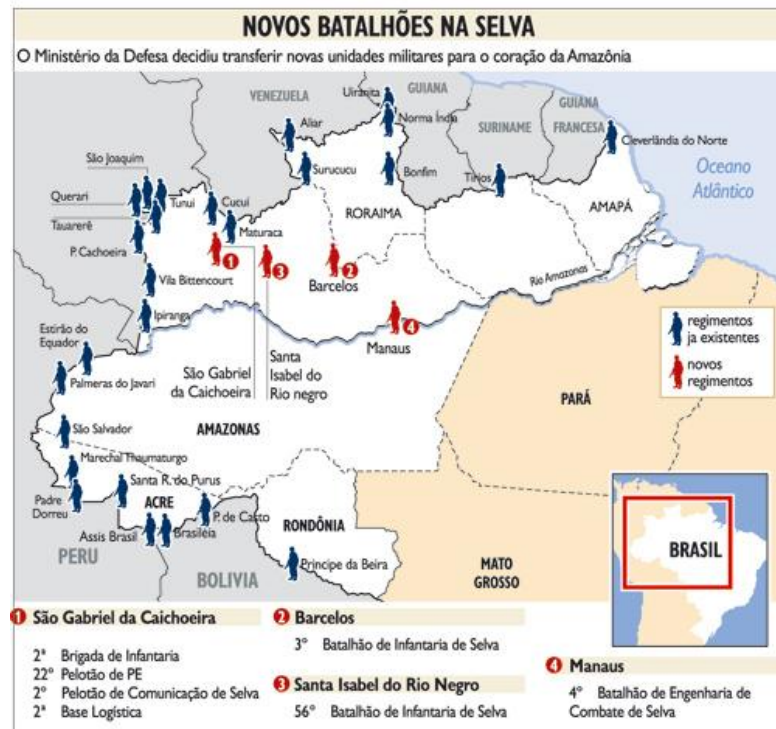
Gráfico 4 – Recursos do Programa Calha Norte (1986 – 2006)



Fonte: (AVELINO, Robeto de Paula. Programa Calha Norte, apresentação.)

Este novo ânimo ganho pelo Calha Norte representou, na prática, sutis, mas objetivas mudanças no seu *modus operandi*, que passara a deixar de lado boa parte do que diz respeito ao aumento da integração ou de relações bilaterais com os vizinhos, e inicia uma linha de pensamento de intensificação da presença militar nas fronteiras comprometidas e envolvidas com tráfico e outros atos ilícitos, entre estas, a fronteira colombiana, que passa a ser, oficialmente, quase completamente monitorada.

Figura 8 – Novos Batalhões, criados pelo Calha Norte



Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/toa/ldn/ldn.htm>

É possível perceber, como pontos fundamentais, aquelas regiões de fronteira com departamentos colombianos de importante participação no seu conflito, como Vila Bittencourt ou Ipiranga. A mais monitorada das fronteiras, a divisa Brasil-Colômbia ainda abriga diversos futuros objetivos do programa. Em seu documento de 25 anos, o Calha Norte visava, por exemplo Construção do Pavilhão de Terceiros do Pelotão Especial de Fronteira (PEF) de Querari (fronteira com a Colômbia), além da Término da implantação do Pelotão de Pari-Cachoeira (fronteira com a Colômbia). (BRASIL, 2010).

Faz-se necessário compreender a supremacia da chamada Dimensão de Manutenção da Soberania e Integridade Territorial, também conhecida como a “vertente militar” do Calha Norte, responsável pelo desenvolvimento de ações voltadas para o controle territorial. Podemos observar que o Programa expandiu-se de maneira significativa e ganhou importância, segundo o próprio documento de Normas e Instruções para 2012, graças ao agravamento de certas tendências presentes no mundo amazônico. (DEFESA, 2012.)

Apesar dos esforços do Estado, em tentar diminuir o aspecto securitizado do Calha Norte, tentando transparecer um caráter mais social e político, é visível que isso nunca foi satisfatoriamente alcançado, inclusive pelo fato das Forças Armadas, na região, continuarem com grande parte das atividades. Diego Barbosa ceará aponta que é facilmente constatado que “além de cumprir com seu papel de defesa estratégica da região, o Exército também teve que fazer às vezes do Estado no desenvolvimento social e de infraestrutura, prerrogativas que tinham ficado a cargo dos governos.” (CEARÁ, 2011. p.110)

4.2.1. Os Pelotões Especiais de Fronteira

Um Pelotão Especial de Fronteira (PEF) é uma Organização Militar diferenciada, uma vez que o seu comandante acumula encargos e atribuições que não se limitam as lides normais da caserna. “O comandante do PEF deve cuidar de quatro campos de preocupações: operacional; administrativo; publico interno e comunidade. Um grande fator de sucesso é cuidar para que essas quatro facções caminhem juntas” (SILVA, 2007. p.64).

Estes pelotões foram criados já com a instauração original do Projeto Calha Norte, em 1985, mas a sua importância, para a nossa abordagem, se dá pelo fato de terem sido multiplicados, e muitos reaparelhados quando da reavivação do agora Programa. Uma das medidas mais importantes, no âmbito do Calha Norte, foi a criação dos Destacamentos Logísticos Avançados, com o objetivo de acelerar o fluxo de informações entre os PEF, além de visar elaborar projeto de reequipamento operacional, com foco na qualidade e padronização dos equipamentos.

Apesar do destaque primordialmente militar, o Pelotão Especial tem características peculiares também na atuação junto à comunidade. Muitos soldados integram-se as famílias dos locais e muitas das duas famílias passam a envolver-se no que diz respeito à integração e auxílio aos povos das regiões de fronteira. O Pelotão Especial parece lidar diretamente com o fator mental e humano do soldado. Para o Sargento Laguardia, de Plácido de Castro, no Acre, foi na Amazônia que sentiu seu coração de soldado bater mais forte. "Fui voluntário para vir e sou voluntário para ficar. Aqui, como dizem em outros PEF, o pôr-do-sol não significa o término de uma jornada

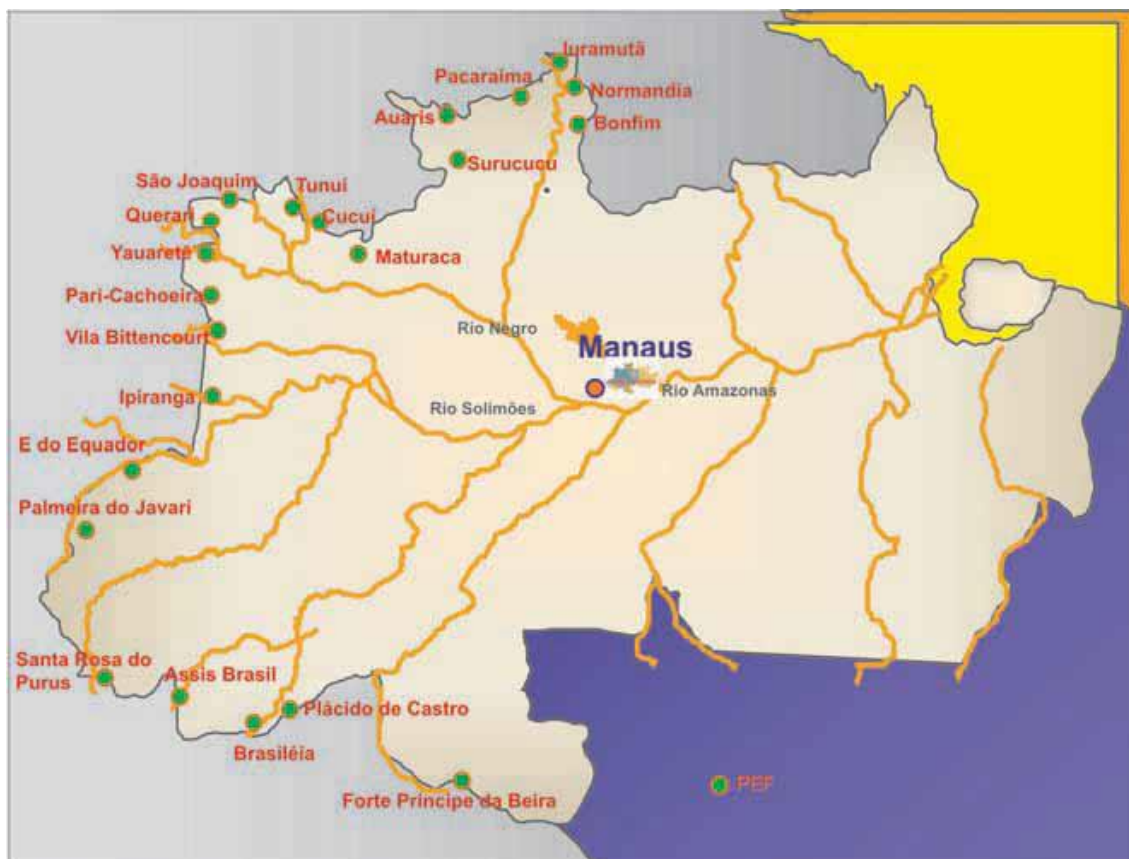
de trabalho, mas sim o início de outra. É uma aventura que todo dia recomeça." (AMAN ONLINE, 2007. s/p)

A Escola Superior de Guerra, por sua vez, aponta para os seguintes objetivos de um PEF:

- 1) vigiar pontos ou frentes limitadas;
- 2) reconhecer área, frente, eixo fluvial ou terrestre, dentro de sua área de atuação;
- 3) defender as suas instalações contra a ação de Forças Adversas;
- 4) controlar a utilização do campo de pouso do PEF; e
- 5) controlar a pista de pouso na sua área.

Parece perceptível que, apesar da lógica diferenciada e dos objetivos originais de ‘vivificação’ das regiões de fronteira, os Pelotões Especiais também sofrem um processo de securitização visível, especialmente depois do redirecionamento sofrido pelo Programa Calha Norte.

Figura 9 – Localização dos PEF e das guarnições Militares da Amazônia Ocidental



Em 2009, o então ministro da defesa, Nelson Jobim, anunciara a criação de novos Pelotões, que quase dobrariam o seu número, no momento. O anúncio tem, como inovação de destaque, o abandono quase total da lógica de vivificação da região. Segundo o Estado de São Paulo (2009):

Serão, prioritariamente, "células de vigilância militar", deixando em segundo plano a velha preocupação com a chamada "vivificação das fronteiras" - o povoamento da região -, o que sempre levava ao traslado de familiares dos militares para a áreas dos pelotões e à criação de pelo menos uma vila no entorno. (ESTADÃO, 2009. s/p)

O então ministro parecia afinar-se com uma tradicional tese militar de cobiça internacional pela região, e colocava esperanças de defesa nos Pelotões Especiais. Para Jobim, a região não pode ser um jardim para deleite de europeus que destruíram suas florestas, mas um local em que os brasileiros possam se desenvolver. "A Amazônia não pode ser mantida como um parque de recreio para europeus e americanos apenas". (ESTADÃO. 2009, s/p)

Os Pelotões Especiais de Fronteira de São Joaquim, Querari, Pari-Cachoeira e Vila Bittencourt, todos em região de fronteira com a Colômbia, foram os primeiros a receber recursos para reaparelhagem, o que explicita a preocupação das autoridades de Defesa com esta zona limítrofe e a importância dos PEF na sua proteção.

4.3. A REORGANIZAÇÃO ESTRATÉGICA BRASILEIRA

O Programa Calha Norte e a sua revitalização fazem parte de um plano maior de reorganização estratégica do Brasil, representado, em especial, pelos seus documentos de defesa. Tais documentos foram reciclados e relançados no ano de 2012, no entanto, a pequena reformulação pouco ou nada alterou os objetivos da defesa para a região amazônica como um todo, ou, no nosso interesse a região de fronteira com a Colômbia. Cientes da necessidade de compreensão destes intentos é apresentada, em seguida, uma digressão sobre tais documentos e do seu trato da região em questão. Procuramos compreender se o movimento percebido no Programa supracitado, corresponde a

mobilização semelhante no âmbito discursivo brasileiro. Isto é, questionamos se tais políticas emergenciais acontecem em concordância com um *speech act* presente nos documentos oficiais e formadores de opinião das autoridades do Brasil.

4.3.1. A Política de Defesa Nacional

Após o processo de redemocratização, antes mesmo da criação do Ministério da Defesa, em 1999, o governo brasileiro, sob a liderança do presidente Fernando Henrique Cardoso, elaborou a primeira Política de Defesa Nacional⁴⁹ (PDN, 2005). Esta iniciava a sua reflexão baseada na reestruturação da segurança internacional pós-guerra fria e à luz do cenário de incertezas que então se descortinava. Embora a PDN afirmasse em sua introdução (1.2) que a Política de Defesa era voltada às ameaças externas, a caracterização dessas ameaças fogem ao escopo dos enfrentamentos tradicionais das forças militares.

Semelhante ao texto constitucional, a PDN é extremamente genérica quanto aos objetivos da Defesa, variando de missões clássicas (garantia da soberania, preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais) a objetivos de segurança, não necessariamente vinculados ao poder militar, como “a garantia do Estado de Direito e das Instituições democráticas”. Embora o documento apresente uma percepção extremamente ampla do que significa defesa, confundindo-se com segurança, no que tange a orientação estratégica faz a distinção entre “ativa diplomacia voltada para a paz” (segurança; instrumento civil) e “postura estratégica dissuasória de caráter defensivo” (defesa; forças armadas)⁵⁰.

No documento de 2005, a Política de Defesa Nacional⁵¹ (PDN, 2005), a ênfase em ameaças externas é relativizada pelo termo “preponderantemente”, explicitando que ameaças internas estariam passíveis a serem tratadas como assunto de defesa nacional. No presente texto, as chamadas “novas ameaças” fazem-se presente no âmbito das preocupações estratégicas do Estado brasileiro. O documento faz referência à ampliação

⁴⁹ Política de Defesa Nacional, disponível em:

http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/DEFES.HTM

⁵⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/DEFES4.HTM.

⁵¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm.

do referente de segurança, abrangendo dimensões como a política, militar, econômico, social, ambiental, entre outras. Claramente ancorado na abordagem de segurança setorial da Escola de Copenhague (BUZAN, WAEVER e JAAP, 1998), o documento permite a relativização do papel das Forças Armadas para novas missões, complementares e MOTW (*Missions Other Than War*), como as Missões de Paz. Contudo, a defesa externa permanece como papel primordial das Forças Armadas, mas não o único. Ademais, como é possível observar na seção DIRETRIZES, a PDN é genérica quanto as diretrizes claras à Defesa, confundindo-se com áreas de responsabilidade de outros Ministérios, como o Ministério de Relações Exteriores. Com isso, a PDN, como a sua versão de 2005 são mais políticas de segurança do que de defesa.

O predomínio da zona cinzenta entre segurança e defesa nas Políticas de Defesa Nacional (1996, 2005) permitiu a inclusão no campo da defesa a percepção de ameaças caras a segurança (pública e nacional) como o narcotráfico, guerrilhas e crime organizado. Essa dimensão está presente na PDN de 1996, quando nesta se afirma que “No âmbito regional, persistem zonas de instabilidade que podem contrariar interesses brasileiros. A ação de bandos armados que atuam em países vizinhos, nos lindes da Amazônia brasileira, e o crime organizado internacional são alguns dos pontos a provocar preocupação.”⁵².

Entretanto, apesar dessa percepção, a Amazônia não é explicitada na guisa de objetivos da política em apreço. A Amazônia só volta a ser citada na seção DIRETRIZES, ao constar linha de ação “proteger a Amazônia brasileira, com o apoio de toda a sociedade e com a valorização da presença militar”⁵³. A região em questão é mencionada de forma explícita em apenas dois momentos da Política de Defesa de 1996.

Na versão de 2005 é possível notar mudanças de prioridade da região supracitada. Na seção “O ambiente regional e o entorno estratégico” é incorporada na política de defesa uma percepção regionalista de segurança,. Nesta, a Amazônia figura como central ao planejamento da defesa, ao lado da priorização do Atlântico Sul. Contudo, a percepção de risco e ameaça notada para Amazônia é de caráter irregular, não-estatal e difuso, semelhante ao que aparecia na política de defesa anterior. Porém,

⁵² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/DEFES2.HTM.

⁵³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/DEFES5.HTM.

vale salientar que no documento agora sob discussão é apresentada uma explanação mais densa sobre como a Amazônia e a sua vertente atlântica (Amazônia Azul), figura como “áreas prioritárias para a defesa nacional”. Notar aqui que o tipo de ameaça percebido para a vertente atlântica é mais de caráter convencional e estatal que a percebida para a Amazônia tradicional, verde.

Observamos também que na Política de Defesa de 2005 faz coro com a tradição geopolítica brasileira que defende a presença das Forças Armadas na Amazônia como sendo essencial à Defesa Nacional, mas também a segurança. A revitalização do poder armado do Estado como representante deste em áreas subdesenvolvidas e baixamente povoadas se inspira na história missão de progresso que as forças armadas apregoaram para si desde o século XIX (McCANN, 1982).

Da Política de Defesa de 1996 para a sua versão de 2005, a Amazônia aparece de forma explícita de duas para sete vezes ao longo dos documentos. Não apenas se percebe um crescimento da referência da região nos documentos, mas também o detalhamento e inserção da Amazônia na visão de Defesa do Brasil começa a ganhar contornos mais operacionais. Esse aspecto, pode ser melhor vislumbrado na Estratégia Nacional de Defesa, de 2008.

4.3.2. A Estratégia Nacional de Defesa

Visando acompanhar a evolução da projeção internacional do Brasil, no âmbito político-econômico, é elaborada e apresentada, no ano de 2008 a Estratégia Nacional de Defesa (END). Tal documento surge com objetivo de elaborar um plano de defesa focado em ações estratégicas de médio e longo prazo e de modernizar a estrutura nacional de defesa.

Embora represente, visivelmente, uma evolução dos documentos que anteriormente, versaram sobre o tema da defesa no Brasil, a END não cita ou se refere, em momento algum, os apontamentos supracitados. A END traz de volta à pauta o tema da Segurança Nacional, assunto que passou por um longo período de nebulosidade por estar tão relacionado ao corpo militar.

O documento foi elaborado em quinze meses de administração do ministro Nelson Jobim⁵⁴, e representa uma tentativa de articulação entre governo e defesa, após o conturbado período de crise na aviação civil brasileira. O presidente da República expressara, desde o seu primeiro mandato, o desejo de priorizar o setor da defesa nos temas governamentais, em 2003, na sua Mensagem ao Congresso Nacional, afirmara, “o ministério da Defesa deverá promover a atualização da Política de Defesa Nacional, revigorar o debate sobre temas estratégicos com a sociedade civil e elaborar um Livro Branco de Defesa.”⁵⁵

Uma dos possíveis elementos que acarretam na elaboração da END é, também, o reaparelhamento e renovação das capacidades militares da vizinha Venezuela, sob a presidência de Hugo Chávez, identificado na compra de novos armamentos, aviões e navios militares.⁵⁶ Aspecto que causou desconforto em parte do corpo militar brasileiro, além da preocupação com a perda relativa de capacidade militar na região. Como afirma o general Augusto Heleno Pereira, em entrevista:

“a situação vai ficando mais crítica. O nosso fuzil, armamento individual do combatente, e fundamental, tem 43 anos de uso. As nossas viaturas têm, em média, mais de 20 anos. Grande parte da viação do Exército foi comprada em 1988, tem 20 anos. Um país com a estatura geopolítica do Brasil tem que mudar isso. [...] estamos ficando pra trás.”

Era visível, destarte, a necessidade de investimento e melhoria no setor da defesa. Aspectos estes que ficam claros mesmo numa rápida leitura do documento em questão.

O documento está organizado, em um primeiro momento, em vinte e três diretrizes que visam pautar os temas que merecem atenção especial na agenda de defesa. É de nosso desejo focar na diretriz 10, que versa *Priorizar a Região Amazônica*. Uma vez que tal região é o foco do presente artigo – sua faixa fronteira, compartilhada com

⁵⁴ Nelson Jobim – Ministro da Defesa gaúcho de Santa Maria. Tomou posse como ministro da Defesa em 25 de julho de 2007 e exerce o cargo até o momento da elaboração deste artigo.

⁵⁵ Brasil, Presidência da República, Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Mensagem ao Congresso Nacional na Abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Brasília, 2003. (Defesa Nacional e Política Externa).

⁵⁶ Sobre a evolução armamentista da Venezuela, ver “Venezuela expande seu poderio Militar”, *O Estado de S. Paulo*, 05/02/2007.

sete países: Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia, que totaliza aproximadamente 14.000 Km de território. É perceptível que a região amazônica está apresentada, ao longo do documento, como um elemento central do mesmo, no entanto, este é encarado como componente fundamental da realocação do planejamento estratégico militar. A diretriz ora abordada aponta:

A Amazônia representa um dos focos de maior interesse para a defesa. A defesa da Amazônia exige avanço de projeto de desenvolvimento sustentável e passa pelo trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença. (END. 2008. p.7)

É notável a preocupação dada a esta região de importância fundamental para os objetivos estratégicos nacionais. Mais uma vez, o documento não deixa claro quais deveriam ser as etapas para a efetiva realização do trinômio sugerido, embora insinue num fortalecimento de projetos existentes na região, tais como o Projeto Calha Norte – lançado no longínquo ano de 1985, e reativado em 2000, quando teve seus ânimos reacendidos pela ativação das ocupações militares do Plano Colômbia. – e o Sistema de Vigilância da Amazônia, o SIVAM, este último, de importância fundamental para o primeiro dos braços do trinômio em questão, monitoramento/controle, é válido ressaltar que “o SIVAM inclui radares aéreos, móveis e aerotransportados, sensores de terra, redes de telecomunicação e imensos bancos de dados.” (CASTRO, 2009, p.95).

Podemos observar que a criação deste documento não extingue, mas fortalece outros projetos que já existiam pra a região, como o supracitado Calha Norte, para tanto, a END propõe “promoção de ações de presença do Estado na região amazônica, em especial pelo fortalecimento do viés de defesa do Programa Calha Norte;” (END, 2008, p.7)

O documento tenta esclarecer, de maneira absoluta, o repúdio das FA brasileiras quanto à qualquer intromissão de grupos de outros países sob qualquer justificativa,

O Brasil será vigilante na reafirmação incondicional de sua soberania sobre a Amazônia brasileira. Repudiará, pela prática de atos de desenvolvimento e de defesa, qualquer tentativa de tutela sobre as suas decisões a respeito de preservação, de desenvolvimento e de defesa da Amazônia. Não permitirá que organizações ou indivíduos sirvam de instrumentos para interesses estrangeiros - políticos ou econômicos – que queiram enfraquecer a soberania brasileira. Quem cuida da Amazônia brasileira, a serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil. (END, 2008. P.7)

É reforçado, aqui, a prioridade de defesa da Amazônia, cuja soberania é afirmada de modo incondicional, não se admitindo interferência alguma, seja por parte de indivíduos, seja partindo de organizações, o que nos leva a considerar diversas organizações não governamentais (ONG's) que costumam reivindicar atuação na região.

Parte integrante das diretrizes do END, é digno de respaldo o Plano Amazônia Protegida (PAP), o projeto “que é um abrangente conjunto de ações estratégicas dirigidas para a preservação da soberania brasileira sobre a sua região amazônica, tendo a segurança, o desenvolvimento e a preservação como eixos estruturantes, cumprindo diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa.” Entre outro aspectos, o PAP visava a criação de 21 novos pelotões de fronteira.⁵⁷

A END é uma importante ferramenta para a compreensão dos objetivos estratégicos nacionais. No tocante à região amazônica, a Estratégia nos aponta caminhos para que se tenha o eficaz controle do território que não são dissidentes ou representam ainda ruptura com os projetos anteriores (a ver as duas Políticas de Defesa Nacionais). O documento explicita a importância primordial da região para os interesses brasileiros e o desejo de reforçar a nossa soberania sobre a mesma. É importante perceber que segundo documentos oficiais de defesa e segurança do Estado, embora não haja indícios de ruptura, a Amazônia brasileira vem recebendo um maior foco e papel nas diretrizes e prioridades da Defesa.

4.4. SEMISSECURITIZAÇÃO – A CRIAÇÃO DE UMA FRONTEIRA “VIVA”

O Programa Calha Norte representou uma grande impulso organizacional da defesa brasileira na fronteira com a Colômbia, e o maior exemplo dessa evolução foi a criação da base de coordenação na cidade de Tabatinga, reunindo a PF com Abin, Receita Federal, Exército, Força Aérea, Marinha, Ministério das Relações Exteriores e IBAMA. A cidade, localizada na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru – posicionamento estratégico, como visto no mapa abaixo – vive, basicamente, da pesca,

⁵⁷ Para melhor compreensão do PAP, o Exército Brasileiro disponibilizou um vídeo oficial que explica os principais pontos do programa. O vídeo está disponível em (Projeto Amazônia Protegida – Exército Brasileiro – Estratégia de Defesa Nacional. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=EOnnEYP-nwA>. Acesso em: 23 jun. 2011)

entretanto, no ano de 2000, “na cidade havia cerca de 6.000 motocicletas em 2000, a mais barata custando mais de 1.000 dólares, geralmente usadas por jovens com rendimentos oficiais muito inferiores a essa quantia”. (DUNHAM DE CASTRO, 2009, p.86). É possível inferir desta colocação, que existem outras fontes de renda, muito superiores às atividades comuns da cidade.

Figura 10 – Posicionamento estratégico de Tabatinga



Fonte:

http://2.bp.blogspot.com/_hSQH0NWIFhU/SRBo_J3_MqI/AAAAAAAAA0/yxiDkj_PYWI/s1600/mapa.gif

Ainda segundo Dunham de Castro, a cadeia de Tabatinga já abrigou, além de brasileiros, pessoas com origens nas mais diversas nacionalidades, especialmente colombianos, demonstrando as conexões da cidade com o tráfico. Segundo a Polícia Federal, 40% das famílias em Tabatinga tem relação com o problema colombiano⁵⁸. Fronteira com este município, a cidade de Letícia, na Colômbia, ostenta um pomposo radar, mantido e protegido pelos fuzileiros estadunidenses. Entretanto, a fronteira Letícia-Tabatinga ainda é a principal fonte de passagem de drogas da região. Parece muito fácil contratar jovens brasileiros para levar drogas, uma vez que há uma imensa falta de perspectiva naquele lugar. Nas localidades colombianas da fronteira, existem

⁵⁸ Polícia Federal - Relatório de Atividades - 2002

muitos guerrilheiros que podem atravessá-la facilmente, como fazem os trabalhadores comuns.

Observando as características do Programa Calha Norte, é possível perceber que o projeto foi, visivelmente securitizado, respondendo a uma das nossas questões, concernente ao seu estado de militarização. Quanto à relação com a militarização colombiana, ela se dá pelo período dos aumentos dos gastos e modificação de pensamento para o PCN, tendo em vista que nenhum outro fenômeno poderia ser utilizado como variável para explicar tais modificações, remanescendo, assim, a militarização do conflito como a variável independente causadora da securitização da fronteira.

Nos parece claro, em contrapartida, que não há um processo completo de securitização, uma vez que não é possível encontrar, nos documentos oficiais de defesa do Brasil, menção direta ao conflito em apreço, como uma ameaça existencial à soberania ou a integridade do nosso Estado. Devemos, pois, rejeitar uma possível securitização da fronteira com a Colômbia? Defendo que não. O Brasil tem agido de maneira *suis generis*, ao ver da nossa pesquisa, realizando, de fato políticas e projetos militares em caráter de *emergency mode*, apesar de não concluir o processo discursivo, oferecendo poucas oportunidades para que a sua audiência absorva o tema.

Partindo do pressuposto de que a securitização ocorre só, e somente só, quando da plena consumação de seus dois estágios, teremos a conclusão de que a mesma não ocorreria, no caso em questão. No entanto, é válido observar que a pesquisa nos oferece sinais claros de que a securitização é, de fato, realizada no Brasil, com um discurso que é, de certa forma, oculto à sua audiência, recebendo o caráter emergencial característico a este processo. Tendo como base essa noção, de que a falha na realização de um dos estágios da securitização não implica na anulação da mesma, no caso ora abordado, adotamos o termo *semissecuritização* como o mais adequado para descrever a situação.

A securitização, desta feita, existe, embora de forma incompleta. Cabe ao Estado brasileiro reparar o mesmo, partindo, especialmente, de *staff* especializado, com conhecimento dos temas, fazendo destes um canal de comunicação entre o *speechmaker* e a audiência. Uma vez que os objetos que são tratados como ameaça, na prática, passarem a sê-lo feitos, no âmbito discursivo, as intenções do Estado se tornarão claras, para os seus cidadãos e para observadores externos, evitando *misperceptions* e

interpretações erradas, assim como oficializarão a postura do Estado quanto a um importante tema da dinâmica regional de segurança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conflito colombiano é um movimento histórico, politicamente enraizado, de natureza indefinida e caráter regional. “Os efeitos regionais da crise colombiana constituem uma realidade que se afirma e para a qual não há perspectiva de resolução de curto e médio prazos.” (CASTRO, 2009. P. 123). A apresentação dessa pesquisa buscou demonstrar como esta realidade foi encarada, ao longo dos últimos anos, pelo Brasil, seja como Estado, seja dentro dos debates teóricos da segurança regional.

Como foi possível observar ao longo do texto, objetivou-se atingir resultados que tragam contribuições relevantes ao campo das Relações Internacionais e da Ciência Política. Para tanto, foram traçadas metas que visavam demonstrar qual tem sido a abordagem tomada por um corpo de autores e estudiosos do tema, na América Latina além de incluir novos aportes, esses pessoais, a este tema. Desta forma, a escrita das conclusões deste trabalho, como de qualquer pesquisa, tão profunda e relativamente longa, exige bastante reflexão, além da certeza de que não serão concluídos e encerrados os estudos do seu tema, mas, pelo contrário, abertas novas lacunas a serem incitadas pelos questionamentos que aqui levantamos.

Fundamentando-nos na idéia de que a problemática colombiana foi, e é, de fato, produto de uma intrincada rede de causas, políticas e sociais, dedicamos a primeira seção do nosso texto a dissecá-lo, procurando apontar tais fatores que levaram ao estado atual de coisas, na Colômbia. Foi possível observar uma profunda relação entre o bipartidarismo prático, existente no país, e uma castificação da sociedade colombiana ao redor destas duas forças políticas, Conservadores e Liberais. A organização do capítulo visou apresentar a evolução desta crise interna para uma dinâmica de segurança regional, tendo como momentos chave o conflito conhecido como *La Violencia*, e, especialmente, a implementação do pacote conhecido como Plano Colômbia. A escolha por tais eventos remonta à, primeiro, percepção da violência urbana como pertencente à realidade social colombiana, a partir desta sangrenta guerra civil, sendo sucedida pelo surgimento de grupos insurgentes de naturezas diversas. O segundo momento, por sua vez, representa a inserção de um ator externo, alheio ao complexo regional em que está inserida a Colômbia, significando, para muitos, a ingerência regional das dinâmicas de segurança.

Investigou-se a potencialidade regional deste conflito, tendo como ponto de referência o Brasil, uma vez que a relação entre os dois países é o foco principal da pesquisa. Neste aspecto, identificou-se a existência de diversos contatos históricos entre os dois lados da fronteira, a ver, grupos guerrilheiros – ou outros desdobramentos do conflito – e forças da autoridade brasileira. No que diz respeito ao Brasil, mesmo que forçadamente, e sem o interesse velado do seu governo, o conflito colombiano representa, de fato, uma problemática regionalizada e de afronte ao interesse nacional. Procurou-se, destarte, compreender qual foi a situação real, do ponto de vista regional, do conflito em questão. Neste aspecto, chegamos a conclusão de que tal crise é concebida como o principal evento de segurança da América do Sul, tendo tomado dimensões inéditas na década de 90 e nos anos 2000. Sua relação direta com a economia da droga e a participação estadunidense exigem a atenção dos países vizinhos, em especial, do Brasil, uma vez que esse Estado coloca-se como pretendente à liderança regional, cada vez mais concretamente.

O primeiro capítulo procurou, ainda, além do aspecto histórico, expor as nossas ferramentas metodológicas, a serem utilizadas ao longo do texto. Nessa parte do texto são justificadas algumas das estratégias adotadas na pesquisa, como, por exemplo, a própria utilização do apanhado histórico, realizado no início da pesquisa, assim como a opção por uma teoria como conceito analítico, presente no capítulo seguinte. Acreditamos que a combinação desses ferramentais analíticos e conceituais nos facilita e permite a elaboração de um alicerce explicativo da relação que abordamos. Este objetivo vai ao encontro da tradição clássica da Ciência Política, como um campo do conhecimento que busca descrever, analisar, mas acima de tudo, explicar. (TEIXEIRA JR, 2010. P. 134).

A questão principal levantada nesta pesquisa, a indagação que toma lugar como “pergunta de pesquisa”, diz respeito à reação brasileira ao supracitado conflito. Questionamos, existe securitização, por parte do Brasil, em relação à crise colombiana? No primeiro capítulo, o leitor foi apresentado à realidade do conflito colombiano e da relação brasileira com o mesmo, entretanto, ainda acredita-se adequado apresentar o conceito de *securitização*, nossa ferramenta teórica e conceito analítico, termo fundamental para a compreensão do nosso questionamento e procedimentos, na pesquisa.

Isto dito, o segundo capítulo concentra-se na apresentação do conceito de *securitização* e a sua aplicabilidade na nossa temática. Partimos da sua criação e do seu pertencimento à consagrada Escola de Copenhague, corrente vinculada ao Copenhagen Peace Research Institute. Procuramos expor, nesta segunda seção do texto, a importância do debate de segurança regional para a evolução dos estudos estratégicos, especialmente, no tocante aos momentos seguintes ao fim da chamada Guerra Fria. Temos como objetivo, neste capítulo, demonstrar como o Construtivismo das Relações Internacionais apresentou significativas contribuições ao modelo analítico da Segurança Internacional, sendo a principal delas o conceito ora abordado.

A securitização, propriamente dita, é apresentada, em todos os seus aspectos, numa última subseção deste capítulo, como um processo discursivo, através do qual um objeto passa a figurar como uma ameaça existencial a um sujeito referencial, no nosso caso, o Estado brasileiro. Esta *securitização*, uma vez compreendida como um movimento abstrato e discursivo, não existe em si mesma, sendo necessário que se conclua um segundo estágio do processo, a aplicação efetiva e concreta de medidas emergenciais de segurança, uma vez que o discurso tenha sido aprovado pela audiência que o recebe. É este o processo que passamos a investigar, tanto na abordagem e no debate teórico, quanto na aplicação de programas políticos relacionados à região de fronteira com a Colômbia.

Tomando como base o conflito histórico colombiano e as suas relações com o Brasil, as reações brasileiras quanto ao mesmo e os contatos históricos entre os dois sujeitos da nossa pesquisa, observados do ponto de vista securitizante, de Barry Buzan e Ole Wæver, partimos para a análise do estado da arte. A proposta elencada aqui, e julgada importante e de contribuição inovadora, pois se procura identificar, num amplo e consagrado debate, uma relação ainda não realizada pela ampla gama dos autores que vem estudando as relações entre o Brasil e a Colômbia, do ponto de vista da Segurança Regional.

Faz-se necessário frisar, uma segunda vez, o fato de que tais autores, escolhidos pela relevância de suas pesquisas e contribuições para a área, os autores aqui utilizados para estabelecer um ponto de partida histórico das relações Brasil-Colômbia, não falam em termos de *securitização*, e nem este é o seu interesse em suas obras. Esta classificação é realizada apenas como forma de maximizar a operacionalização dos seus escritos na nossa abordagem.

O terceiro capítulo contém o que pode ser considerado o núcleo crítico-analítico na presente pesquisa, e merece atenção especial quando da sua leitura. Fundamentado na história do conflito e sob a luz dos estudos *buzanianos*, busquei analisar um conjunto de autores consagrados dos estudos da segurança regional, e estudiosos envolvidos com a realidade em questão, entre eles, professores, diplomatas e militares no objetivo de identificar, no grande escopo da massa crítica sul-americana, resposta para a questão que rege esta pesquisa: o Brasil securitizou o conflito colombiano?

Como defendido ao longo do texto, este tipo de análise se faz necessário devido ao vazio teórico concernente à posicionamentos brasileiros frente à dinâmicas de segurança da região. Procura-se, então, apresentar, de maneira antitética, mas não paradoxal, as posturas mais comuns entre diversos autores sul-americanos, sobre o conflito em questão. Durante a observação, foram levantados treze autores, cujas pesquisas se enquadravam de forma mais adequada ao modelo dos nossos estudos.⁵⁹ Neste processo, foi possível identificar alguns padrões nas leituras de tais estudiosos, sendo possível enquadrá-los de acordo com o seu posicionamento quanto à nossa pergunta. Apontamos tal distinção na divisão realizada em três grupos distintos, a ver um grupo de *não-securitizantes*, baseados na noção de que o Brasil, apesar de tomar conhecimento do conflito colombiano, não o securitizaria. O segundo grupo é batizado segundo os escritos de um dos autores nele presente, Rafael Villa. A *indiferença recíproca* se fundamenta na constatação de que as relações entre Brasil e Colômbia sempre foram, e continuam a ser, a de contato mínimo, e que o conflito vizinho não foi incorporado por nenhuma das agendas no Brasil. O último grupo agrega os *securitizantes*, defensores da incorporação da temática pela agenda de segurança brasileira e, potencialmente, adoção do mesmo como ameaça ao Estado

Cada um dos grupos, e não de maneira proposital, engloba um número de membros semelhante. Cientes de que a quantidade de autores escolhidos para a nossa análise, um número ímpar, serviria para evitar um empate, nos deparamos, ainda assim, com um empate técnico, no que diz respeito à quantidade, e também num empate meritocrático, se analisarmos a qualidade dos argumentos utilizados para cada grupo, referente a cada postura. Os três grupos, e a distribuição final dos autores entre eles,

⁵⁹ Claramente, existem diversos, talvez inúmeros trabalhos versando sobre o conflito colombiano. Entretanto, dentre aqueles encontrados na nossa pesquisa, foram selecionados os que mais objetivamente identificavam Brasil e Colômbia como os atores fundamentais da dinâmica de segurança e da região em questão, sendo esta a justificativa para a nossa seleção.

podem ser mais bem observados no quadro em anexo (ANEXO A – QUADRO 1). De qualquer maneira, poderíamos ser levados a acreditar que a grande conclusão desta análise, seria a da ausência da securitização do conflito, por parte do Brasil, entretanto, é papel do pesquisador observar motivos mais profundos e menos explícitos de toda análise. Causas políticas para objetos políticos. A conclusão extraída destes estudos somar-se-á aquela que foi extraída da análise do capítulo subsequente, e estes dois grandes grupos de conclusões serão apresentados adiante.

Num último momento da pesquisa, este apresentado no capítulo final do texto, decido por posicionar-me quanto a divisão feita anteriormente, para tanto, devo, em convergência com a proposta da pesquisa, apontar meus próprios argumentos para tanto. Posiciono-me do lado do *securitizantes*, por crer que o Brasil securitiza, sim, o conflito colombiano, no que diz respeito às suas políticas de segurança para a fronteira com o país vizinho. Tal afirmação está carregada de significados que devem ser destrinchados e analisados com cautela.

Primeiro, para que se afirme que alguma política de defesa, para a fronteira, foi securitizada é preciso embasar esta colocação. Empiricamente, este exercício foi realizado, no quarto capítulo do texto, no qual abordamos o Programa Calha Norte, utilizando-o como exemplo de securitização em reação ao tema em apreço. Mesmo que anterior ao Plano Colômbia ou à militarização da crise na Colômbia, o Calha Norte sempre pareceu um braço das Forças Armadas do Brasil, tendo em vista a pouca ou nenhuma participação de outros setores do Estado na região. Como apontara Albuquerque, o Calha Norte não foi apresentado aos militares, mas negligenciado aos mesmos. (2011.)

O Calha Norte passou por diversas etapas desde a sua criação, até tornar-se o Programa que conhecemos hoje. Muitas das suas metamorfoses se dão em momentos cruciais, que concorrem com períodos de transformações importantes também no conflito vizinho, o que nos obriga a observar a pujante relação causal entres os dois movimentos. O aumento nos gastos do Programa, a criação de diversos novos Pelotões Especiais de Fronteira, assim como o surgimento e mobilização de novos batalhões em regiões críticas de fronteira porosa, representam políticas típicas de um cenário securitizado. No entanto, ao levantarmos os documentos oficiais de defesa, do Brasil, podemos fazer uma longa digressão sobre como a Amazônia é tratada, nos mesmos, sem nunca inserir a Colômbia diretamente, ou tratar a região como fonte de ameaças.

O que encontramos, destarte, é um tratamento difuso e impreciso sobre ‘contra quem se arma o Brasil’, deixando o campo aberto e livre para interpretações, muitas vezes errôneas, uma vez que a movimentação militar na região é visível.

Após todo o exercício, creio ser prudente apontar que a presente pesquisa atingiu dois grandes grupos de conclusões. O primeiro diz respeito ao debate teórico, ao chamado estado da arte concernente às relações Brasil-Colômbia, em termos de securitização. Podemos inferir, da nossa leitura e análise dos trabalhos escolhidos como amostra que, embora não haja consenso sobre securitização, politização ou indiferença quanto ao tema, existe um fator interessante a ser abordado. Todos os autores e estudiosos presentes no grupo dos que crêem na securitização são brasileiros, enquanto que os indiferentes estão em grupo variado, e, por fim, os não-securitizantes, politizadores em potencial, concentram uma grande maioria de autores latino-americanos, não brasileiros. De tal situação é extraída a primeira grande conclusão do trabalho, a ver, dentro do debate teórico, os autores brasileiros são aqueles que mais enxergam uma securitização do tema, enquanto, em escala, quanto mais distante do Brasil, menos se vê tal possibilidade. Somos levados a indagar, destarte, que ciência fazemos e que ciência queremos.

Conclusão fundamental, também, podemos retirar do exercício de observação e apreciação do desenrolar do Projeto Calha Norte, aliados a uma análise dos documentos de defesa do Brasil. Constatou-se que, apesar da visível securitização que pode ser enxergada, facilmente, na evolução do Projeto, e sua transformação em Programa Calha Norte, a mesma não é sinalizada em âmbito discursivo, pelo país. Inferimos, desta análise, que o Brasil tem securitizado, há anos, a sua fronteira com a Colômbia. No entanto, o Estado parece pular o primeiro estágio da securitização, o do discurso, já que não se encontra o discurso securitizante em seus documentos oficiais. Esta situação pode ser consequência de fatores diversos, como o pouco interesse da população pelos assuntos de defesa, ou mesmo o pessoal pouco preparado para tratar o mesmo, fora da esfera das Forças Armadas. Para que tal situação se enquadre no aparato teórico utilizado, fez-se necessário a criação, ou ajuste, dos termos utilizados. Semissecuritização, como ora apresentado, é a situação em que se encontra o nosso caso.

Não pretendemos, aqui, esgotar o campo de estudo sobre o tema, uma vez que a nossa contribuição se dá, primordialmente, da análise da feita por outros. Propomos-nos

a identificar, no debate teórico, a forma como os estudiosos tem percebido a securitização brasileira. Chegamos à esta resposta. Também era o nosso desejo identificar a securitização brasileira, ou a sua ausência, com os nossos próprios argumentos, este exercício também obteve resposta satisfatória. Apesar de muito difusa e pouco precisa, a securitização está sendo feita no Brasil, com pouquíssima, ou nenhuma participação da audiência, que deveria ser parte fundamental do processo. Assim como cabe ao Estado, aprimorar seu pessoal e prepará-lo para tratar os temas de defesa cabe ao pesquisador, a função de apresentar ao cidadão a importância do tema e relevância da sua participação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADLER, Emanuel. **O construtivismo no estudo das relações internacionais**. Lua Nova [online], n.47, pp. 201-246. 1999.

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. **Uma Breve História da Geopolítica**. Rio de Janeiro. CENEGRI: Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais. 2011.

ALSINA Jr., João Paulo Soares. **Política Externa e Poder Militar no Brasil: Universos Paralelos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009

ALTMANN BORBÓN, J. Integración en América Latina: crisis de los modelos regionales y ausencia de certidumbres. In: ROJAS ARAVENA, F. SOLÍS RIVERA, L.G. (coords.): **La integración latinoamericana. Visiones regionales y subregionales**. San José (Costa Rica): Editorial Juricentro, 2006

ANISTIA INTERNACIONAL. **Informe 2011 – O estado dos direitos humanos no mundo**. Anistia Internacional. Secretariado Internacional. Peter Benenson House. 1 Easton Street. Londres, Reino Unido. 2011.

ARDILLA, Martha. Colombia y Venezuela: entre lo estructural y lo coyuntural. A propósito de la comunidad suramericana de naciones. In: **Revista Oasis 2005-06**, núm. 11, Centro de Investigaciones y Proyectos Especiales, CIPE, Facultad de Finanzas, Gobierno y Relaciones Internacionales. Universidad Externado de Colombia, pp. 71-84.

BAGLEY, Bruce Michael. Narcotráfico, Violencia Política y Política Exterior de Estados Unidos Hacia Colombia en los Noventa. **REVISTA COLOMBIA INTERNACIONAL** (número 49/50). Departamento de Ciencia Política - Facultad de Ciencias sociales Universidad de Los Andes. 2000.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa / Comitê Ministerial de Formulação da Estratégia Nacional de Defesa**. – Brasília: Ministério da Defesa, Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2008.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Convênios: Normas e Instruções — 2012**. Calha Norte, Programa/ Secretaria de Coordenação e Organização Institucional/ Departamento de Administração Interna/ Programa Calha Norte. Brasília. 2012

BRASIL. **POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL**, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm. Acesso em 23 de junho de 2011.

BRASIL. **POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL**, 2005. Disponível Em: http://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/DEFES.htm. Acesso em 23 de junho de 2011.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and Powers: the structure of international security**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2003.

CANINAS, Oswaldo Peçanha. **A Securitização da Amazônia: Atores e Agendas**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Ciência Política, 2010

CASTRO, André Dunham de. **A crise na Colômbia: impactos e implicações para o Brasil** / André Dunham de Castro. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

CAVAGNARI, Geraldo Lesbat. Defesa com democracia e desenvolvimento. In: **Revista Teoria e Debate**, nº 24, mar/abr/mai/ de 1994.

_____. CAVAGNARI, Geraldo L. Introdução à defesa da Amazônia. **Carta Internacional**, ano X, n.107/108. 2002. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nee/art4.htm>. Acesso em 4 de dezembro de 2012.

CEARÁ, Diego Barbosa. **Mudando a estratégia: a reorganização militar brasileira na região fronteira com a Colômbia** / Diego Barbosa Ceará. –Franca: [s.n.], 2011 166 f. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**, São Paulo: Saraiva, 2008.

CEPIK, Marco . **Seguranca na America do Sul: tracos estruturais e conjuntura**. Analise de Conjuntura OPSA, Rio de Janeiro, v. 1, p. 1 - 11, 15 ago. 2005.

_____. **Brasil y el Plan Colombia: notas sobre la diplomacia presidencial**. Boletim de Analise de Conjuntura Política, Belo Horizonte-MG, 04 abr. 2002.

COSTA, Thomaz Guedes da. **Brazil's SIVAM: as it monitors the Amazon, will it fulfill its human security promise?** ECSP Report, issue 7. 2001. Disponível em: www.ciaonet.org. Acesso em 4 de dezembro de 2012.

EMMERS, Ralf. Securitization. In: COLLINS, Allan. **Contemporary Security Studies - second edition**. Oxford: Oxford University Press. p. 109 – 123. 2010.

FLICK, Uwe. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed. 2009.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Projeto Calha Norte visa povoar fronteiras com Amazônia**. Folha Online. 2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u17219.shtml>. Acesso em 14 de dezembro de 2012;

FOLHA DE SÃO PAULO. **Quintão quer elevar verba do Calha Norte**. Folha Online. 2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u17218.shtml>. Acesso em 14 de dezembro de 2012;

FRAGA, Rosendo. Las fuerzas armadas en América Latina hoy. IN: **Nueva Mayoría**. Buenos Aires. 2010. Disponível em:

http://www.nuevamayoria.com/index.php?option=com_content&task=view&id=2219&Itemid=38 Acesso em: 30/04/2012.

_____. Implicancias regionales de las bases en Colombia. IN: **Nueva Mayoría**. Buenos Aires. Buenos Aires. 2009. Disponível em: http://www.nuevamayoria.com/index.php?option=com_content&task=view&id=2219&Itemid=38 Acesso em 30/04/2012.

FRANKLIN, Cléber Batalha. **As Relações entre o Brasil e a Venezuela e a Segurança Amazônica**. 1º Seminário de Relações Internacionais e Defesa na Amazônia, realizado pelo NAEA/NUMA/PPGCP/Projeto Consórcio Forças Armadas Século XXI, em Belém-PA, 2007.

_____. **As relações entre o Brasil e a Venezuela em tempos de "Revolución Bolivariana"**. 6º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Área Temática: 06 – Relações Internacionais. Unicamp, Campinas, São Paulo. 2008.

GALTUNG, Johan. **Cultural Violence**, *Journal of Peace Research*, Vol. 27, No. 3. p. 291-305. 1990.

GUZZI, André Cavalier. **As Relações Eua-América Latina: Medidas e Consequências da Política Externa Norteamericana para Combater a Produção e o Tráfico de Drogas Ilícitas**. São Paulo: UNESP – UNICAMP – PUC/SP, Março, 2008.

_____. **A Extraterritorialidade das Forças Armadas Norte-americanas para o Combate ao Tráfico Ilícito de Drogas na Colômbia**. São Paulo: UNESP – UNICAMP – PUC/SP, Março, 2008.

HARBOM, Lotta; MELANDER, Erik; WALLENSTEEN, Peter, (2008). Dyadic Dimensions of Armed Conflict, 1946-2007. *Journal of Peace Research* 45(5): P. 697-710.

HURRELL, Andrew. An emerging security community in South America? In: ADLER, Emanuel; BARNETT, Michael. **Security Communities**. *Cambridge Studies in International Relations*. Cambridge, Cambridge University Press, 1998

ICG. Colômbia e seus vizinhos: os tentáculos da instabilidade. IN: **ICG Relatório sobre a América Latina**. N°3, Bogotá/ Bruxelas. 8 de abril de 2003.

IISS. **The Military Balance 2010: the annual assessment of global military capabilities and defence economics**. London: International Institute of Strategic Studies, 2010.

INÁCIO, Cesar Dutra. **Medidas adotadas pelo governo brasileiro frente ao Plano Colômbia**. In: **II Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (II ENABED): A Defesa Nacional, 2008**, Niterói. Anais [do] II Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (II ENABED): A Defesa Nacional, 2008. p 1-13.

ISTOÉ. **As forças armadas devem combater a criminalidade: Entrevista com Alessandro Visacro.** Digital, S/P. Disponível em: http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/19178_AS+FORCAS+ARMADAS+DEVEM+COMBATER+A+CRIMINALIDADE+. Acesso em 3 de dezembro de 2012. 2009.

KARL, Robert. **The Politics of Peacemaking in Late Violence Colombia**, 1957-1959, Harvard-MIT-Yale Civil Conflict Graduate Student Conference May 15, 2009.

KLINE, H. F. Colombia. **International security and the United States: an encyclopedia** [compiled by] DEROUEN JR., K. and BELLAMY P.. p. 168 – 189. United Kingdom: British Library, 2008.

KUHLMANN, P. R. L. **Exército brasileiro: estrutura militar e ordenamento político (1985-2007)**. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LAKE, David, MORGAN, Patrick. **Regional Orders: Building Security in a New World**. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press. 1997

LUCENA SILVA, Antonio H; TEIXEIRA JR, A. W. M. Rearmamento e a Geopolítica Regional Da América Do Sul: Entre Os Desafios Domésticos e a Autonomia Estratégica. **Revista Brasileira de Estudos Estratégicos – REST**, vol. 1 – nº2/ 2009. pp. 18-41.

MARES, David R. **Violent Peace: militarized interstate bargaining in Latin America**. New York: Columbia University Press, 2001.

MCCANN, Frank. **A Nação Armada: ensaios sobre a história do Exército Brasileiro**. Recife: Editora Guararapes, 1982.

McDonald, M. Constructivism. IN: **Security Studies: an Introduction**. P. D. William. New York, Routledge. 2008.

MEJÍA, Lewis. Los nuevos “tanques voladores” de la Fuerza Aérea del Perú Mi-35 contra Sendero Luminoso. In: **Defensa y Seguridad – Mercosur**. Nº 55 – Ano 9, 2010.

MENDEL. Cel. William M. A Amazônia Brasileira: Controlando a Hidra. IN: **Military Review 2000**. Edição Brasileira. Revista Profissional do Exército dos EUA. Publicada pelo Centro de Armas Combinadas. Forte Leavenworth, Kansas 66027-1293. 2000.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Os Estudos Estratégicos e a Academia Brasileira: Uma Avaliação**. Disponível em: www.obed.ufpa.br/pdfs/miyamoto_s_strategic_studies.pdf. Acesso em 10 de janeiro de 2013. 2001.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior. **Revista Espaço Acadêmico**. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/091/91bandeira.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2009, 2008.

MORAIS, Christian. **Operação Cobra é Pacífica**. Disponível em: <http://direito2.com/acam/2000/nov/8/operacao-cobra-e-pacifica-diz-chefe-da-pf>. Acesso em 4 de dezembro de 2012. 2006.

NAÇÕES UNIDAS. **Relatório anual 2007**. Junta internacional de fiscalização de entorpecentes. Brasília. In: www.unodc.org/pdf/brazil/JIFE/OBrasilnoRelatorioJIFE.pdf.>. Acessado em 18 de maio de 2009

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Relatório anual do Secretário-geral à Assembléia Geral**. Washington, D.C., maio de 2011. Disponível em: <<http://scm.oas.org/pdfs/2011/AG05411P.pdf>>. Acesso em: 26 de novembro de 2012.

PECÁUT, Daniel. **As FARC : uma guerrilha sem fins?** / Daniel Pécaut ; tradução Ivone C. Benedetti. – São Paulo : Paz e Terra, 2010.

PUYANA VALDIVIESO, José Ricardo. Colombia frente a los retos del multilateralismo, em **Oasis, núm. 11**, Centro de Investigaciones y Proyectos Especiales, CIPE, Facultad de Finanzas, Gobierno y Relaciones Internacionales. Universidad Externado de Colombia, pp. 85-102. 2005.

RAMÍREZ, Socorro. El Plan Colombia: Impacto Nacional e Regional. IN: **Revista Pensamiento Proprio**. Cordinatoria Regional de Investigaciones Económicas y Sociales (CRIES), Centro de Estudios Globales y Regionales (CEGRE), Universidad de Belgrano. Buenos Aires, 2003.

_____. Colombia y sus Vecinos. IN: **Revista Nueva Sociedad**. Nº 192, p. 144- 156. Fundación Friedrich Ebert, Buenos Aires, 2004.

RESTREPO, Luis Alberto. La Difícil Recomposición de Colombia. IN: **Revista Nueva Sociedad**. Nº 192, p. 46 - 58. Fundación Friedrich Ebert, Buenos Aires, 2004.

REVISTA FLAP INTERNACIONAL. **Aviação militar na América Latina**. Edição especial. nº 454 – Ano 47, 2010.

RIPPEL, Márcio Pereira. O Plano Colômbia como Instrumento da Política Norte-Americana para a América Latina e suas consequências. IN: **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, n. 07, p. 83 – 112, Jun. 2006.

RODRIGUES PEREIRA, Julio C. (2004), **Análise de Dados Qualitativos**. São Paulo: EDUSP/FAPESP

SAAVEDRA, Boris. Confronting Terrorism in Latin America: Building up Cooperation in the Andean Ridge Region. In: **Low Intensity Conflict & Law Enforcement, Vol.12, No.3** (Autumn 2004), pp.156–171.

SANÍN, Francisco Gutierrez. **Lo Que el Viento Se Llevó?: Los Partidos Políticos y la Democracia en Colombia, 1958-2002**. Bogotá: Grupo Editorial Norma. 2006.

SANTOS, Marcelo. **O conflito colombiano e o plano Colômbia** / Elói Martins Senhoras, Julia Faria Camargo (organizadores). (Coleção: Relações Internacionais; v.3) Boa Vista: Editora da UFRR, 2011.

SIPRI. **SIPRI YEARBOOK 2009: armaments, disarmaments and international security**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

SILVA, Jorge José Góes. Logística e Mobilização Nacional na Amazônia Ocidental - Reflexo para os Pelotões Especiais de Fronteiras. IN: **Cadernos de Estudos Estratégicos de Logística e Mobilização Nacionais**. Seção de Assuntos de Logística e Mobilização da Escola Superior de Guerra (Brasil) - v.1, n. 1 (mar 2007) - Rio de Janeiro: - ESG, 2007

SOARES DE LIMA, Maria Regina; HIRST, Mônica. **Os Brics e a ordem global**/ Andrew Hurrell [et al.]. Rio de Janeiro: Editora GFV, 2009.

SOTO, Andrés. **Evolución del conflicto interno de Colombia**. Academic paper, Center for Hemispheric Defense Studies. 2001.

SOUZA PINHEIRO, Cel. Álvaro de. Guerrilha na Amazônia: Uma Experiência no Passado, o Presente e o Futuro. **Air & Space Power Journal (ASPJ)**. Portuguese. US Air Force. Washington – DC. 2010.

TAMAYO, Manuel Salgado. **Falacias y Verdades Sobre el Plan Colombia**. Agencia Latinoamericana de Información. Disponível em: <www.alainet.org/active/993&lang=es>. Acesso em 19 de outubro de 2009, 01 de novembro de 2000.

TAVARES, Rodrigo. **Understanding Regional Peace and Security: A Framework for Analysis**. UNU-CRIS Working Papers, O-2005/17. Disponível em: <<http://www.cris.unu.edu/fileadmin/workingpapers/20051205112546.O-2005-17.pdf>>. Acessado em 19/04/2010, 2005

TEIXEIRA JR, A. W. M. **De que forma o regionalismo modifica a geopolítica regional de potências emergentes como o Brasil e a Índia? Instituições, polaridade e preponderância**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, 2010. p. 154.

TECHE, Carlos Henrique. **As Transformações nas Forças Armadas Colombianas e os Reflexos para os Objetivos de Defesa do Brasil na Região Amazônica** / Carlos Henrique Teche – 2010. 190 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Ciência Política, 2010.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. Colombia: más inseguridad humana, menos seguridad regional. In: **América Latina y el (des)orden global neoliberal. Hegemonía, contrahegemonía, perspectivas**. José María Gómez (ed.), Clacso, Buenos Aires: pp.173-199. 2004.

UNITED NATIONS, Office on Drugs and Crime. **2008 World Drug Report**. United Nations Publication Sales No. E.08.XI.1: Slovakia, 2008.

VAN EVERA, Stephen. **Guide to methods for students of Political Science**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1997.

VAZ, Alcides Costa. **Percepções no Brasil sobre o conflito colombiano e de seus reflexos regionais e nas relações bilaterais: Uma visão preliminar**. Universidad de los Andes, Bogotá, 21 de outubro de 2004.

_____. O Brasil no contexto do narcotráfico internacional. **Rev. Bras. Polít. Int.** 40 (1): 75-122, 1997.

VILLA, Rafael Duarte; OSTOS, Maria del Pilar. As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança. **Rev. bras. polít. Int**, 2005, vol.48, n.2, pp. 86-110.

VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo, Editora Contexto. 2009.

WALLANDER, Celeste A.; KEOHANE, Robert. Risk, threat and security institutions. In: **Power and Governance in a Partially Globalized World**. Robert Keohane (Org.). London/New York: Routledge. 2002.

ZEHFUSS, Maja. **Constructivism in International Relations, the Politics of Reality**. Cambridge, Cambridge University Press, 289 páginas. 2002.

ANEXOS

ANEXO “A” – QUADROS

Quadro 1 – Postura Epistemológica dos Autores Utilizados

Fonte: Elaboração Própria

NÃO-SECURITIZANTES	INDIFERENÇA RECÍPROCA	SECURITIZANTES
Altmann Borbón (2006)	Marcelo Santos (2011)	Cléber Batalha Franklin (2007)
Manuel Tamayo (2000)	Daniel Pécaut (2010)	André Dunham de Castro (2009)
Marco Cepik (2010/2011)	Alcides Costa Vaz (2004)	Juan Gabriel Toklatian (2002)
Martha Ardila & Puyana Valdivieso (2005)	Alessandro Visacro	César Dutra Inácio (2008)